

Síntese Execução Orçamental **2014**

dezembro

Síntese de Execução Orçamental

Publicação mensal
23 de janeiro de 2015
Elaborado com Informação disponível até 23 de janeiro

Internet: <http://www.dgo.pt>
email: dgo@dgo.pt

Direção-Geral do Orçamento

Contributos

Administração Central do Sistema de Saúde - ACSS
Autoridade Tributária e Aduaneira - AT
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública -
IGCP, E.P.E.

Caixa Geral de Aposentações
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.



Síntese Global	3
1. Administração Central e Segurança Social	4
Despesa	6
Receita	7
2.1. Administração Central	10
Despesa	10
Receita	21
Saldo	25
2.2. Segurança Social	27
Despesa	27
Receita	28
Saldo	29
3. Administração Regional	31
Despesa	31
Receita	32
Saldo	33
4. Administração Local	35
Despesa	35
Receita	35
Saldo	36
5. Operações com ativos financeiros.....	38
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental	40
Serviço Nacional de Saúde	40
Dívida não financeira das administrações públicas.....	41
Despesa/receita com tratamento diferenciado em contas nacionais	42

Índice de quadros:

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas	3
Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social	5
Quadro 3 - Despesa da Administração Central.....	10
Quadro 4 – Despesa com o pessoal da Administração Central	11
Quadro 5 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central	13
Quadro 6 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central	13
Quadro 7 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento.....	14
Quadro 8 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade	15
Quadro 9 – Despesa com transferências correntes e de capital da Administração Central	17
Quadro 10 – Despesa com subsídios da Administração Central.....	19
Quadro 11 - Despesa relativa a investimentos da Administração Central.....	20
Quadro 12 - Receita da Administração Central	21
Quadro 13 - Receita fiscal do subsector Estado	22
Quadro 14 - Reembolsos relativos à receita fiscal.....	23
Quadro 15 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações	26
Quadro 16 – Execução orçamental da Segurança Social	30
Quadro 17 – Conta da Administração Regional	33
Quadro 18 – Conta da Administração Local e ajustamentos para comparabilidade	37
Quadro 19 – Despesa com ativos financeiros do Estado	38
Quadro 20 – Principal receita de ativos financeiros do Estado	39
Quadro 21 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde	40
Quadro 22 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais.....	42

Índice de gráficos:

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central.....	10
Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central	10
Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central.....	11
Gráfico 4 – Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central	12
Gráfico 5 – Despesa com transferências da Administração Central	16
Gráfico 6 - Receita fiscal do subsector Estado.....	23
Gráfico 7 – Saldo global da Administração Central.....	26
Gráfico 8 – Despesa da Segurança Social	27
Gráfico 9 – Contribuições e quotizações e prestações sociais.....	28
Gráfico 10 – Receita da Segurança Social	29
Gráfico 11 – Saldo Global da Segurança Social.....	29
Gráfico 12 – Despesa RAA	32
Gráfico 13 – Despesa RAM	32
Gráfico 14 – Receita RAA	33
Gráfico 15 – Receita RAM	33
Gráfico 16 - Saldo Global da RAA.....	34
Gráfico 17 – Saldo Global da RAM	34
Gráfico 18 – Despesa da AL	35
Gráfico 19 – Despesa Bens e Serviços e de Capital da AL	35
Gráfico 20 – Receita da AL	36
Gráfico 21 – Receita Fiscal da AL	36
Gráfico 22 – Saldo Global da Administração Local	37
Gráfico 23 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período	41
Gráfico 24 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período.....	42

- O saldo provisório das administrações públicas, apurado na ótica da Contabilidade Pública (i.e., dos recebimentos e pagamentos) ascendeu a -7.074 milhões de euros (-8.835,5 milhões de euros em 2013), traduzindo, assim, uma melhoria de 1.761,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria de cerca de 655 milhões de euros face ao limite definido no relatório do Orçamento do Estado para 2015. Contribui para este resultado a evolução da despesa, com uma redução de 1.4%, traduzindo um desempenho melhor do que o esperado aquando das estimativas inscritas no relatório do Orçamento do Estado para 2015 (+0,9%). De referir que o ajustamento do lado da despesa contribuiu com cerca de 68% para a melhoria do saldo orçamental face ao ano precedente.

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas

	Execução 2013	€ Milhões			
		I trim. 2014	II trim. 2014	III trim. 2014	IV trim. 2014
Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)	-8.835,5	-844,7	-4.190,0	-3.982,7	-7.074,0
Administração Central	-8.425,5	-869,8	-4.625,0	-4.560,2	-7.466,6
Estado	-7.664,5	-1.489,3	-5.306,0	-5.190,6	-7.092,5
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	218,1	781,4	1.086,4	1.091,7	695,3
Entidades Públicas Reclassificadas	-979,0	-161,9	-405,4	-461,3	-1.069,5
Administração Regional	-836,5	-124,5	-291,9	-335,8	-419,5
Madeira	-830,3	-129,4	-279,7	-336,9	-392,3
Açores	-6,2	4,9	-12,2	1,1	-27,2
Administração Local	-62,6	75,4	256,9	414,5	392,8
Segurança Social	489,1	74,2	470,0	498,8	419,3

Nota: Os valores indicados são acumulados e são atualizados com informação disponível até à presente data.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- O saldo global da **Administração Central e da Segurança Social** ascendeu a -7.047,3 milhões de euros (-7.936,3 milhões de euros em 2013), enquanto que o excedente primário se situou em 535,4 milhões de euros (-234,7 milhões de euros em 2013), decorrendo de um crescimento da receita (+1,2%) e de uma redução da despesa (-0,1%).
- O saldo global do subsetor da **Administração Regional e Local** totalizou -26,7 milhões de euros (392,8 milhões de euros na Administração Local e -419,5 milhões de euros na Administração Regional). Excluindo os efeitos da receita extraordinária da concessão da ANAM em 2013, da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL e dos empréstimos contraídos pela RAM para o efeito, apura-se um excedente orçamental de 495,8 milhões de euros para o total do subsetor (360,7 milhões de euros em 2013).

1. Administração Central e Segurança Social

- Os **saldos global e primário da Administração Central e da Segurança Social**, de acordo com os dados de execução provisória¹, ascenderam a -7.047,3 milhões de euros e +535,4 milhões de euros, respetivamente. Esses resultados consubstanciaram uma melhoria relativamente a 2013 de 889 e 770,1 milhões de euros, respetivamente.

- A despesa diminuiu 0,1% face a 2013, em resultado do comportamento na despesa com a aquisição de bens e serviços correntes (-4,6%), com subsídios (-10%) e com juros e outros encargos (-1,5%).

A comparabilidade entre 2013 e 2014 foi influenciada de vários fatores de caráter pontual², sem os quais a despesa teria uma redução que se estima de 0,7% que decorreu principalmente da diminuição das transferências associadas ao subsídio de desemprego e apoio ao emprego, bem como da redução das despesas com o pessoal.

- No que respeita à **receita**, o aumento situou-se em 1,2%, assente sobretudo no crescimento da receita fiscal e contributiva (+3%), parcialmente contrariado: pela redução das transferências correntes e de capital (-25,5% e -12,6%, respetivamente), com destaque para as recebidas da União Europeia (-20,9%); pela diminuição da receita de juros e dividendos por parte do Estado; e pelo efeito de base da receita extraordinária, arrecadada em 2013, no âmbito do processo de concessão de infraestruturas aeroportuárias, relevada como “outras receitas de capital” (400 milhões de euros).

¹ Os elementos definitivos em Contabilidade Pública (ótica de caixa) serão divulgados na Conta Geral do Estado para 2014, que ocorrerá, nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, até ao final do primeiro semestre de 2015.

² Em 2013: regularização de dívidas a fornecedores pelas instituições do Serviço Nacional de Saúde (432 milhões de euros); compensação financeira de 167,3 milhões de euros atribuída a várias entidades no âmbito da finalização do processo de concessão da utilização de recursos hídricos.

Em 2014: aumento da taxa de contribuição das entidades empregadoras públicas para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA); despesa realizada no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo; contabilização da transferência para a Administração Local da participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), prevista na Lei de Finanças Locais; consignação da receita da contribuição para o setor bancário relativa a 2013 e 2014 ao Fundo de Resolução.

1. Administração Central e Segurança Social

Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social

Período: janeiro a dezembro				€ Milhões
	2013	2014	Variação Homóloga acumulada (%)	Contributo para VHA (em p.p.)
	Execução Acumulada			
Receita corrente	65.802,5	67.126,8	2,0	2,0
Receita fiscal	37.575,7	38.425,9	2,3	1,3
Impostos diretos	17.436,7	17.582,6	0,8	0,2
Impostos indiretos	20.139,0	20.843,3	3,5	1,0
Contribuições de Segurança Social	18.514,6	19.366,2	4,6	1,3
Transferências Correntes	2.268,4	1.689,1	-25,5	-0,9
Outras receitas correntes	6.906,9	7.586,9	9,8	1,0
Diferenças de consolidação	537,0	58,7		
Receita de capital	1.868,0	1.363,6	-27,0	-0,7
Venda de bens de investimento	103,2	120,2	16,4	0,0
Transferências de Capital	1.201,6	1.050,3	-12,6	-0,2
Outras receitas de capital	558,5	153,4	-72,5	-0,6
Diferenças de consolidação	4,6	39,8		
Receita efetiva	67.670,5	68.490,4	1,2	
Por memória:				
Receita fiscal e contributiva	56.090,3	57.792,1	3,0	2,5
Receita não fiscal e não contributiva	11.580,2	10.698,3	-7,6	-1,3
Despesa corrente	72.330,2	72.038,6	-0,4	-0,4
Despesas com o pessoal	13.012,0	13.134,6	0,9	0,2
Aquisição de bens e serviços	10.970,7	10.463,4	-4,6	-0,7
Juros e outros encargos	7.701,7	7.582,8	-1,5	-0,2
Transferências correntes	37.562,8	37.793,5	0,6	0,3
Subsídios	2.169,0	1.953,1	-10,0	-0,3
Outras despesas correntes	914,0	685,8	-25,0	-0,3
Diferenças de consolidação	0,0	425,3		
Despesa de capital	3.276,6	3.499,1	6,8	0,3
Investimento	1.526,3	2.078,4	36,2	0,7
Transferências de capital	1.612,4	1.352,8	-16,1	-0,3
Outras despesas de capital	122,9	63,3	-48,5	-0,1
Diferenças de consolidação	15,1	4,6		
Despesa efetiva	75.606,8	75.537,8	-0,1	
Por memória:				
Transferências correntes e de capital	39.175,2	39.146,3	-0,1	0,0
Saldo global	-7.936,3	-7.047,3		
Despesa primária	67.905,2	67.955,0	0,1	
Saldo corrente	-6.527,7	-4.911,8		
Saldo de capital	-1.408,6	-2.135,5		
Saldo primário	-234,7	535,4		

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

1. Administração Central e Segurança Social

DESPESA

- A **despesa da Administração Central e da Segurança Social** decresceu 0,1%, o que representou uma inflexão face ao comportamento observado até novembro (crescimento de 0,4%). Por sua vez, a despesa primária aumentou 0,1%, desacelerando face ao mesmo período de referência (+0,6%).
- As **despesas com o pessoal** cresceram 0,9% (+2,2% até novembro), evolução pressionada pelos seguintes fatores: o efeito da reversão da medida de redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento Estado para 2014, na sequência da declaração de inconstitucionalidade da mesma pelo Tribunal Constitucional; o aumento da taxa de contribuição das entidades empregadoras públicas para a CGA; e a despesa realizada no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo (PRMA).
- A taxa de variação da despesa com a **aquisição de bens e serviços correntes** situou-se em -4,6% (-3,7% até novembro). Esta evolução decorreu, em parte, do efeito associado aos pagamentos realizados em 2013 no âmbito do processo de regularização de dívidas a fornecedores por parte de instituições que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Excluindo aquele efeito, esta rubrica de despesa teria decrescido 0,7%, para o que contribuiu sobretudo a redução da despesa com saúde a cargo do subsistema público de saúde gerido pela ADSE.
- A despesa com **juros e outros encargos** diminuiu 1,5%, resultado que decorreu da conversão, em 2013, de empréstimos concedidos pelo Estado a entidades públicas reclassificadas (EPR) da área dos transportes em aumentos de capital estatutário, bem como da liquidação antecipada de contratos de derivados de taxa de juro. Estes motivos justificaram a variação ocorrida nos encargos financeiros suportados pelas EPR, que decresceram 33,7%.

A contração observada nesta rubrica de despesa foi mais pronunciada do que a registada até novembro (-1%), em face da desaceleração dos encargos correntes com a dívida direta do Estado (+2,2%, que compara com +2,5% até novembro). Esteve essencialmente em causa o efeito associado às operações de recompra de algumas séries de Obrigações do Tesouro no final de 2013, que implicaram uma antecipação do momento do pagamento dos respetivos juros.

- As **transferências**³ observaram um decréscimo (-0,1%), em resultado da interação de fatores com variação significativa e impacto díspar na despesa.

Para este resultado, destacaram-se os seguintes contributos: a diminuição dos encargos com as prestações sociais do subsídio de desemprego e de apoio ao emprego (-18,3%); e o decréscimo das verbas transferidas para as Regiões Autónomas no âmbito da Lei de Finanças Regionais e da lei que atribuiu os meios financeiros para a reconstrução da Região Autónoma da Madeira⁴ (-24,2%).

Por sua vez, no sentido do aumento da despesa, é de referir o acréscimo dos encargos com pensões dos beneficiários do sistema de pensões gerido pela CGA (+1,4%) e do regime geral de Segurança Social (+0,9%); a contabilização, a partir de 2014, da transferência para a Administração Local da participação

³ Considerando as transferências de natureza correntes e de capital no seu conjunto.

⁴ Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho, que fixou "os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010", nos termos da qual foi determinada uma transferência extraordinária do Orçamento do Estado para aquela Região Autónoma, no valor de 200 milhões de euros, a ser disponibilizada entre 2010 e 2013.



variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), conforme já foi referido⁵ (334,6 milhões de euros); e a transferência, em 2014, da receita da contribuição para o setor bancário relativa a 2013 e 2014 para o Fundo de Resolução (287,2 milhões de euros).

De referir que a inflexão verificada na evolução das transferências foi essencialmente determinada pela desaceleração das pensões a cargo da Segurança Social (de 3% em novembro para 0,9% no final do ano).

- A despesa com **subsídios** decresceu 10% (-11,8% até novembro), comportamento que refletiu a diminuição dos apoios à formação profissional atribuídos pela Segurança Social, que acompanhou o decréscimo das transferências com origem no Fundo Social Europeu.

De referir, ainda, o efeito de base associado à atribuição, em dezembro de 2013, de uma compensação financeira a várias entidades⁶, por conta de parte da verba relativa ao equilíbrio económico-financeiro recebida pelo Estado, como contrapartida pela concessão da utilização de recursos hídricos em 2007, que ainda não havia sido afeta.

- A taxa de redução das **outras despesas correntes** (-25%, que compara com -32,6% até novembro) foi determinada, em grande medida, pela evolução da despesa com formação profissional em resultado da reclassificação para despesas com pessoal de montantes que, em 2013, eram registados em “outras despesas correntes”, bem como da redução de receita com origem no FSE.
- O crescimento da despesa de **investimento** foi de 36,2% (+14,3% até novembro). Esta evolução foi explicada pelos pagamentos de contratos de subconcessão de infraestruturas rodoviárias que se iniciaram em 2014⁷ e cujo contributo se acentuou em dezembro.

RECEITA

- A **receita da Administração Central e da Segurança Social** cresceu 1,2% (+3,4% até novembro)⁸, sendo que este acréscimo foi determinado pelo crescimento da receita fiscal e das contribuições para sistemas de proteção social (+2,3% e +4,6%, respetivamente).

A desaceleração observada (-2,2 p.p.) deveu-se ao abrandamento do crescimento da receita de ambas as naturezas referidas, para o qual contribuiu o efeito de base associado à receita cobrada em 2013 no

⁵ Esta operação passou a ser relevada em despesa orçamental, tendo assim igual impacto na receita e na despesa. Até 2013, era apenas reconhecida na receita orçamental, ocorrendo a entrega por operações extraorçamentais.

⁶ Nos termos do n.º 3 do art.º 92.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

⁷ Subconcessões Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo e Litoral Oeste.

⁸ Em 2014, teve lugar a reclassificação, para a receita fiscal, da receita proveniente da cobrança da Contribuição sobre o Setor Bancário que até então se encontravam classificados como receita não fiscal e não contributiva. Os valores cobrados ao longo de 2013 e 2014 podem ser consultados no quadro 18 – “Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social”, anexo à presente publicação. Por sua vez, a parte da receita de jogos sociais que é consignada à Segurança Social foi reclassificada para “impostos indiretos” a partir de dezembro de 2013, pelo que o efeito de reclassificação a que se tem vindo a fazer referência em meses anteriores deixou de existir.

1. Administração Central e Segurança Social

âmbito do Regime Excecional de Regularização de Dívidas (RERD)⁹. De referir que este efeito de base contribuiu para a taxa de variação da receita em -1,7 p.p.¹⁰.

- O crescimento da **receita fiscal** foi sustentado pelo aumento quer da receita dos impostos indiretos (+3,5%), quer dos impostos diretos (+0,8%)¹¹.
- Para o aumento da receita de **impostos diretos** contribuiu, sobretudo, o crescimento da receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) em 4,4%¹² (+9% até novembro), traduzindo a melhoria das condições do mercado de trabalho e o resultado das medidas de combate à fraude e evasão fiscal.

Por sua vez, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) decresceu 11,3% (-5% até novembro), sendo relevante salientar que este resultado incorporou o impacto orçamental do regime de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento.

- A taxa de variação da receita dos **impostos indiretos** situou-se em 3,5% (+6,5% até novembro), resultado que refletiu sobretudo o comportamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (+4,1%) e, ainda que em menor grau de importância em termos de contributo para a taxa de variação, dos impostos sobre veículos (+32,3%) e sobre o Tabaco (+6,6%).

Para a evolução da receita do IVA contribuiu a retoma da atividade económica e o combate à evasão fiscal e à economia paralela.

- A receita de **contribuições para os sistemas de segurança social** aumentou 4,6% (6,5% até novembro).

Aquele resultado foi determinado, em grande medida, pelas contribuições para a CGA, cujo crescimento (+9,3%) resultou do: aumento da taxa de contribuição das entidades empregadoras públicas em 2014; alargamento da base de incidência da contribuição extraordinária de solidariedade; e o impacto da reversão da medida de redução remuneratória no valor das contribuições dos subscritores e das entidades empregadoras públicas.

De salientar, ainda, o aumento da receita da Segurança Social proveniente de contribuições (+1,8%).

⁹ O Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, aprovou "um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal, bem como de dívidas à segurança social, cujo prazo legal de cobrança tenha terminado até 31 de agosto de 2013", "permitindo a dispensa ou a redução do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas do processo de execução fiscal nos casos de pagamento a pronto, total ou parcial, da dívida de capital".

¹⁰ Consultar o quadro 18 – "Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social", anexo à presente publicação, para obter informação mensal sobre a receita arrecadada ao abrigo daquele regime.

¹¹ As taxas de variação da receita fiscal e das respetivas categorias de impostos referidas na presente secção não devem ser diretamente comparadas com as que constam do quadro 6 - "Receita do Estado" anexo à presente edição. Com efeito, os dados referidos na presente análise reportam-se ao universo da Administração Central e da Segurança Social, que engloba não apenas o subsetor Estado (a que se refere o quadro 6 anexo), mas igualmente o subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos e da Segurança Social – para maior aprofundamento destes conceitos, consulte o glossário da síntese mensal de execução orçamental, disponível no sítio oficial da DGO na *Internet*.

¹² A variação integra o ajustamento contabilístico da transferência da componente da participação variável dos municípios recomendado pelo Tribunal de Contas.



A desaceleração observada na receita de contribuições tendo por referência a receita até novembro (em -1,9 p.p.) refletiu o impacto, na receita da CGA, das novas reduções remuneratórias em vigor desde setembro¹³ e o efeito de base da cobrança de contribuições da Segurança Social no âmbito do RERD.

- A evolução da **receita não fiscal e não contributiva** (-7.6%, que compara com -11% até novembro) foi explicada sobretudo pela confluência de um conjunto de fatores, de que se destacam: a redução da receita com proveniência do Fundo Social Europeu (-37,8%), em parte decorrente do deslizamento do momento do recebimento para 2015; o efeito de base associado à contabilização de receita relativa à concessão de infraestruturas aeroportuárias em 2013; e a diminuição do valor dos dividendos entregues pelo Banco de Portugal e dos juros pagos ao Estado por empresas públicas na área dos transportes¹⁴.

¹³ As novas reduções remuneratórias decorrem da aplicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro (*"Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão"*).

¹⁴ Em resultado da já referida conversão destes empréstimos concedidos pelo Estado em aumentos de capital estatutário dessas entidades.

2.1. Administração Central

DESPESA

- A **despesa consolidada da administração central** decresceu 0,1% face ao período homólogo, sendo que para este desempenho contribuí a redução de várias componentes da despesa com destaque para as aquisições de bens e serviços das entidades do Serviço Nacional de Saúde, rubricas de outras despesas dos estabelecimentos de ensino não superior e encargos financeiros suportados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR). Este efeito é contrariado, em particular, pelo comportamento do investimento das entidades reclassificadas da área das infraestruturas rodoviárias.

Quadro 3 - Despesa da Administração Central

Natureza da Despesa	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo	
					VHA	VH implícita
	2013	2014	novembro	dezembro	dezembro (em p.p.)	ao OE (%)
Despesas com o pessoal	12.738,2	12.856,4	2,2	0,9	0,2	2,6
Aquisição de bens e serviços	10.898,8	10.391,5	-3,7	-4,7	-0,8	-2,2
Juros e outros encargos	7.699,2	7.579,1	-1,1	-1,6	-0,2	0,4
Transferências	26.408,4	26.599,5	1,8	0,7	0,3	1,5
Subsídios	1.063,8	1.026,7	26,2	-3,5	-0,1	0,1
Investimento	1.507,3	2.052,8	13,7	36,2	0,9	68,7
Outras despesas	954,6	739,8	-20,5	-22,5	-0,4	19,1
Diferenças de consolidação	15,1	8,4				
Despesa primária	53.586,2	53.675,1	1,1	0,2	0,1	3,2
Despesa efectiva	61.285,4	61.254,2	0,8	-0,1		2,8

Nota: O montante total da despesa primária e efetiva incorpora as diferenças de consolidação intersectoriais.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central

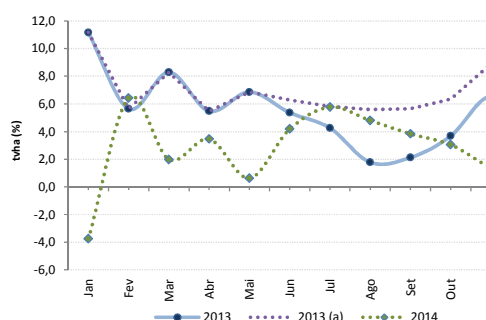
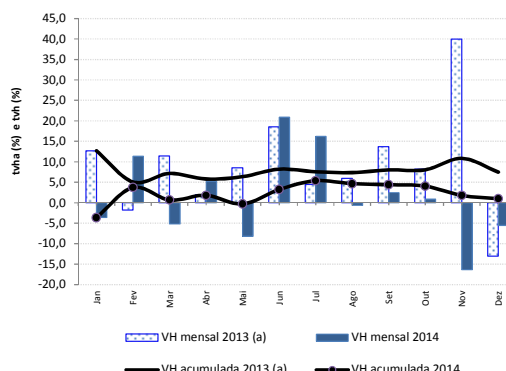


Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central



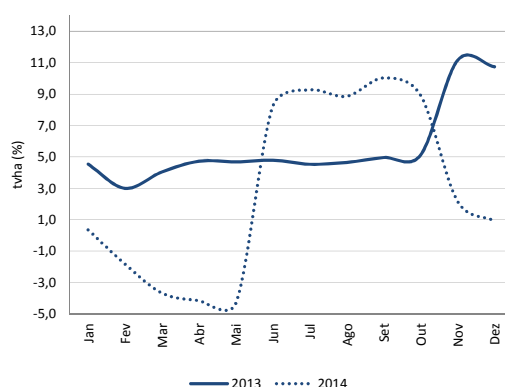
Nota: 2013 (a) – Exclui os montantes de regularização de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- O crescimento de 0,9% demonstrado pelas **despesas com pessoal** (2,2 % no mês anterior) face a 2013 é influenciado essencialmente pelos seguintes fatores: reversão da medida de redução remuneratória prevista na Lei do Orçamento Estado para 2014¹⁵, a qual vigorou até maio; aumento da taxa de contribuição das entidades empregadoras públicas para a CGA¹⁶; e a despesa realizada no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo (PRMA).

A desaceleração face a novembro (-1,2 p.p.) resulta da diluição dos efeitos relativos à reversão remuneratória e ao PRMA bem como do associado ao pagamento do subsídio de férias em períodos distintos nos dois anos¹⁷.

Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 4 – Despesa com o pessoal da Administração Central

Período: janeiro a dezembro				€ Milhões	
Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dez (em p.p.)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Total	12.738,2	12.856,4	2,2	0,9	
<i>Do qual:</i>					
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	4.407,5	4.580,1	4,0	3,9	1,4
Ciência e Ensino Superior	1.269,9	1.299,8	2,9	2,3	0,2
Finanças e Administração Pública	555,6	565,3	3,5	1,8	0,1
Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social	300,4	307,3	0,0	2,3	0,1
Defesa	1.308,6	1.261,2	2,9	-3,6	-0,4
Segurança Interna	1.627,5	1.596,9	-1,8	-1,9	-0,2
Economia	369,6	347,0	-4,7	-6,1	-0,2

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

¹⁵ Acórdão N.º 413/2014 de 30 de maio, do Tribunal Constitucional.

¹⁶ Aumento da contribuição da entidade patronal para 23,75% prevista no art.º 81 da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro.

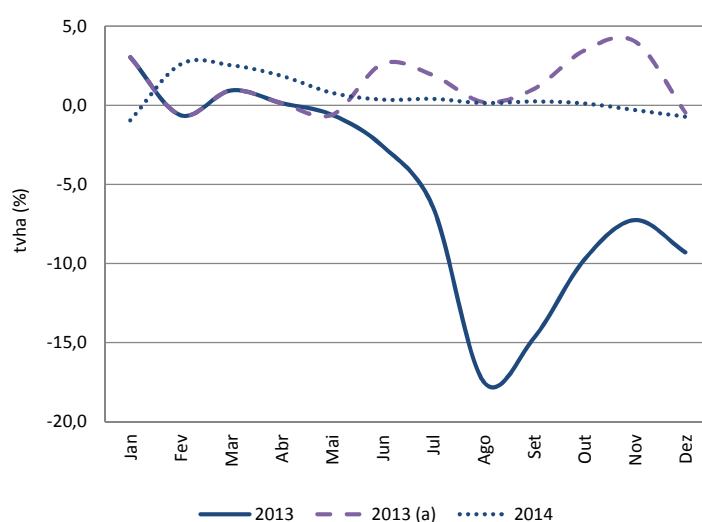
¹⁷ A Lei n.º 39/2013, de 21 de junho determinou a reposição em 2013 do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas, tendo a mesma ocorrido em novembro.

2.1. Administração Central

- A despesa com a **aquisição de bens e serviços** apresenta um decréscimo de 4,7% influenciado pelo efeito de base associado ao plano de regularização de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em 2013, que se traduziu num montante de despesa de 432 milhões de euros.

Corrigido daquele efeito, observava-se uma redução de 0,7%, resultante sobretudo do efeito de base relacionado com a antecipação, para dezembro de 2013, de pagamentos de encargos com saúde do regime convencionado pela Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE).

Gráfico 4 – Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central



Nota: 2013 (a) – Exclui os montantes de regularização de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 5 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões
Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro
	2013	2014	novembro	dezembro	
Saúde	7.749,2	7.331,8	-4,1	-5,4	-3,8
do qual: Serviço Nacional de Saúde	7.662,2	7.266,0	-4,0	-5,2	-3,6
Finanças e Administração Pública	717,6	608,7	-15,0	-15,2	-1,0
do qual:					
Direção-Geral Prot.Soc. Trabalhadores Funções Públicas (ADSE)	479,0	384,6	-16,2	-19,7	-0,9
Autoridade Tributária e Aduaneira	140,3	132,7	-12,3	-5,4	-0,1
Segurança Interna	281,8	258,8	-6,3	-8,2	-0,2
do qual:					
Polícia de Segurança Pública	48,1	41,5	-8,5	-13,7	-0,1
Guarda Nacional Republicana	62,6	52,7	-11,5	-15,7	-0,1
Economia	417,5	429,8	-3,6	3,0	0,1
Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social	233,7	240,2	4,2	2,8	0,1
Justiça	248,5	254,3	11,7	2,4	0,1
do qual: Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P.	98,0	118,9	25,5	21,3	0,2
Defesa	457,2	492,5	3,8	7,7	0,3
do qual: DEFLOC - Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.	0,0	19,4	-	-	0,2
Outros	793,4	775,4	1,3	-2,3	-0,2
Total	10.898,8	10.391,5	-3,7	-4,7	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com **juros e outros encargos** da Administração Central decresceu 1,6% (-1,1 % até novembro), decorrente do comportamento dos encargos financeiros suportados pelas EPR.

Quadro 6 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Juros e Outros Encargos da Administração Central	7.699,2	7.579,1	-1,1	-1,6	
Juros e outros encargos da Dívida Pública	6.841,6	6.994,7	2,5	2,2	2,0
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR	831,1	550,8	-46,1	-33,7	-3,6
Outros	26,6	33,5	81,9	26,2	0,1

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa com juros e encargos da dívida direta do Estado cresceu 1,3%¹⁸, em resultado do aumento dos encargos com os empréstimos contraídos no âmbito do PAEF, designadamente da taxa de juro do empréstimo contraído junto do Fundo Monetário Internacional, embora, em sentido inverso, os juros

¹⁸ Tendo por referência o Quadro 7.

2.1. Administração Central

relativos às Obrigações do Tesouro (OT) e aos Bilhetes do Tesouro (BT), tenham tido uma variação favorável.

A desaceleração da despesa (1,9% até novembro) decorreu sobretudo da despesa com juros de Obrigações do Tesouro (-5,6%, que compara com -4,6% até novembro), na sequência de recompras de dívida realizadas no âmbito da operação de troca levada a efeito em dezembro 2013¹⁹, as quais implicaram uma antecipação do pagamento de juros das OT recompradas.

Quadro 7 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões
	Execução Acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Juros da dívida pública	6.923,9	7.017,2	2,0	1,3	1,3
Bilhetes do Tesouro	504,6	380,6	-25,7	-24,6	-1,8
Obrigações do Tesouro	4.198,3	3.964,5	-4,6	-5,6	-3,3
Empréstimos PAEF	1.703,7	2.009,5	18,0	17,9	4,4
Certificados de Aforro e do Tesouro	328,5	379,1	14,0	15,4	0,7
CEDIC / CEDIM	37,7	49,1	32,6	30,4	0,2
Outros	151,1	234,5	60,1	55,2	1,2
Comissões	86,5	81,2	-6,0	-6,2	-0,1
Empréstimos PAEF	55,6	18,6	-66,5	-66,5	-0,5
Outros	31,0	62,6	113,3	101,8	0,5
Juros e outros encargos pagos	7.010,4	7.098,4	1,9	1,3	
Tvh (%)			60,9	-32,5	
Por memória:					
Juros recebidos de aplicações	-168,8	-126,0	-24,5	-25,4	
Juros e outros encargos líquidos	6.841,6	6.972,4	2,5	1,9	
Tvh (%)			57,1	-32,0	
Stock dívida direta do Estado	204.252,3	n.d.			

Nota: Os valores constantes deste quadro para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o quadro 6 "Despesa com juros e outros encargos da Administração Central" e anexo 5 "Execução Orçamental do Estado" evidencia as verbas disponibilizadas pelo OE para o período respetivo. No total do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos.

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

Os juros e encargos financeiros suportados pelas EPR decresceram 33,7% (-46,1% até novembro), resultado que decorre da transformação de empréstimos em aumentos de capital por parte do Estado à REFER, E.P.E. e à Estradas de Portugal, S.A.. Merece ainda referência o efeito de base associado à liquidação, em 2013, de encargos com *swaps* por parte de entidades do setor dos transportes.

¹⁹ Séries de Obrigações do Tesouro "OT 4,375% Jun 2014", "OT 3,6% Out 2014" e "OT 3,35% Out 2015".

O decréscimo menos acentuado face a novembro (em 12,4 p.p.) está influenciado sobretudo pelo comportamento dos encargos do sector da gestão de infraestruturas, principalmente da REFER, E.P.E., por via da diluição do efeito de base do pagamento, em novembro de 2013, de encargos associados a empréstimos contraídos junto do Estado.

Quadro 8 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões
Setor de atividade	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro
	2013	2014	novembro	dezembro	
Total	831,1	550,8	-46,1	-33,7	
Gestão de Infraestruturas	372,5	216,0	-55,1	-42,0	-18,8
<i>dos quais:</i>					
Rede Ferroviária Nacional, EPE	267,6	149,0	-48,2	-44,3	-14,3
Estradas de Portugal, S.A.	104,9	67,0	-79,8	-36,1	-4,6
Transportes	267,1	153,5	-48,1	-42,5	-13,7
<i>dos quais:</i>					
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	177,8	85,9	-51,4	-51,7	-11,0
Metro do Porto, S.A.	89,3	65,9	-45,7	-26,2	-2,8
Comunicação Social	3,7	4,0	8,9	5,9	0,0
Requalificação Urbana	0,0	0,0	-	-	-
Cultura	0,0	0,0	-	-	-
Outros Setores	187,8	177,4	28,3	-5,5	-1,2

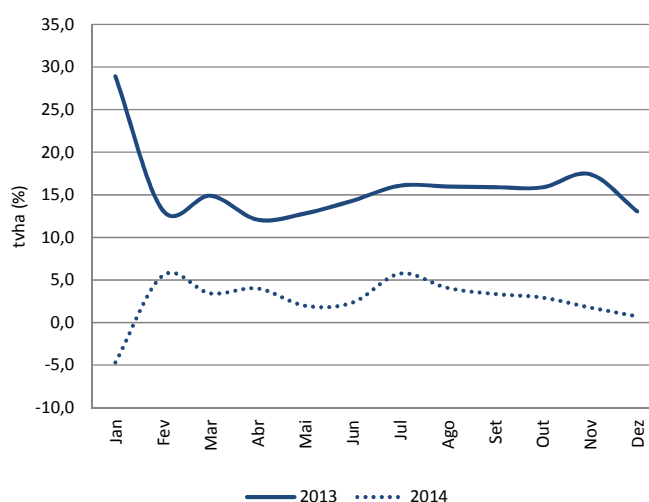
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **transferências** aumentaram 0,7% (1,8% até novembro), derivando em maior medida da entrega da receita da contribuição sobre o setor bancário relativa a 2013 e 2014 a favor do Fundo de Resolução, do acréscimo das transferências realizadas no âmbito da Lei das Finanças Locais²⁰ e da evolução das pensões e outros abonos da CGA.

²⁰ Recorde-se que a execução destas transferências está influenciada pelo tratamento orçamental da participação variável dos municípios na receita de IRS, adotado em 2014. Sem este efeito, a despesa com transferências observaria uma variação homóloga acumulada de -0,5 %.

2.1. Administração Central

Gráfico 5 – Despesa com transferências da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Este crescimento é em parte contrariado pelo comportamento evidenciado pelas transferências para:

- A Segurança Social, no âmbito da respetiva Lei de Bases (LBSS), já que o valor previsto para 2014 é inferior ao montante atribuído em 2013;
- A Administração Regional, pela aplicação da disposição legal prevista na Lei das Finanças Regionais²¹, que determina diferentes regras para o apuramento da transferência em 2014²², bem como pelo término das transferências no âmbito da Lei de Meios²³.

A desaceleração das transferências (1 p.p.) resulta essencialmente da evolução das transferências no âmbito das LBSS, decorrente do menor nível de solicitação de verbas ocorrida em dezembro 2014, e da diluição do impacto da transferência realizada a favor do Fundo de Resolução.

²¹ Lei Orgânica n.º2/2013, de 2 de setembro.

²² A Lei das Finanças Regionais estabelece para 2014 um valor fixo, para o montante das transferências do Estado para as RA, em montante inferior ao que resultaria da aplicação da fórmula legalmente também prevista, mas que tem em consideração os montantes transferidos em anos anteriores.

²³ Lei Orgânica n.º2/2010, de 16 de junho, que fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de fevereiro de 2010.

Quadro 9 – Despesa com transferências correntes e de capital da Administração Central

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões
Transferências por natureza	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Lei de Finanças Locais	2.076,6	2.360,7	13,7	13,7	1,1
Pensões e Outros Abonos - CGA	9.230,5	9.461,9	2,6	2,5	0,9
Fundo Português de Carbono	60,6	54,4	-	-10,2	0,0
Apoios do Instituto de Financiamento Agricultura e Pescas	815,9	791,0	4,2	-3,1	-0,1
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	85,6	98,2	18,7	14,8	0,0
Segurança Social - IVA Social	725,0	725,0	0,0	0,0	0,0
DGTF - Transferência rendimentos de títulos dívida Grega	74,7	69,1	-7,5	-7,5	0,0
Financiamento regime substitutivo dos bancários	506,7	497,2	-1,9	-1,9	0,0
Apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia	265,0	234,4	-9,2	-11,6	-0,1
Lei de Bases da Segurança Social	8.144,6	7.913,0	-0,6	-2,8	-0,9
Contribuição financeira para a União Europeia	1.681,6	1.703,6	-7,7	1,3	0,1
Lei de Finanças Regionais e Lei de Meios	560,0	424,3	-23,7	-24,2	-0,5
DGTF Fundo de Resolução	0,0	287,2	-	-	1,1
Estabelecimentos de ensino não superior	385,6	296,3	-	-23,2	-0,3
Outros	1.796,0	1.683,3	-2,9	-6,3	-0,4
Total	26.408,4	26.599,5	1,8	0,7	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Caixa 1 - Transferências para o orçamento da União Europeia

- Em sede do Orçamento de Estado está previsto um capítulo específico (Capítulo 70 - Ministério das Finanças) que contempla as dotações financeiras previsionais para assegurar o cumprimento dos compromissos com as transferências para o Orçamento da UE.
- O Capítulo 70 do Orçamento de Estado é gerido pela Direção Geral do Orçamento e integra dois centros financeiros que correspondem precisamente à natureza dos recursos próprios comunitários, isto é, Recursos Próprios Tradicionais que consistem nos direitos aduaneiros e quotizações no âmbito do setor do açúcar (organização comum de mercado) e Contribuição Financeira que integra o recurso próprio IVA, o recurso próprio RNB e a compensação ao Reino Unido.
- A participação de Portugal na UE implica o pagamento regular dos recursos próprios comunitários, que são basicamente de três tipos:
 - «Recursos próprios tradicionais» (RPT) — consistem principalmente em direitos que são cobrados nas importações de produtos provenientes de países terceiros (representam aproximadamente 12,0% das receitas totais);
 - O recurso baseado no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é uma percentagem uniforme aplicável à base tributável de IVA harmonizada de cada Estado-Membro (o recurso baseado no IVA representa cerca de 13,2% das receitas totais);

2.1. Administração Central

- O recurso com base no rendimento nacional bruto (RNB) decorre de uma percentagem uniforme aplicada ao RNB de cada Estado-Membro. Este recurso tornou-se a fonte de receitas mais importante e corresponde atualmente a cerca de 73,6% das receitas totais.
- Acresce referir que o pagamento da Contribuição Financeira é feito segundo o regime duodecimal, sendo que no 1º trimestre do ano a Comissão Europeia solicitou, de forma a assegurar as necessidades de tesouraria, a antecipação de 2 duodécimos que foram corrigidos posteriormente ao longo do ano. Em 2014 houve necessidade de assegurar igualmente, o pagamento do 8.º retificativo ao orçamento europeu de 2013 o que, tal como em anos anteriores, condiciona a execução orçamental deste Capítulo.

Pagamentos de Recursos Próprios Comunitário à Comissão Europeia

	€ Milhões		
	IV Trimestre		
	2013	2014	Variação Homóloga (%)
Recursos Próprios Tradicionais	27,6	36,2	30,8%
Contribuição Financeira	240,2	608,1	153,2%
Total	267,8	644,2	140,5%

Fonte: GeRFiP, DGO

- Importa referir que o montante transferido para a Comissão Europeia, relativo aos Recursos Próprios Tradicionais, representa 75% do valor total dos direitos aduaneiros efetivamente cobrados pela Autoridade Tributária e Aduaneira, constituindo os restantes 25% receita pública nacional (a título de despesas de cobrança), que se repartem em receita do Estado (24%) e receita do Fundo de Estabilização Aduaneira (1%).
- No 4º trimestre de 2014 a despesa líquida relativa aos Recursos Próprios Tradicionais foi de 36,2 milhões de euros, representando uma variação homóloga positiva de 30,8% face ao 4º trimestre de 2013. Esta variação resulta da variação do pagamento de juros de mora relativos a processos de contencioso aduaneiro no valor de 4,8 e 0,1 milhões de euros, em 2014 e 2013 respetivamente, bem como 1,8 milhões de euros relativo ao pagamento de recursos próprios não cobrados em 2013.
- Relativamente à despesa com a Contribuição Financeira observa-se neste 4º trimestre do ano uma variação homóloga de 153,2%, resultante do facto de no 4º trimestre de 2014 terem sido pagos 2,4 duodécimos face ao pagamento de 1 duodécimo no período homólogo de 2013 e também ao pagamento em 2014 dos ajustamentos IVA e RNB (reportados ao período de 2002 a 2013) no montante de 121,6 milhões¹. Estes ajustamentos decorreram das alterações das bases IVA e RNB resultantes da revisão das Contas Nacionais Portuguesas levada a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com efeitos no RNB (SEC 95), devido às revisões associadas aos trabalhos sobre as reservas existentes relativas ao RNB e à alteração de métodos e fontes com a utilização de novos dados estruturais.

¹Face ao pagamento em 2013 dos ajustamentos IVA (2009 a 2012) no valor de 2,4 milhões de euros

- A despesa com **subsídios** decresceu 3,5%, explicado essencialmente pelo efeito de base relativo à atribuição, em dezembro de 2013, de compensação financeira a várias entidades²⁴, por conta de parte da verba relativa ao equilíbrio económico-financeiro recebida pelo Estado pela concessão de recursos hídricos em 2007 e ainda pelo menor ritmo de ajudas cofinanciadas pelo FEAGA atribuídas pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P..

Este resultado é atenuado pela execução dos apoios ao emprego e à formação profissional²⁵, pelo elevado volume de candidaturas aprovadas em finais de 2013, ainda no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional de 2007-2013, com efeitos em 2014.

Quadro 10 – Despesa com subsídios da Administração Central

Período: janeiro a dezembro				€ Milhões	
Programa orçamental	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Finanças	401,9	207,3	4,6	-48,4	-18,3
do qual: Direção Geral Tesouro e Finanças	401,9	207,3	4,6	-48,4	-18,3
Agricultura e Mar	137,4	109,1	-26,1	-20,6	-2,7
do qual: Instituto Financiamento Agricultura e Pescas	137,4	109,1	-26,1	-20,6	-2,7
Encargos Gerais do Estado	43,8	23,1	44,3	-47,3	-1,9
do qual: Assembleia República	43,8	23,1	44,3	-47,3	-1,9
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	469,4	673,4	51,4	43,5	19,2
do qual: Instituto Emprego e Formação Profissional	437,3	635,6	54,8	45,3	18,6
Outros	11,3	13,9	40,3	22,4	0,2
Total	1.063,8	1.026,7	26,2	-3,5	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa de **investimento** cresceu 36,2%, o que foi justificado principalmente por pagamentos de encargos relativos às subconcessões de infraestruturas rodoviárias que se iniciaram em **2014**²⁶. Em sentido inverso, destaca-se a redução no investimento em:

- Edifícios, pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos I. P. e pela Parque Escolar, EPE;
- Material militar, designadamente por parte da Marinha, em resultado do escalonamento dos pagamentos anuais da aquisição de Fragatas, os quais se reduzem em 50% a partir de 2014.

A aceleração da despesa com investimento em 22,5 p.p. observada face ao mês anterior resulta principalmente do investimento da Estradas de Portugal, S.A., derivado, por um lado, do diferente

²⁴ Nos termos do n.º 3 do art.º 92.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio. As entidades beneficiárias foram a EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira, EDA- Eletricidade dos Açores SA, FRAE- Fundo Regional de Apoio às Atividades Económicas, REN- Rede Elétrica Nacional e ADENE – Agência para a Energia.

²⁵ Concedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

²⁶ Nomeadamente subconcessões Transmontana, Douro Interior, Baixo Tejo e Litoral Oeste.

2.1. Administração Central

perfil intra-anual da mesma e, por outro, do pagamento efetuado no âmbito do protocolo²⁷ relativo à construção da A21- Auto estrada de Mafra. Embora em menor grau, contribui ainda o investimento em bens de domínio público, sobretudo influenciado pela transferência, em dezembro de 2014, dos Terminais Ferroviários de Mercadorias da CP/CPCarga para a REFER, E.P.E..

Quadro 11 - Despesa relativa a investimentos da Administração Central

Período: janeiro a dezembro							€ Milhões		
Investimento por natureza	Execução acumulada 2013			Execução acumulada 2014			Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	novembro	dezembro	
Investimento Incorpóreo - Estradas de Portugal	784,3	22,8	807,1	1.365,0	0,0	1.365,0	27,6	69,1	37,0
Bens de Domínio Público	28,7	67,3	95,9	81,4	50,5	131,9	5,8	37,5	2,4
do qual: Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	9,9	54,4	64,3	64,0	28,1	92,1	-18,7	43,2	1,8
Equipamento Básico	41,2	26,9	68,1	44,6	39,5	84,2	28,0	23,6	1,1
Equipamento e software informático	81,5	20,8	102,2	83,9	18,9	102,7	7,3	0,5	0,0
Investimento Militar	123,8	0,0	123,8	99,3	0,0	99,3	-50,6	-19,8	-1,6
Edifícios	133,6	76,7	210,3	97,6	63,4	161,0	-24,5	-23,5	-3,3
do qual:									
Instituto de Gestão Financeira e Equip. Justiça, I.P.	60,1	0,0	60,1	27,0	0,0	27,0	-53,3	-55,1	-2,2
Parque Escolar, E.P.E	5,5	62,8	68,2	0,0	41,4	41,4	-34,2	-39,3	-1,8
Outros	82,9	17,0	99,9	81,9	26,8	108,7	51,6	8,8	0,6
Total	1.275,9	231,4	1.507,3	1.853,6	199,2	2.052,8	13,7	36,2	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **outras despesas** decresceram 22,5%, em consequência essencialmente da execução de iniciativas no âmbito do Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) e a alteração da forma de contabilização de algumas despesas que, em 2014, passam a ser evidenciadas como despesas com pessoal²⁸.

Para este resultado, concorre ainda o efeito de base, ocorrido em dezembro de 2013, relativo ao pagamento da contrapartida financeira prevista no contrato estabelecido entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira conducente à integração dos aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira na rede aeroportuária nacional²⁹

²⁷ Protocolo assinado entre a Estradas de Portugal S.A., a Câmara Municipal de Mafra e a Mafratlântico - Vias Rodoviárias, E.M.

²⁸ Despesas da Educação que, em 2013, eram contabilizadas em "outras despesas correntes".

²⁹ Ao abrigo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2013, de 14 de junho.

RECEITA

- A **receita consolidada da administração central** apresenta em 2014 um crescimento de 1,8% face ao ano precedente (4,9% até novembro). Aquele comportamento encontra-se alicerçado na receita fiscal (+2,3%), nas contribuições para a CGA e ADSE (+12,1%) e nas vendas de bens e serviços (+27,7%), destacando-se, em sentido contrário, a quebra nos rendimentos da propriedade (-27,3%), nas transferências da UE (-8,5%) e nas outras receitas (-17,1%).

Quadro 12 - Receita da Administração Central

Período: janeiro a dezembro					€ Milhões	
Natureza da Receita	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)
	2013	2014	novembro	dezembro		
Receita fiscal	37.398,3	38.251,8	6,1	2,3	1,6	2,1
Impostos diretos	17.436,7	17.582,6	6,6	0,8	0,3	0,7
Impostos indiretos	19.961,7	20.669,2	5,7	3,5	1,3	3,3
Contribuições para a CGA e ADSE	5.091,7	5.707,8	15,2	12,1	1,2	13,3
Receita não fiscal	10.369,9	9.828,0	-4,7	-5,2	-1,0	2,6
Taxas, multas e outras penalidades	2.381,6	2.469,9	3,6	3,7	0,2	2,7
Rendimentos de propriedade	1.476,3	1.072,6	-19,6	-27,3	-0,8	-22,0
Vendas de bens e serviços	1.629,2	2.079,9	18,5	27,7	0,9	27,8
Transferências da União Europeia	1.834,0	1.677,8	-2,7	-8,5	-0,3	3,5
Outras receitas	3.048,8	2.527,9	-18,1	-17,1	-1,0	0,3
Receita efetiva	52.860,0	53.787,6	4,9	1,8		3,3

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A **receita fiscal** líquida acumulada do Estado ascendeu a 37.111,0 milhões de euros em 2014, o que representa um crescimento de 2,3% e um aumento da receita fiscal cobrada de 838,1 milhões de euros face a 2013. Excluindo o efeito extraordinário do Regime Excecional de Regularização de Dívidas (RERD), ocorrido no final de 2013, a receita fiscal de 2014 superou em 1.768,6 milhões de euros a receita fiscal de 2013, representando um crescimento de 5,0%.

Assim, em 2014, a receita líquida acumulada dos impostos diretos cresceu 0,7% face a igual período de 2013 (crescimento de 4,8% excluindo o RERD). De igual modo, a receita líquida dos impostos indiretos aumentou 3,8% (crescimento de 5,1% excluindo o RERD), destacando-se o desempenho da receita líquida do IVA, do ISV, do IT e do IUC.

2.1. Administração Central

Quadro 13 - Receita fiscal do subsetor Estado

Período: janeiro a dezembro			€ Milhões		
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA
	2013	2014	novembro	dezembro	dezembro (em p.p.)
Impostos diretos	17.415,1	17.532,8	6,4	0,7	0,3
- IRS	12.311,5	12.849,3	9,0	4,4	1,5
- IRC	5.095,0	4.517,2	-5,0	-11,3	-1,6
- Outros	8,6	166,3	n.a.	n.a.	0,4
Impostos indiretos	18.857,9	19.578,2	6,0	3,8	2,0
- ISP	2.102,2	2.092,6	0,2	-0,5	0,0
- IVA	13.249,1	13.812,3	7,0	4,3	1,6
- Imposto sobre veículos	352,4	466,1	33,7	32,3	0,3
- Imposto consumo tabaco	1.312,9	1.400,2	7,7	6,6	0,2
- IABA	173,1	176,4	2,1	1,9	0,0
- Imposto do Selo	1.367,0	1.306,2	-3,2	-4,4	-0,2
- Imposto Único de Circulação	255,6	276,4	12,7	8,1	0,1
- Outros	45,6	48,1	7,7	5,6	0,0
Receita fiscal	36.272,9	37.111,0	6,2	2,3	

Fonte: Ministério das Finanças

Em 2014, a receita líquida acumulada em sede de IRS cresceu 4,4% face a 2013, superando o objetivo de crescimento previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2014. Excluindo o efeito do RERD, o crescimento da receita líquida de IRS foi de 5,7%³⁰. Dos fatores que mais contribuíram para este desempenho positivo da receita do IRS destacam-se a melhoria das condições do mercado de trabalho e o impacto positivo decorrente das medidas de combate à fraude e à evasão fiscal nos impostos diretos.

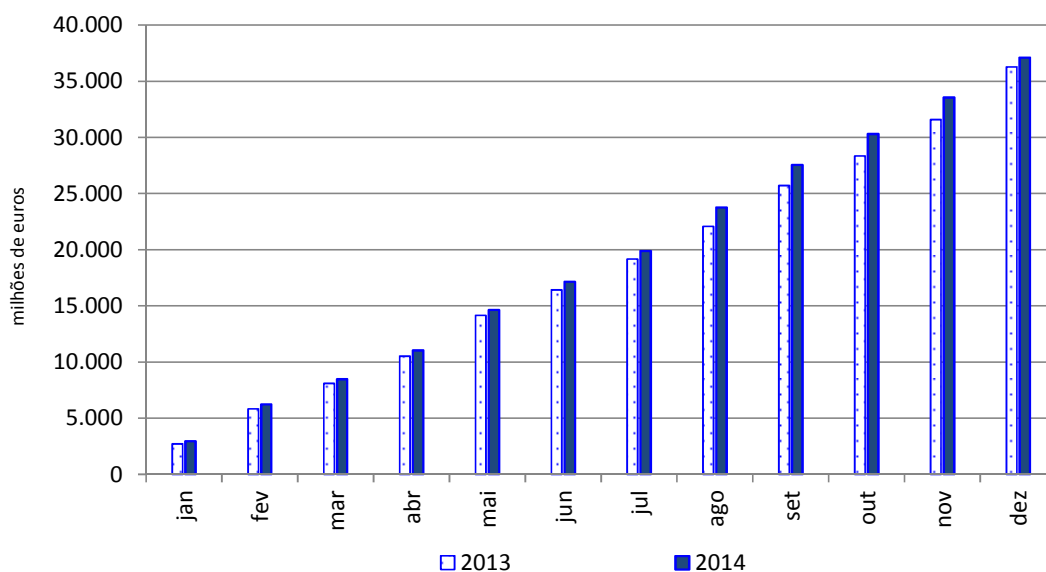
Em 2014, a receita líquida cobrada em sede de IRC registou uma variação de -11,3%. No entanto, excluindo os efeitos extraordinários do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento e do RERD, a receita de IRC cresceu 4,1% face a 2013.

No ano de 2014, a receita líquida acumulada em sede de IVA cresceu 4,3%, tendo aumentado 563,2 milhões de euros face a 2013. Excluindo o efeito do RERD, a receita líquida em sede de IVA cobrada em 2014 cresceu 5,8% (761,1 milhões de euros) face a 2013. Este crescimento expressivo da receita do IVA evidencia a recuperação da atividade económica e a crescente eficácia das novas medidas de combate à evasão fiscal e à economia paralela.

Adicionalmente, em 2014, destaque-se crescimento da receita líquida acumulada de outros impostos indiretos, com especial enfoque para os aumentos de 32,3% do ISV, de 8,1% do IUC, de 6,6% do IT e de 1,9% do IABA, em termos homólogos.

³⁰ A variação integra o ajustamento contabilístico recomendado pelo Tribunal de Contas. Considerando este ajustamento, a receita do IRS teria crescido 2,4%.

Gráfico 6 - Receita fiscal do subsetor Estado



Fonte: Ministério das Finanças

Entre janeiro e dezembro de 2014, os reembolsos acumulados aumentaram 1,0%, em termos homólogos.

Quadro 14 - Reembolsos relativos à receita fiscal

Período: janeiro a dezembro		€ Milhões			
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA dezembro (em p.p.)
	2013	2014	novembro	dezembro	
Impostos diretos	2.920,4	3.245,3	11,6	11,1	4,0
- IRS	1.808,7	2.027,3	12,1	12,1	2,7
- IRC	1.108,8	1.216,1	10,9	9,7	1,3
- Outros	2,9	1,8	-57,2	-38,6	0,0
Impostos indiretos	5.219,0	4.976,8	-8,4	-4,6	-3,0
- ISP	32,5	6,8	-79,2	-79,2	-0,3
- IVA	5.139,1	4.929,1	-7,8	-4,1	-2,6
- Imposto sobre veículos	12,1	9,1	-24,0	-24,9	0,0
- Imposto consumo tabaco	20,5	15,8	-16,9	-23,0	-0,1
- IABA	0,6	0,4	-26,3	-32,0	0,0
- Imposto do Selo	13,1	15,1	1,7	14,9	0,0
- Imposto Único de Circulação	0,1	0,4	296,5	299,6	0,0
- Outros	0,9	0,2	-75,1	-75,8	0,0
Receita fiscal	8.139,4	8.222,1	-1,0	1,0	

Fonte: Ministério das Finanças

2.1. Administração Central

- As **contribuições para sistemas de proteção social** (CGA e ADSE) registam um acréscimo de +12,1% face a 2013. Para esta evolução contribuem as medidas contempladas na Lei do OE para 2014, designadamente o aumento da taxa da contribuição das entidades empregadoras públicas para a CGA, de 20% para 23,75%, e o facto de a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) ter passado a incidir sobre a totalidade das pensões e prestações pecuniárias vitalícias recebidas pelo titular, independentemente da sua natureza (por morte ou outra), sendo que a CES retida nas pensões pagas a partir de maio já comporta as novas taxas e limites de incidência³¹.

Para a variação ocorrida concorre ainda o aumento do número de aposentados/reformados e pensionistas com pensões da responsabilidade de entidades empregadoras.

Contribuiu para a aceleração desta receita, que se observou a partir de julho, o pagamento, em junho de 2014, do subsídio de férias aos funcionários cuja remuneração base mensal é superior a 1.100 euros – o qual, em 2013, havia sido pago em novembro – e a reversão da medida de redução remuneratória prevista no artigo 33.º da Lei do OE para 2014³².

Para a desaceleração que se registou em novembro e em dezembro (diminuição da taxa de variação homóloga acumulada em 4,1 p.p. e em 3,1 p.p., respetivamente, face à registada no mês anterior), contribuiu a entrada em vigor da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que veio estabelecer os mecanismos das novas reduções remuneratórias temporárias aplicáveis aos vencimentos totais ilíquidos mensais de valor superior a 1.500 euros.

Releva-se também que a ADSE – Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 13/2014, de 14 de março, entregou 35,1 milhões de euros relativos a 50% da receita da contribuição da entidade empregadora, que reverteu a favor dos cofres do Estado.

- Os **rendimentos de propriedade** apresentam um decréscimo de -27,3%, justificado pela quebra, em 173,0 milhões de euros, nos juros relativos a empréstimos concedidos a entidades públicas, sobretudo do setor dos transportes, e, em 103,8 milhões de euros, nos juros de obrigações de capital contingente (*coco bonds*), para além da diminuição, em 156,9 milhões de euros, dos dividendos entregues pelo Banco de Portugal (no valor de 202,4 milhões de euros em 2014).
- As **vendas de bens e serviços** revelam um acréscimo de cobrança de +27,7%, para o qual contribui principalmente a REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (+202,9 milhões de euros), em resultado da ausência de pagamento da taxa de utilização da infraestrutura ferroviária por parte dos principais operadores (CP e FERTAGUS) durante o ano de 2013, tendo a CP procedido, em dezembro de 2014, no âmbito de um acordo de regularização da dívida, ao pagamento devido de cerca de 170 milhões de euros.

Contribui ainda a Parque Escolar, E.P.E. (+130,7 milhões de euros), em resultado do contrato programa celebrado com o Estado, no âmbito do programa de modernização de escolas secundárias, apenas ter obtido visto do Tribunal de Contas no final de 2013, tendo a maior parte desse montante sido recebido

³¹ Conforme definidos na Lei n.º 13/2014, de 14 de março (primeira alteração à Lei do OE).

³² Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, proferido em 30 de maio, publicado no *Diário da República* de 26 de junho de 2014.

em janeiro de 2014³³. Refere-se ainda a arrecadação de receita referente à 2.ª prestação da alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia³⁴ (41,3 milhões de euros, em fevereiro e março de 2014).

- As **transferências provenientes do orçamento da União Europeia** (UE), com um particular peso no subsetor dos serviços e fundos autónomos, registam um decréscimo de cobrança de -8,5%, para o qual contribui o facto de a REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (-82,6 milhões de euros) ter concentrado o maior esforço para apresentação de candidaturas em 2012 e 2013.
- As **outras receitas** apresentam um decréscimo de -17,1% face a 2013, para o qual releva sobretudo o efeito de base da entrega em setembro de 2013 de 400,0 milhões de euros pela ANA – Aeroportos de Portugal, S. A., provenientes do contrato de concessão de serviço público aeroportuário³⁵. Deve considerar-se ainda o efeito de base, em 2013, do recebimento da compensação financeira relativa ao fundo de pensões do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (48,1 milhões de euros), decorrente da transferência de responsabilidades para a CGA.

Acresce a alteração do critério de contabilização da Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual em 2013 foi considerada nas “Outras receitas correntes” (127,1 milhões de euros), sendo em 2014 registada como receita fiscal (160,5 milhões de euros, em “Impostos diretos diversos”).

Com efeito inverso, registe-se a cobrança em 2014 de 65,1 milhões de euros da contribuição extraordinária sobre o setor energético³⁶.

SALDO

- O **saldo global da Administração Central** evidencia, em termos acumulados, uma melhoria face ao período homólogo de 958,9 milhões de euros. O saldo primário regista uma melhoria de 838,7 milhões de euros face a 2013.

³³ Registe-se ainda que no final de 2014 faltava receber cerca de 21% do montante relativo à remuneração do contrato programa deste ano, nomeadamente parte da faturação referente aos 3.º e 4.º trimestres (mas à data de 16 de janeiro de 2015 apenas 2% estavam ainda pendentes).

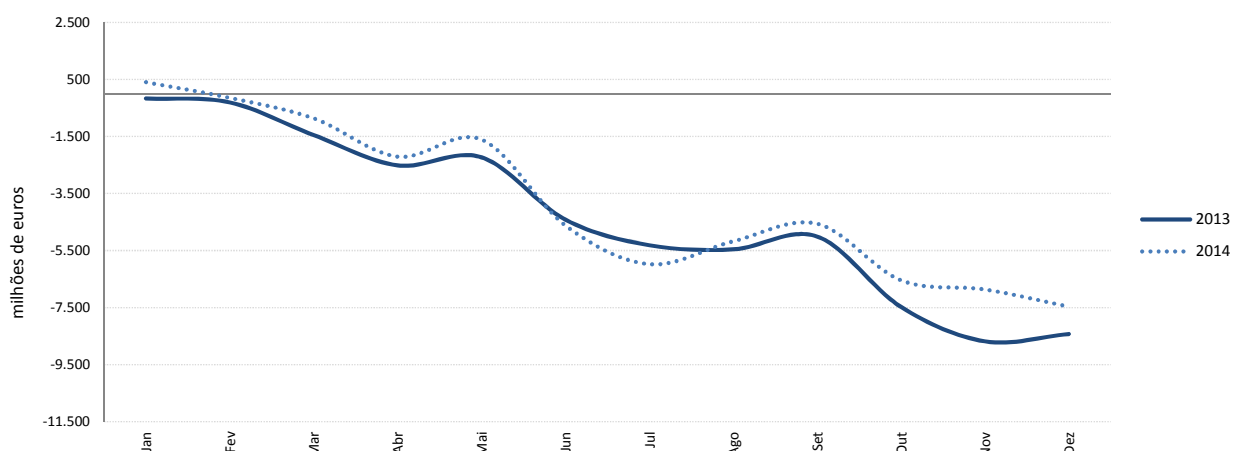
³⁴ Decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2013, de 21 de agosto, e após os 47,5 milhões de euros entrados em outubro de 2013.

³⁵ Relativos aos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores.

³⁶ Criada pelo artigo 228.º da Lei do OE para 2014, tendo o Decreto-Lei n.º 55/2014, de 9 de abril, consignado o produto da contribuição ao Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (o modelo da declaração foi aprovado através da Portaria n.º 208/2014, de 10 de outubro).

2.1. Administração Central

Gráfico 7 – Saldo global da Administração Central



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Quadro 15 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

Setor / Saldo	Execução acumulada		Variação homóloga absoluta			
	2013	2014	Acumulada		Mensal	
			novembro	dezembro	novembro	dezembro
Administração Central	-8.425,5	-7.466,6	1.817,4	958,8	881,8	-858,5
Estado	-7.664,5	-7.092,5	1.157,7	572,0	551,3	-585,6
Serviços e Fundos Autónomos sem EPR	218,1	695,3	449,1	477,3	205,3	28,2
<i>Dos quais:</i>						
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP	409,2	381,8	70,7	-27,4	12,5	-98,1
Instituto de Turismo de Portugal, I.P.	61,9	70,0	29,6	8,0	7,0	-21,6
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	4,4	43,9	18,2	39,5	-12,8	21,3
Fundo de Estabilização Tributário	2,3	42,1	154,2	39,7	10,2	-114,4
Fundo de Acidentes de Trabalho	39,7	38,2	43,1	-1,4	-1,3	-44,5
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.	-65,9	24,0	3,9	90,0	27,0	86,1
Instituições de Ensino Superior	8,5	-4,0	-49,9	-12,6	28,0	37,4
Caixa Geral de Aposentações, I.P.	-62,9	-65,3	196,0	-2,4	219,2	-198,3
Serviço Nacional de Saúde	-329,9	-101,7	-8,2	228,3	17,0	236,5
Entidades Públicas Recllassificadas	-979,0	-1.069,5	210,6	-90,5	125,2	-301,1
<i>Dos quais:</i>						
Estradas de Portugal, S.A.	-268,1	-728,0	-97,7	-459,9	14,0	-362,2
REFER, E.P.E.	-360,2	-199,6	128,8	160,6	31,0	31,8
Metro do Porto	-86,0	-73,6	37,0	12,5	14,6	-24,5
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-81,3	-43,7	11,1	37,6	8,7	26,5
PARUPS, S.A.	-17,0	46,4	91,1	63,4	24,7	-27,7
Parque Escolar, E.P.E.	-62,0	56,8	58,0	118,8	1,9	60,8

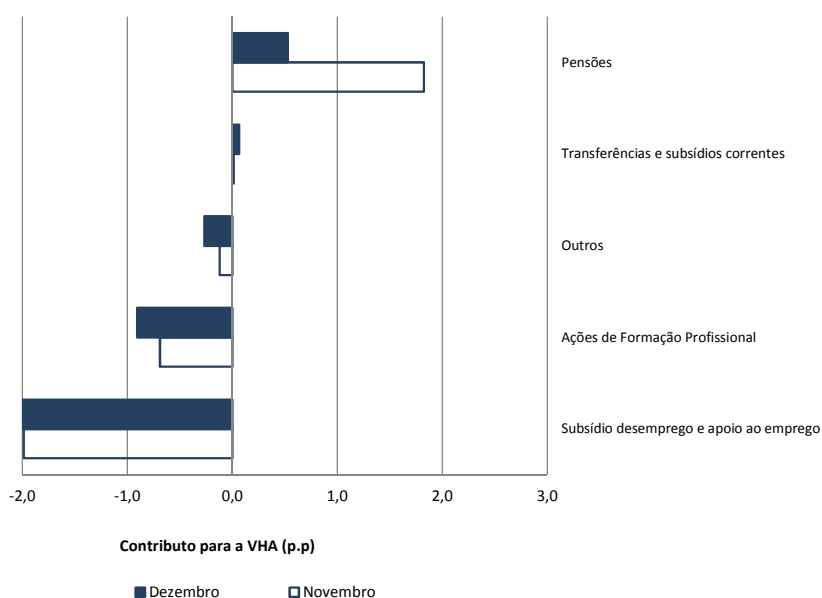
Fonte: Direção-Geral do Orçamento



DESPESA

- A **despesa** acumulada a dezembro decresceu 2,6% face ao período homólogo, explicada essencialmente pela redução com:
 - As prestações sociais, em resultado da evolução da despesa com prestações de desemprego (-18,3%);
 - As ações de formação profissional cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu (-15,2%).
- Em sentido contrário, destaque para o acréscimo na despesa com pensões (0,9%), refletindo o aumento do valor da pensão média.

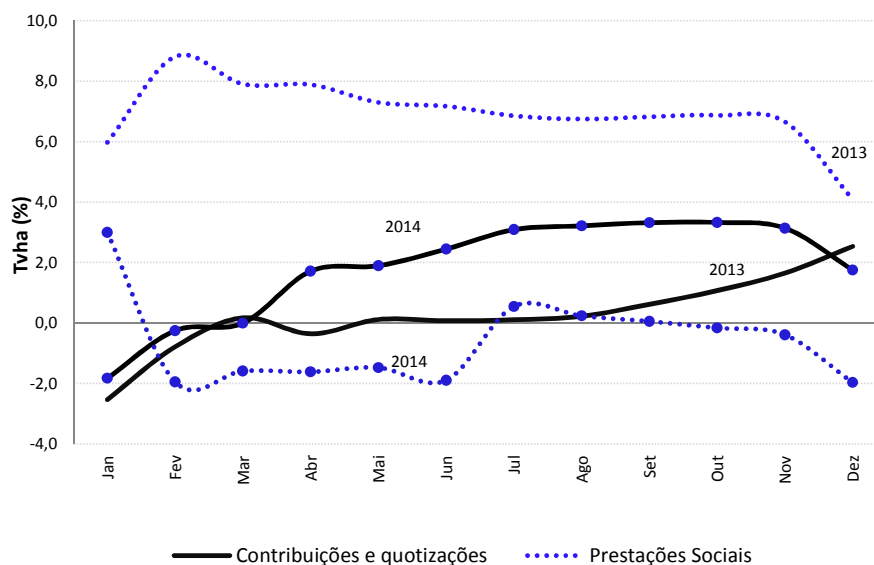
Gráfico 8 – Despesa da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

2.2. Segurança Social

Gráfico 9 – Contribuições e quotizações e prestações sociais

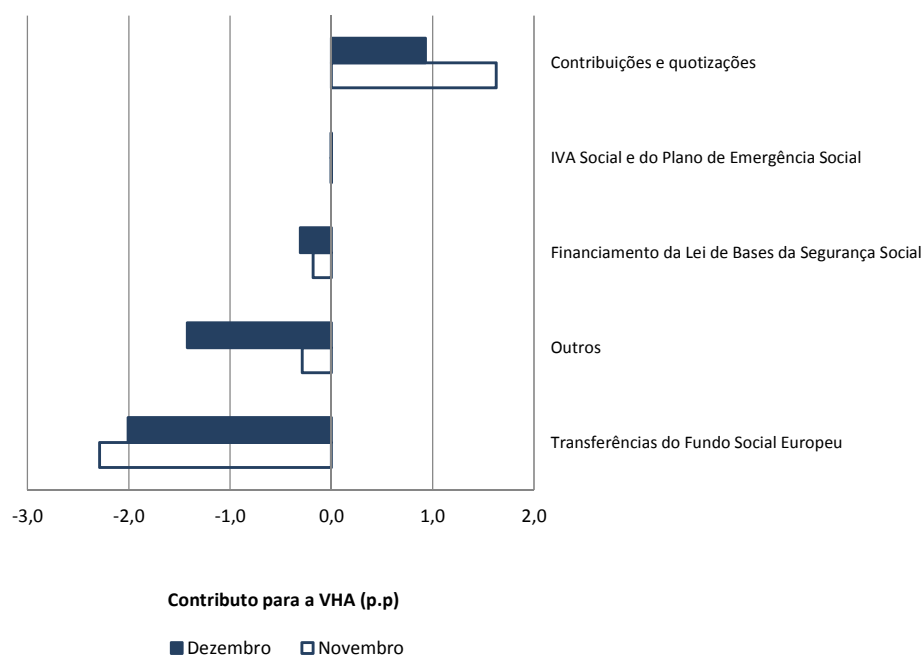


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A **receita** até dezembro decresceu 2,8% face a igual período do ano anterior, decorrente sobretudo do comportamento das transferências do exterior, designadamente do Fundo Social Europeu (-37,8%), e das provenientes da Administração Central (-4,1%) para o financiamento do Sistema de Segurança Social e cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social. A transferência no âmbito da LBSS situou-se 100 milhões de euros abaixo do previsto, em resultado das medidas de política relativas ao Rendimento Social de Inserção e ao Complemento Solidário de Idosos, bem como ao menor nível de despesa com o Subsídio Social de Desemprego.
- Para este resultado, contribui ainda a diminuição de 11% observada no conjunto das outras receitas correntes.
- Com efeito contrário salienta-se o acréscimo da receita de contribuições e quotizações em 1,8%.

Gráfico 10 – Receita da Segurança Social

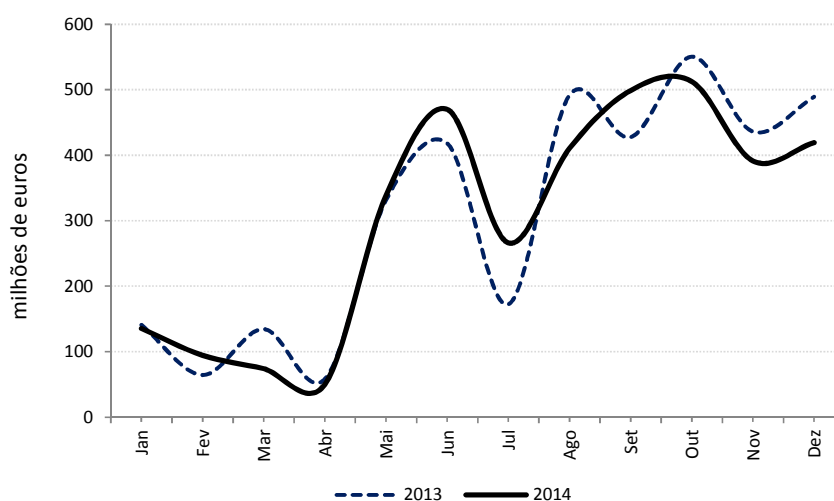


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

SALDO

- Até dezembro, o **saldo global** do subsetor da Segurança Social ascendeu a 419,3 milhões de euros, evidenciando um decréscimo face ao período homólogo de 69,8 milhões de euros. Esta evolução deve-se ao facto da redução da receita (-714 milhões de euros) ter superado a observada na despesa (-644 milhões de euros).

Gráfico 11 – Saldo Global da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

2.2. Segurança Social

Quadro 16 – Execução orçamental da Segurança Social

Período: Janeiro a dezembro					€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA Dezembro (em p.p.)
	2013	2014	Novembro	Dezembro	
Receita corrente	25.376,9	24.660,1	-1,1	-2,8	-2,8
Impostos Indiretos	177,4	174,1	-6,2	-1,9	0,0
Contribuições e quotizações	13.422,9	13.658,4	3,1	1,8	0,9
IVA Social e do Plano de Emergência Social e ASECE	977,0	976,0	-0,1	-0,1	0,0
Transferências correntes da Administração Central	8.710,4	8.353,4	-0,5	-4,1	-1,4
Transferências do Fundo Social Europeu	1.346,8	837,2	-39,1	-37,8	-2,0
Outras receitas correntes	742,5	661,0	-8,3	-11,0	-0,3
Receita de capital	6,5	9,4	43,6	44,7	0,0
Receita efetiva	25.383,4	24.669,5	-1,1	-2,8	
Despesa corrente	24.870,5	24.221,5	-1,0	-2,6	-2,6
Prestações sociais	21.794,8	21.357,4	-0,4	-2,0	-1,8
das quais					
Pensões	15.325,5	15.456,7	3,0	0,9	0,5
das quais atualização de pensões financiada pelo PES	29,7	30,8	3,7	3,7	0,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.737,7	2.238,0	-17,8	-18,3	-2,0
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	506,5	497,3	-1,8	-1,8	0,0
Programa de Emergência Social e ASECE	204,2	208,9	6,3	2,3	0,0
Ações de Formação Profissional	1.482,3	1.256,8	-12,2	-15,2	-0,9
Outras despesas correntes	882,7	901,1	0,9	2,1	0,1
Despesas de capital	23,7	28,7	39,2	20,8	0,0
Despesa efetiva	24.894,3	24.250,2	-1,0	-2,6	
Saldo global	489,1	419,3			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



DESPESA

- A **despesa** da Administração Regional (AR) registou uma quebra de 16,6% (-22,2% e -5,5%, respetivamente na RAM e na RAA). Na RAM, a diminuição da despesa está influenciada pelo menor montante de pagamentos de despesas de anos anteriores, face ao verificado em 2013. Foram utilizados 313,8 milhões de euros de empréstimos no âmbito do programa de ajustamento (219,6 milhões de euros do empréstimo com aval da República e 94,1 milhões de euros do empréstimo PAEF-RAM), exclusivamente para regularização de dívidas de anos anteriores, o que compara com 889,1 milhões de euros em 2013. Adicionalmente foram também utilizados para pagamento de dívida comercial 93,8 milhões de euros de um empréstimo contratado pela Região junto da banca, no valor de 150 milhões de euros. Excluindo estes efeitos em ambos os anos, a despesa regista uma quebra de 2,7% no total da AR e de 0,4% na RAM.
- A **despesa corrente** apresentou um aumento de 11,5%, tendo as Regiões registado comportamentos opostos (-2,6% na RAA e 21,9% na RAM). Na RAA, a evolução foi determinada pela redução das transferências do Governo Regional para empresas públicas, tendo parte destas passado a ser classificadas como de capital. Esta redução foi atenuada pelo aumento de juros e outros encargos, devido à assunção dos juros (em março de 2014) de três entidades hospitalares por parte da Saudaçor. Na RAM, o aumento acentuado da despesa é explicado, principalmente, pelo pagamento de juros e outros encargos de anos anteriores e do serviço da dívida (247,8 milhões de euros).
- A **despesa de capital** registou uma redução de 61,1% (-15,7% na RAA e -71,6% na RAM). Na RAA, destaca-se a redução do investimento (-46,1%), justificada por um efeito de base, uma vez que em 2013 ocorreram programas de incentivo ao investimento privado. Na RAM, verificou-se um aumento das despesas em transferências (+14%) do IDERAM³⁷ e IDR³⁸ para empresas privadas, embora se registe uma redução no investimento (-77,6%), relacionada com uma diferente utilização dos empréstimos para regularização de dívidas de anos anteriores (859,5 e 98,3 milhões de euros em 2013 e 2014, respetivamente). Excluindo este efeito, a despesa de capital apresentou um aumento de 12,5% na RAM e um decréscimo de 3,9% no total da AR.

³⁷ Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira

³⁸ Instituto de Desenvolvimento Regional, IP RAM

3. Administração Regional

Gráfico 12 – Despesa RAA

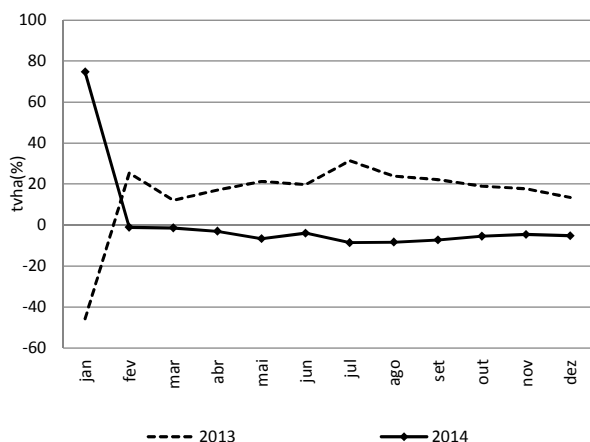
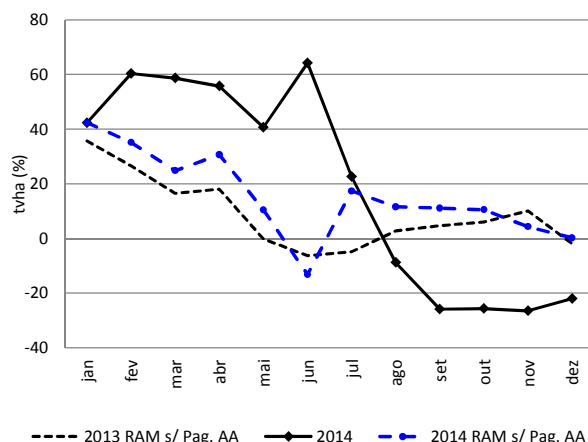


Gráfico 13 – Despesa RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

RECEITA

- A **receita** diminuiu 5,3% em 2014, tendo a RAA registado uma quebra de 7,4% e a RAM de 3,6%. Na RAM este comportamento está influenciado pela receita extraordinária da concessão da ANAM - Aeroporto da Madeira, em setembro de 2013, no valor de 80 milhões de euros. Excluindo o efeito desta operação, a evolução da receita foi de +2,5% e -2,1%, na RAM e AR, respetivamente.
- A **receita corrente** apresentou uma evolução positiva de 6,1%, assente, principalmente, no aumento da receita fiscal (6,3%), que se verificou em ambas as Regiões (11% na RAA e 3,3% na RAM). O IVA apresentou um crescimento expressivo (28,1%), com uma variação de 30,9% na RAA e de 26,1% na RAM, reflexo da alteração na atribuição às Regiões Autónomas da receita de IVA³⁹ em 2014.
- Em sentido oposto, a **receita de capital** apresentou uma quebra de 25,9%, como resultado do comportamento de ambas as Regiões (-31,7% e -19,2%, na RAA e na RAM, respetivamente). Esta evolução reflete a alteração na fórmula de cálculo das transferências para as Regiões, no âmbito do Orçamento do Estado, na sequência da revisão da Lei das Finanças Regionais. Assim, as transferências do Estado registaram uma redução de 22,1% na RAA e de 28,5% na RAM, sendo que neste último caso a evolução também está influenciada pelo fim da Lei de Meios⁴⁰. Na RAM, destaca-se ainda o aumento das verbas provenientes da União Europeia, no âmbito do Fundo de Coesão. Em sentido contrário, a quebra acentuada nas outras receitas de capital (-75,6%) registada na RAM, reflete o efeito da receita extraordinária ocorrida em setembro de 2013, referente à concessão da ANAM.

³⁹ Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março.

⁴⁰ Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de junho.

Gráfico 14 – Receita RAA

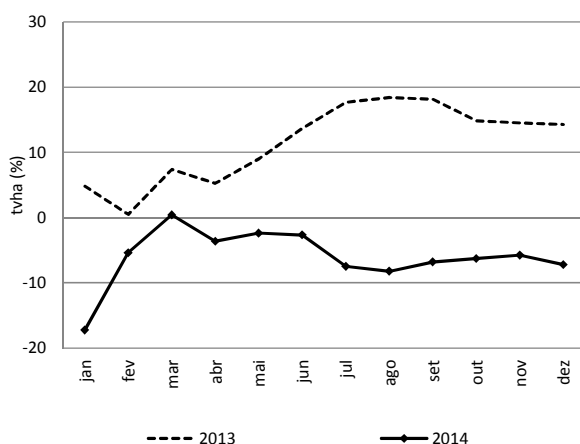
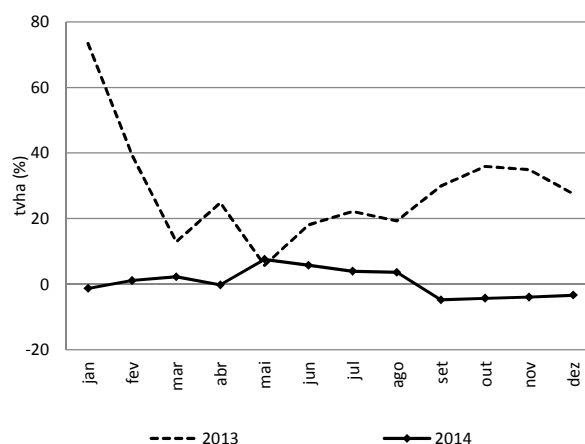


Gráfico 15 – Receita RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

- A AR apresentou um **saldo orçamental** de -419,5 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 417 milhões de euros em relação ao ano anterior. Este comportamento foi, principalmente, determinado pela RAM, com um saldo de -392,3 milhões de euros, enquanto na RAA o saldo foi de -27,2 milhões de euros, que comparam, respetivamente, com -830,3 milhões de euros e -6,2 milhões de euros, em 2013.
- Aquele resultado e a evolução face a 2013 refletem a regularização de dívida comercial de anos anteriores em 407,5 milhões de euros (889,1 milhões de euros em 2013), bem como a receita extraordinária da concessão da ANAM (80 milhões de euros) que ocorreu em 2013. Excluindo estes efeitos em ambos os anos, o saldo orçamental da RAM foi de 15,2 milhões de euros (-21,2 milhões de euros em 2013) e, consequentemente, o da AR de -12 milhões de euros (-27,4 milhões de euros em 2013).

Quadro 17 – Conta da Administração Regional

(Período: janeiro a dezembro)

milhões de euros

	Execução Real				Ajustamentos 2013		Ajustamentos 2014	Execução Ajustada				VH Impl. OE14
	2013	2014	Vha (%)	Cont. VH (pp)	Concessão ANAM	Empréstimos	Empréstimos	2013	2014	Vha (%)	Cont. VH (pp)	
Receita Efetiva	2.448,7	2.319,5	-5,3	-5,3	-80,0	0,0	0,0	2.368,7	2.319,5	-2,1	-2,1	3,8
dq. Receita Fiscal	1.397,9	1.486,3	6,3	3,6				1.397,9	1.486,3	6,3	3,7	5,7
Transferências do OE	565,9	425,4	-24,8	-5,7				565,9	425,4	-24,8	-5,9	-24,2
União Europeia	257,5	228,6	-11,2	-1,2				257,5	228,6	-11,2	-1,2	-24,2
Outras Receitas de Capital	80,5	20,1	-75,0	-2,5	-80,0			0,5	20,1	3.920,0	0,8	-69,4
Despesa Efetiva	3.285,2	2.739,0	-16,6	-16,6	0,0	-889,1	-407,5	2.396,1	2.331,5	-2,7	-2,7	-3,4
dq. Despesa com Pessoal	762,5	770,2	1,0	0,2				762,5	770,2	1,0	0,3	1,9
Aquisição de bens e serviços	435,3	435,5	0,0	0,0		-11,6	-3,8	423,7	431,7	1,9	0,3	14,4
Juros e outros encargos	122,4	391,1	219,5	8,2			-219,6	122,4	171,4	40,0	2,0	14,4
Investimento	1.066,5	270,9	-74,6	-24,2		-859,5	-98,3	207,0	172,6	-16,6	-1,4	-71,9
Saldo Global	-836,5	-419,5			-80,0	889,1	407,5	-27,4	-12,0		0,0	
Despesa Primária	3.162,8	2.347,9	-25,8	-24,8		-889,1	-187,9	2.273,7	2.160,0	-5,0	-4,7	
Saldo Primário	-714,1	-28,4						95,0	159,5			

Fonte: Direção-Geral do Orçamento com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

3. Administração Regional

Gráfico 16 - Saldo Global da RAA

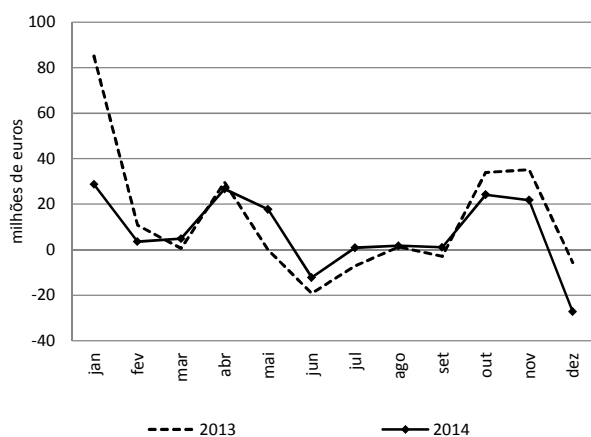
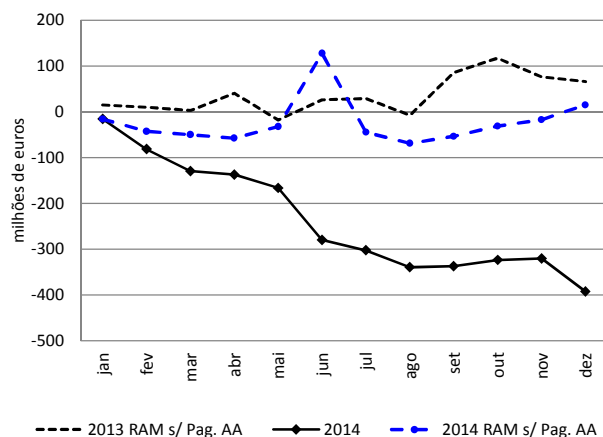


Gráfico 17 – Saldo Global da RAM

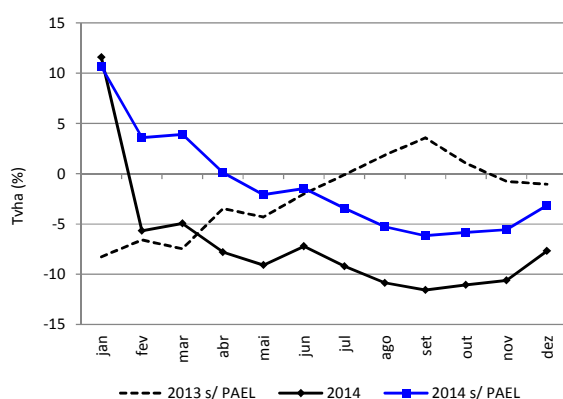


Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DESPESA

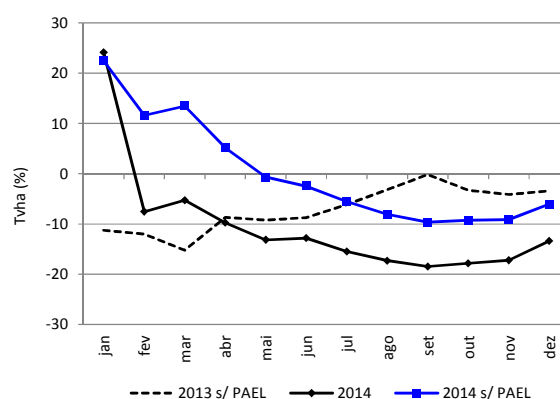
- A **despesa** da Administração Local⁴¹ registou, em 2014, uma redução de 7,7%, em resultado da diminuição da despesa corrente e de capital em 0,6% e 27%, respetivamente. Esta evolução encontra-se influenciada pela regularização de dívidas a fornecedores no âmbito do PAEL, a qual assumiu maior relevância em 2013. Em 2014 foram efetuados pagamentos, ao abrigo daquele Programa, no montante de 114,9 milhões de euros (450,7 milhões de euros no ano anterior). Excluindo aquele efeito, a despesa apresentou um decréscimo de 3,2%.
- Na **despesa corrente** verificou-se uma redução na generalidade das rubricas, com destaque para as aquisições de bens e serviços (-1,3%), para os subsídios (-14%) e despesas com pessoal (-0,3%). Excluindo o efeito do PAEL em ambos os anos, apura-se um aumento de 2,4%.
- A **despesa de capital** apresentou uma quebra expressiva face a 2013 refletindo, principalmente, a acentuada diminuição de pagamentos efetuados no âmbito do PAEL e a redução da despesa financiada com receita proveniente de transferências da União Europeia. Retirando o efeito do PAEL em ambos os anos, a descida na despesa de capital é de 19,6%.

Gráfico 18 – Despesa da AL



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Gráfico 19 – Despesa Bens e Serviços e de Capital da AL



RECEITA

- A **receita** apresentou uma quebra de 1,3%, determinada pelo decréscimo da receita de capital, em 33,6%, parcialmente compensado, pelo crescimento da receita corrente (4,5%).
- O comportamento da **receita corrente** ficou a dever-se, essencialmente, ao crescimento da receita fiscal, em 9,9%, refletindo o aumento dos principais impostos diretos, em particular do IMT (32,2%) e do IMI (9,5%), este último refletindo, no mês de dezembro, o recebimento, por parte dos municípios, da

⁴¹ A execução orçamental da AL inclui apenas municípios, não abrangendo as restantes entidades que compõem o subsector.

4. Administração Local

última prestação do referido imposto. De realçar também, embora em menor escala, o crescimento das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (9,1%), como reflexo das alterações introduzidas pela Lei das Finanças Locais.

- A quebra da **receita de capital** assenta, quase exclusivamente, na diminuição das transferências de capital (-39,2%) decorrente tanto da evolução negativa da receita de transferências nos termos da Lei das Finanças Locais, em particular do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital (-48,2%), justificado pela diferente distribuição entre corrente e capital, como também, da redução das transferências provenientes da União Europeia (-38,5%).

Gráfico 20 – Receita da AL

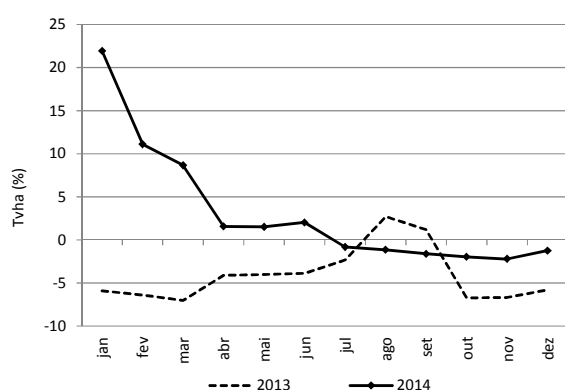
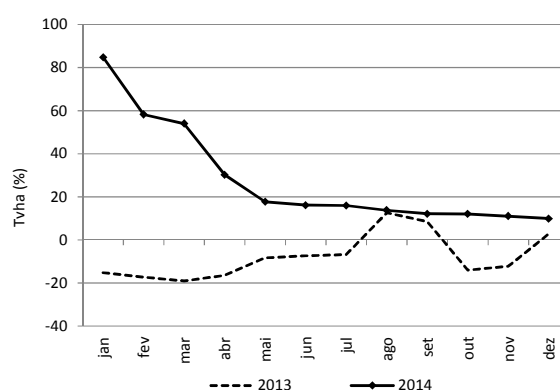


Gráfico 21 – Receita Fiscal da AL



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

SALDO

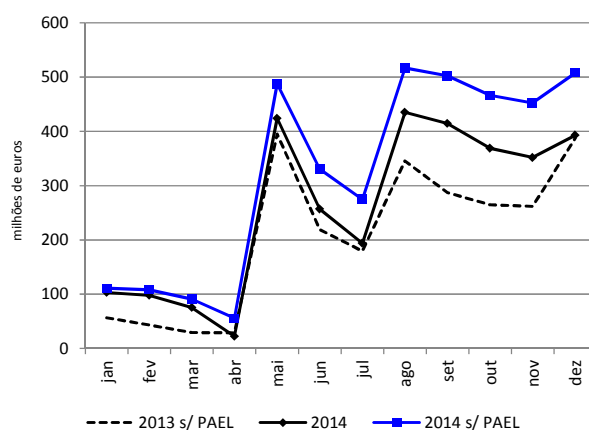
- A Administração Local apresentou, em 2014, e com base em dados provisórios, um **saldo** de 392,8 milhões de euros (-62,6 milhões de euros em 2013). Este apuramento resulta da informação reportada por 265 municípios, com um saldo de 400,3 milhões de euros, tendo sido estimado para os restantes municípios (43) um saldo de -7,5 milhões de euros.
- Excluindo o efeito do PAEL, a Administração Local registou um excedente orçamental de 507,8 milhões de euros, comparativamente a 388,1 milhões de euros, apurados em 2013.

Quadro 18 – Conta da Administração Local e ajustamentos para comparabilidade

(Período: janeiro a dezembro)					milhões de euros						
Natureza	Execução				Ajustamentos 2013	Ajustamentos 2014	Execução Ajustada				VH
	2013	2014	Vha (%)	Cont. VH (pp)	PAEL	PAEL	2013	2014	Vha (%)	Cont. VH (pp)	Implícita ao OE14 (%)
Receita Efetiva	7.014,2	6.923,7	-1,3	-1,3			7014,2	6923,7	-1,3	-1,3	-2,7
dq. Receita Fiscal	2.289,1	2.515,2	9,9	3,2			2289,1	2515,2	9,9	3,2	7,2
Transferências do OE (LFL)	2.286,9	2.181,7	-4,6	-1,5			2286,9	2181,7	-4,6	-1,5	3,4
Resto do Mundo	586,7	366,9	-37,5	-3,1			586,7	366,9	-37,5	-3,1	-38,0
Outras Receitas de Capital	32,0	29,7	-7,1	0,0			32,0	29,7	-7,1	0,0	-30,7
Despesa Efetiva	7.076,8	6.530,9	-7,7	-7,7	-450,7	-114,9	6626,1	6415,9	-3,2	-3,2	-11,5
dq. Despesa com Pessoal	2.255,9	2.248,1	-0,3	-0,1	-12,8	-1,1	2243,1	2247,0	0,2	0,1	-7,2
Aquisição de bens e serviços	2.065,0	2.037,8	-1,3	-0,4	-175,4	-54,1	1889,6	1983,7	5,0	1,4	-16,8
Aquisição de bens de capital	1.603,3	1.139,2	-28,9	-6,6	-202,2	-32,1	1401,1	1107,1	-21,0	-4,4	-14,3
Outras despesas	1.152,6	1.105,7	-4,1	-0,7	-60,3	-27,7	1092,3	1078,1	-1,3	-0,2	-6,0
Saldo Global	-62,6	392,8			450,7	114,9	388,1	507,8			
Despesa Primária	6.948,6	6.401,9	-7,9	-7,7	-450,7	-114,9	6.497,9	6.287,0	-3,2	-3,2	-12,1
Saldo Primário	65,6	521,7			450,7	114,9	516,3	636,7			

Fonte: Direção Geral do Orçamento com base nos dados do SIAL.

Gráfico 22 – Saldo Global da Administração Local



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

5. Operações com ativos financeiros

- A **despesa** realizada em ativos financeiros ascendeu, em dezembro, a 1.646,7 milhões de euros. Destaca-se a concessão de empréstimos a médio e longo prazo a empresas públicas reclassificadas, no montante de 776 milhões de euros, que inclui empréstimos atribuídos à Parvalorem (324,7 milhões de euros), Comboios de Portugal (176,5 milhões de euros), Metro do Porto (135 milhões de euros) e Parups (107,7 milhões de euros). De realçar, também, a realização de capital social em empresas públicas reclassificadas, no valor de 750,3 milhões de euros, sendo de destacar a dotação nos hospitais, EPE (455,2 milhões de euros) e na Estradas de Portugal (207,6 milhões de euros).

Quadro 19 – Despesa com ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro						€ Milhões
	Estimativa	Execução mensal			Execução acumulada	Grau de execução (%)
	2014	out-14	nov-14	dez-14	2014	
Empréstimos a curto prazo	18,0	0,0	0,0	0,0	8,0	44,4
Empréstimos a médio e longo prazo	10.221,4	2.187,8	1.352,5	853,6	8.943,5	87,5
Fundo de Resolução	3.900,0	0,0	0,0	0,0	3.900,0	100,0
Entidades públicas	790,7	0,0	752,8	6,6	759,4	96,0
Empresas públicas reclassificadas	4.323,2	2.093,9	561,9	776,0	3.936,2	91,0
Administração pública regional	386,2	78,5	13,8	39,4	192,5	49,9
Administração local do continente	163,1	15,5	24,1	2,6	108,0	66,2
Empréstimo quadro - BEI	630,0	0,0	0,0	29,0	32,5	5,2
Administração local das regiões autónomas	13,1	0,0	0,0	0,0	15,0	114,3
Famílias	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Dotações de capital	2.109,5	49,9	139,9	750,3	2.288,9	108,5
Mecanismo Europeu de Estabilidade	401,5	0,0	0,0	0,0	401,5	100,0
Fundo de Recuperação de Empresas	6,8	0,1	0,0	0,0	6,9	101,7
Empresas públicas não financeiras	3,7	0,0	0,0	0,0	1,7	45,7
Instituição Financeira de Desenvolvimento	165,0	0,0	100,0	0,0	100,0	60,6
Empresas públicas reclassificadas	1.532,5	49,8	39,9	750,3	1.778,8	116,1
Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira	4.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Expropriações	3,0	0,0	0,0	1,2	1,2	40,4
Execução de garantias	78,3	0,5	4,1	41,6	58,1	74,3
Participações em organizações internacionais	36,1	0,9	1,3	0,1	36,1	100,0
Total dos ativos financeiros	16.466,2	2.239,2	1.497,8	1.646,7	11.335,8	68,8

Fonte: Ministério das Finanças.

- A **receita** de ativos financeiros situou-se em 704,6 milhões de euros, tendo a execução resultado da alienação de partes sociais da CTT e REN (383,6 milhões de euros, respetivamente 344,6 milhões de euros e 39 milhões de euros), da amortização de empréstimos de médio e longo prazo (194,6 milhões de euros) e de juros recebidos, essencialmente, da Caixa Geral de Depósitos (39,6 milhões de euros) e do Banco Comercial Português (33 milhões de euros) no âmbito das obrigações de capital contingente (*Coco bonds*) subscritas pelo Estado e, também, do Fundo de Resolução (28,8 milhões de euros) no contexto da resolução ao Banco Espírito Santo.

5. Operações com ativos financeiros

Quadro 20 – Principal receita de ativos financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro						€ Milhões
	Estimativa	Execução mensal			Execução acumulada	Grau de execução (%)
	2014	out-14	nov-14	dez-14	2014	
Rendimentos de propriedade	691,7	0,1	6,6	125,8	687,6	99,4
Juros	426,3	0,1	6,6	125,8	440,9	103,4
Dividendos	265,4	0,0	0,0	0,0	246,7	93,0
Títulos a médio e longo prazo - Sociedades financeiras	3.295,0	0,0	0,0	0,0	3.295,0	100,0
Amortizações	340,4	9,7	28,8	194,6	399,1	117,2
Empréstimos a curto prazo	8,0	8,0	0,0	0,0	8,0	100,0
Empréstimos a médio e longo prazos	332,4	1,7	28,8	194,6	391,1	117,6
Alienação de partes sociais de empresas	90,0	0,0	0,0	383,6	383,6	426,2
Outros activos financeiros	17,9	0,8	0,7	0,7	25,4	142,0
Total	4.435,1	10,6	36,1	704,6	4.790,7	108,0

Fonte: Ministério das Finanças.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- A execução financeira do SNS apresentou, em termos homólogos acumulados, um aumento da despesa de 0,6% e uma quebra da receita de 2,1%.

Quadro 21 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a dezembro		€ Milhões			
	Execução		Variação Homóloga (%)		Contributo VH dezembro (em p.p.)
	2013	2014	nov-14	dez-14	
Transferências correntes	7.972,5	7.856,8	-0,2	-1,5	-1,4
Jogos Sociais	87,6	82,5	-5,8	-5,8	-0,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	170,8	131,7	-23,0	-22,9	-0,5
Taxas Moderadoras	102,9	82,9	-12,5	-19,4	-0,2
Outras receitas	19,4	23,2	50,4	19,6	0,0
Receita total	8.353,2	8.177,1	-0,8	-2,1	
Despesas com o pessoal	924,7	936,8	0,9	1,3	0,1
Fornecimentos e serviços externos	7.227,0	7.277,5	1,2	0,7	0,6
dos quais:					
Produtos vendidos farmácias	1.212,9	1.224,2	1,8	0,9	0,1
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	675,7	680,4	1,2	0,7	0,1
Parcerias público-privadas (PPP)	392,5	409,1	1,3	4,2	0,2
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.350,5	4.451,0	2,6	2,3	1,2
Outra despesa	180,8	170,6	-15,6	-5,6	-0,1
Despesa total	8.332,5	8.384,9	0,9	0,6	
Saldo	20,7	-207,8			

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais, a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

- A **despesa** sofreu um acréscimo de 52,4 milhões de euros face a 2013, com destaque para o aumento na contratação de serviços às Entidades Públicas Empresariais (100,5 milhões de euros), na sequência das adendas efetuadas aos contratos-programa para fazer face ao aumento da produção e, simultaneamente, permitir o reequilíbrio financeiro e a compensação dos encargos adicionais com pessoal, determinados pela decisão do Tribunal Constitucional. Sobressai igualmente o aumento da despesa com as parcerias público-privadas (16,6 milhões) e das rubricas referentes a produtos vendidos em farmácias (11,3 milhões de euros) e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica (4,7 milhões de euros). Em sentido inverso, assinala-se, designadamente, um decréscimo da despesa com subcontratos das ARS (-48,8 milhões de euros), com outros fornecimentos e serviços externos (-23,4 milhões de euros) e nas outras despesas correntes (-23,4 milhões de euros).
- A variação na **receita** (-176,1 milhões de euros) explica-se, essencialmente, pela redução nas transferências correntes (-115,7 milhões de euros), nas receitas provenientes de taxas moderadoras (-20 milhões de euros) e nas vendas de bens e serviços (-39,1 milhões de euros).
- O **saldo** do SNS situou-se em -207,8 milhões de euros, o que representa um agravamento de 228,5 milhões de euros face a 2013. Este desempenho foi influenciado pela utilização do saldo de gerência do

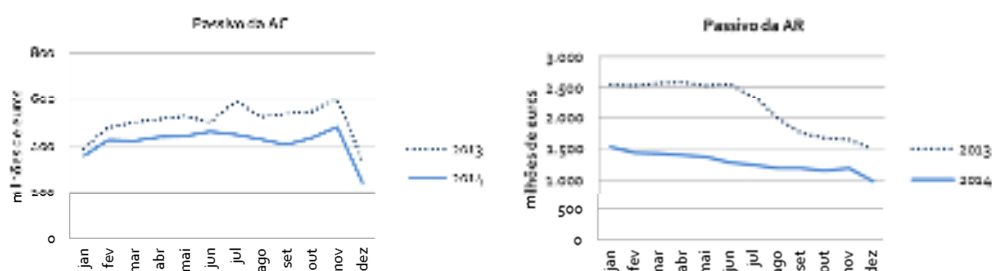
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

ano anterior no montante de 272 milhões de euros para financiamento das adendas aos contratos-programa com os hospitais EPE.

DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- O **passivo não financeiro** das Administrações Públicas (AP) situou-se em 2.727 milhões de euros, menos 1.141 milhões de euros face ao final de 2013. Para esta diminuição contribuíram todos os subsectores, destacando-se a Administração Local (- 543 milhões de euros) e a Administração Regional (-509 milhões de euros).
- A Administração Central apresentou uma diminuição do passivo não financeiro de 89 milhões de euros face a 2013. Esta variação resulta, sobretudo, de uma redução na componente de transferências para fora das AP (58 milhões de euros) associada à regularização de dívidas referentes a quotizações internacionais (51 milhões de euros).
- Na Administração Regional, a redução do passivo não financeiro verificou-se em todas as componentes da despesa destacando-se o contributo da regularização da despesa com juros de mora (197 milhões de euros).

Gráfico 23 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período

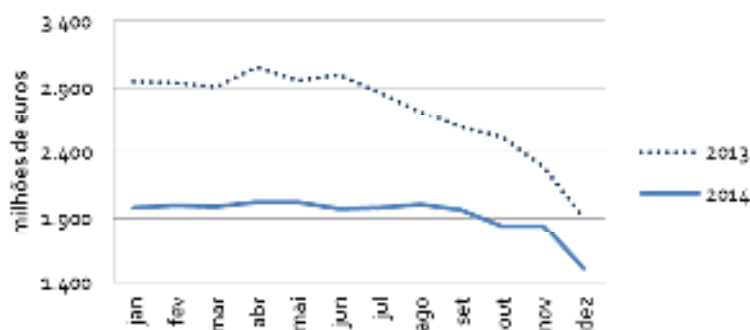


Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Os **pagamentos em atraso** das Administrações Públicas e de outras empresas públicas situaram-se em 1.503 milhões de euros, representando uma redução no stock de 410 milhões de euros face ao final de 2013. Para esta variação contribuíram principalmente a Administração Regional (199 milhões de euros) e a Administração Local (197 milhões de euros), refletindo os efeitos dos programas de regularização de dívidas a fornecedores nestes subsectores. Relativamente aos hospitais, EPE e após uma tendência crescente até agosto, verificou-se uma redução no final do ano para a qual contribuiu a utilização de 152 milhões de euros, dos 455,2 milhões de euros de dotações de capital realizadas em dezembro de 2014 pelo Estado, para regularização de dívidas a fornecedores. No conjunto do ano, os pagamentos em atraso das entidades hospitalares situaram-se 54 milhões de euros abaixo do valor registado no final de 2013.

6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Gráfico 24 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

DESPESA/RECEITA COM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM CONTAS NACIONAIS

Quadro 22 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais

Período: janeiro a dezembro			€ Milhões			
Designação da operação	Registo Contabilidade Pública	Registo Contabilidade Nacional	Execução Acumulada			2014
			out-14	nov-14	dez-14	
Regularização de dívidas anos anteriores			17,0	19,5	119,0	522,5
PAEL	Despesa da AL	Registado em anos anteriores	8,2	9,1	14,4	114,9
Empréstimos RAM	Despesa da AR	Registado em anos anteriores	8,9	10,4	104,7	407,5
Contribuição Extraord. Solidariedade (SS)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	17,5	17,1	19,0	212,4
Contribuição Extraord. Solidariedade (CGA)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	36,8	37,1	38,4	462,8
Atribuição de direitos de utilização- licenças 4G	Receita de capital	Registado em anos anteriores	0,0	0,0	0,0	36,0
Alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia	Venda de bens e serviços	Quando ocorrer a entrega dos F-16	0,0	0,0	0,0	41,3
Empréstimos STCP e Carris (*)	Ativo Financeiro	Transferência de Capital - registada no 2T2014	0,0	752,8	6,6	759,4
Transf. Contrib. Setor Bancário para Fundo de Resolução, referente a 2013	Transf. Corrente para Soc. Finan. Públicas	Registado em anos anteriores	0,0	127,1	0,0	127,1
Contribuição Setor Energético	Outras receitas correntes	Impostos Indiretos	0,0	61,6	3,6	65,2

(*) O valor com impacto no défice em Contas Nacionais foi de 1.192 milhões de euros, que corresponde ao reconhecimento como despesa do Estado do valor total da dívida das empresas.

Fonte: Ministério das Finanças

Síntese Execução Orçamental 2014

*Informação Estatística
dezembro*

Índice	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
1 - Saldo Global das Administrações Públicas	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
4 - Conta consolidada da Administração Central	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
5 - Execução Orçamental do Estado	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
6 - Execução da Receita do Estado	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
10 - Execução Orçamental da Segurança Social, por natureza	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
11 - Execução Orçamental da Segurança Social por classificação económica	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
12 - Administração Regional	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
13 - Administração Local	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
14 - Despesa com Ativos Financeiros do Estado	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
15- Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
16 - Dívida não Financeira da Administração Pública	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014
19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional	23-janeiro-15	25-fevereiro-15	janeiro a dezembro 2014

1 - Saldo Global das Administrações Públicas

		€ Milhões			
	Execução 2013	I trim. 2014	II trim. 2014	III trim. 2014	IV trim. 2014
Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)	-8.835,5	-844,7	-4.190,0	-3.982,7	-7.074,0
Administração Central	-8.425,5	-869,8	-4.625,0	-4.560,2	-7.466,6
Estado	-7.664,5	-1.489,3	-5.306,0	-5.190,6	-7.092,5
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	218,1	781,4	1.086,4	1.091,7	695,3
Entidades Públicas Reclassificadas	-979,0	-161,9	-405,4	-461,3	-1.069,5
Administração Regional	-836,5	-124,5	-291,9	-335,8	-419,5
Madeira	-830,3	-129,4	-279,7	-336,9	-392,3
Açores	-6,2	4,9	-12,2	1,1	-27,2
Administração Local	-62,6	75,4	256,9	414,5	392,8
Segurança Social	489,1	74,2	470,0	498,8	419,3

Notas:

Valores acumulados atualizados com a última informação disponível.

Fonte: Ministério das Finanças

2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas - 2013

Conta Consolidada das Administrações Públicas - 2014

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Janeiro a dezembro 2013					Estimativa 2014	Janeiro a dezembro 2014				
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas		Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	40.526,8	25.045,4	7.878,9	25.376,6	71.411,5	73.534,9	40.963,6	25.747,1	8.243,5	24.660,0	72.746,1
Receita Fiscal	36.272,9	1.125,4	4.142,4	177,4	41.718,1	42.362,8	37.111,0	1.140,8	4.064,8	174,1	42.490,6
Impostos directos	17.415,1	21,6	3.213,9	0,0	20.650,5	20.518,6	17.532,8	49,8	3.025,5	0,0	20.608,1
Impostos indirectos	18.857,9	1.103,8	928,5	177,4	21.067,6	21.844,2	19.578,2	1.091,0	1.039,2	174,1	21.882,5
Contribuições de Segurança Social	494,1	4.597,6	10,0	13.422,9	18.524,6	19.554,6	685,8	5.022,1	17,1	13.658,4	19.383,3
Outras receitas correntes	3.754,5	19.294,3	3.724,2	11.776,3	10.715,8	11.617,3	3.166,8	19.525,6	4.158,5	10.827,5	10.813,4
Diferenças de consolidação	5,2	28,1	2,4	0,0	453,1	0,2	0,0	58,7	3,1	0,0	58,7
Receita de capital	689,3	1.475,9	1.924,6	6,8	2.814,7	2.564,2	347,8	1.467,1	1.346,0	9,5	2.048,9
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	1,6	0,0	24,0	13,8	0,0	0,0	2,4	0,0	44,7
Receita efectiva	41.216,1	26.521,3	9.803,6	25.383,4	74.226,2	76.099,2	41.311,4	27.214,2	9.589,5	24.669,5	74.795,0
Despesa corrente	47.232,1	25.383,2	7.536,1	24.861,0	77.596,3	78.168,4	47.107,0	24.961,9	7.708,8	24.213,5	77.123,3
Despesas com o pessoal	9.234,9	3.503,2	3.304,5	273,9	16.316,5	16.485,6	9.320,6	3.535,7	3.276,2	278,3	16.410,8
Aquisição de bens e serviços	1.613,7	9.285,1	2.691,8	71,8	13.662,5	13.135,9	1.510,9	8.880,6	2.706,7	71,9	13.170,1
Juros e outros encargos	6.842,6	856,6	251,6	2,4	7.953,2	8.347,7	7.009,1	570,0	520,9	3,7	8.103,7
Transferências correntes	28.490,5	10.893,1	978,4	23.325,4	36.271,3	36.314,9	28.633,4	10.905,0	934,5	22.924,0	36.133,7
Subsídios	406,1	657,8	184,6	1.105,2	2.353,7	2.450,8	210,7	816,1	146,4	926,4	2.099,5
Outras despesas correntes	644,4	187,4	125,1	82,3	1.039,1	1.191,5	422,0	254,5	124,2	9,4	810,0
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	242,0	0,3	0,0	0,0	0,0	395,5
Despesa de capital	1.648,4	1.899,0	3.166,7	33,2	5.465,4	5.659,6	1.296,9	2.626,5	1.907,4	36,7	4.745,7
Investimentos	236,9	1.270,4	2.804,9	19,0	4.331,2	4.375,7	223,5	1.829,3	1.531,9	25,6	3.610,3
Transferências de capital	1.290,1	614,5	330,6	14,2	967,5	991,1	1.020,7	781,9	334,5	11,1	1.026,6
Outras despesas de capital	121,4	1,5	31,1	0,0	166,7	274,1	52,6	10,7	41,0	0,0	104,3
Diferenças de consolidação	0,0	12,7	0,0	0,0	0,0	18,7	0,0	4,6	0,0	0,0	4,6
Despesa efectiva	48.880,6	27.282,2	10.702,7	24.894,3	83.061,7	83.828,1	48.403,9	27.588,4	9.616,2	24.250,2	81.869,0
Saldo global	-7.664,5	-760,9	-899,1	489,1	-8.835,5	-7.728,9	-7.092,5	-374,1	-26,7	419,3	-7.074,0
Despesa primária	42.038,0	26.425,6	10.451,2	24.891,8	75.108,5	75.480,4	41.394,8	27.018,3	9.095,3	24.246,5	73.765,4
Saldo corrente	-6.705,4	-337,8	342,9	515,5	-6.184,8	-4.633,5	-6.143,5	785,3	534,6	446,4	-4.377,2
Saldo de capital	-959,2	-423,1	-1.242,0	-26,4	-2.650,7	-3.095,4	-949,0	-1.159,4	-561,3	-27,1	-2.696,9
Saldo primário	-821,9	95,7	-647,6	491,6	-882,2	618,8	-83,4	195,9	494,2	423,0	1.029,7

Nota: A conta da AL subjacente à conta consolidada das AP difere da conta apurada na secção da Administração Local pelo facto de incluir uma estimativa para as freguesias.

Fonte: Ministério das Finanças

Variação relativa - VH Acumulada (%)

Período: janeiro a dezembro

	2014 - 2013					Estimativa 2014 / Execução 2013	2014/2013				
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas		Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	436,8	701,8	364,5	-716,6	1.334,6	3,0	1,1	2,8	4,6	-2,8	1,9
Receita Fiscal	838,1	15,4	-77,7	-3,3	772,5	1,5	2,3	1,4	-1,9	-1,9	1,9
Impostos directos	117,7	28,2	-188,3	0,0	-42,4	-0,6	0,7	130,7	-5,9	-	-0,2
Impostos indirectos	720,4	-12,8	110,7	-3,3	814,9	3,7	3,8	-1,2	11,9	-1,9	3,9
Contribuições de Segurança Social	191,7	424,4	7,1	235,6	858,8	5,6	38,8	9,2	71,1	1,8	4,6
Outras receitas correntes	-587,8	231,3	434,4	-948,8	97,7	8,4	-15,7	1,2	11,7	-8,1	0,9
Diferenças de consolidação	-5,2	30,6	0,7	0,0	-394,4						
Receita de capital	-341,5	-8,8	-578,6	2,7	-765,8	-8,9	-49,5	-0,6	-30,1	39,6	-27,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,9	0,0	20,6						
Receita efectiva	95,3	692,9	-214,1	-713,9	568,8	2,5	0,2	2,6	-2,2	-2,8	0,8
Despesa corrente	-125,1	-421,3	172,8	-647,5	-473,0	0,7	-0,3	-1,7	2,3	-2,6	-0,6
Despesas com o pessoal	85,7	32,5	-28,4	4,4	94,3	1,0	0,9	0,9	-0,9	1,6	0,6
Aquisição de bens e serviços	-102,7	-404,6	14,9	0,1	-492,3	-3,9	-6,4	-4,4	0,6	0,1	-3,6
Juros e outros encargos	166,4	-286,6	269,3	1,3	150,4	5,0	2,4	-33,5	107,0	52,1	1,9
Transferências correntes	143,0	11,8	-43,9	-401,5	-137,6	0,1	0,5	0,1	-4,5	-1,7	-0,4
Subsídios	-195,4	158,3	-38,2	-178,8	-254,2	4,1	-48,1	24,1	-20,7	-16,2	-10,8
Outras despesas correntes	-222,4	67,1	-0,9	-72,9	-229,1	14,7	-34,5	35,8	-0,7	-88,6	-22,0
Diferenças de consolidação	0,3	0,0	0,0	0,0	395,5						
Despesa de capital	-351,6	727,5	-1.259,3	3,4	-719,7	3,6	-21,3	38,3	-39,8	10,3	-13,2
Investimentos	-13,3	558,9	-1.273,0	6,6	-721,0	1,0	-5,6	44,0	-45,4	34,6	-16,6
Transferências de capital	-269,4	167,4	3,9	-3,1	59,0	2,4	-20,9	27,2	1,2	-22,1	6,1
Outras despesas de capital	-68,8	9,3	9,9	0,0	-62,4	64,5	-56,7	631,0	31,7	-	-37,4
Diferenças de consolidação	0,0	-8,0	0,0	0,0	4,6						
Despesa efectiva	-476,7	306,2	-1.086,5	-644,1	-1.192,7	0,9	-1,0	1,1	-10,2	-2,6	-1,4
Saldo global	572,0	386,8	872,5	-69,8	1.761,5						
Despesa primária	-643,1	592,7	-1.355,8	-645,3	-1.343,1	0,5	-1,5	2,2	-13,0	-2,6	-1,8
Saldo corrente	561,9	1.123,1	191,8	-69,1	1.807,6						
Saldo de capital	10,1	-736,3	680,7	-0,7	-46,2						
Saldo primário	738,4	100,2	1.141,8	-68,6	1.911,9						

Fonte: Ministério das Finanças

3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	2013		2014		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Grau de Execução acumulado (%)
	2014	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
Receita corrente	68.069,6	7.828,6	65.802,5	6.668,5	67.126,8	-14,8	2,0	2,0	3,4	98,6
Receita fiscal	38.363,1	4.944,0	37.575,7	3.649,4	38.425,9	-26,2	2,3	1,3	2,1	100,2
Impostos diretos	17.563,8	2.989,7	17.436,7	2.178,1	17.582,6	-27,1	0,8	0,2	0,7	100,1
Impostos indiretos	20.799,4	1.954,3	20.139,0	1.471,3	20.843,3	-24,7	3,5	1,0	3,3	100,2
Contribuições de Segurança Social	19.544,4	2.073,6	18.514,6	1.861,7	19.366,2	-10,2	4,6	1,3	5,6	99,1
Transferências Correntes	2.209,6	94,7	2.268,4	234,2	1.689,1	147,3	-25,5	-0,9	-2,6	76,4
Administrações Públicas	72,2	5,4	64,9	5,5	61,5	1,8	-5,2	0,0	11,3	85,2
Outras	2.137,4	89,3	2.203,5	228,7	1.627,5	156,0	-26,1	-0,9	-3,0	76,1
Outras receitas correntes	7.952,3	850,2	6.906,9	918,8	7.586,9	8,1	9,8	1,0	15,1	95,4
Diferenças de consolidação	0,2	-133,9	537,0	4,4	58,7					
Receita de capital	1.736,1	261,8	1.868,0	189,1	1.363,6	-27,7	-27,0	-0,7	-7,1	78,5
Venda de bens de investimento	260,8	10,5	103,2	2,9	120,2	-72,3	16,4	0,0	152,7	46,1
Transferências de Capital	1.292,8	233,4	1.201,6	147,0	1.050,3	-37,0	-12,6	-0,2	7,6	81,2
Administrações Públicas	10,7	0,5	14,6	1,9	5,5	308,5	-62,1	0,0	-26,4	51,5
Outras	1.282,1	232,9	1.187,0	145,1	1.044,7	-37,7	-12,0	-0,2	8,0	81,5
Outras receitas de capital	172,7	18,9	558,5	-0,2	153,4	-101,0	-72,5	-0,6	-69,1	88,8
Diferenças de consolidação	9,7	-1,0	4,6	39,4	39,8					
Receita efetiva	69.805,7	8.090,4	67.670,5	6.857,6	68.490,4	-15,2	1,2		3,2	98,1
Despesa corrente	73.460,3	7.244,9	72.330,2	6.623,0	72.038,6	-8,6	-0,4	-0,4	1,6	98,1
Despesas com o pessoal	13.352,0	1.224,1	13.012,0	1.091,0	13.134,6	-10,9	0,9	0,2	2,6	98,4
Remunerações Certas e Permanentes	9.800,0	828,0	9.724,2	743,6	9.398,7	-10,2	-3,3	-0,4	0,8	95,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	880,2	76,5	554,6	67,2	758,0	-12,2	36,7	0,3	58,7	86,1
Segurança social	2.671,8	319,6	2.733,1	280,2	2.978,0	-12,3	9,0	0,3	-2,2	111,5
Aquisição de bens e serviços	10.743,9	1.523,6	10.970,7	1.364,5	10.463,4	-10,4	-4,6	-0,7	-2,1	97,4
Juros e outros encargos	7.739,4	417,8	7.701,7	375,0	7.582,8	-10,2	-1,5	-0,2	0,5	98,0
Transferências correntes	38.006,1	3.617,1	37.562,8	3.258,0	37.793,5	-9,9	0,6	0,3	1,2	99,4
Administrações Públicas	2.605,7	279,2	2.257,9	219,3	2.577,2	-21,5	14,1	0,4	15,7	98,9
Outras	35.400,4	3.337,9	35.304,9	3.038,7	35.216,3	-9,0	-0,3	-0,1	0,3	99,5
Subsídios	2.221,7	316,6	2.169,0	319,4	1.953,1	0,9	-10,0	-0,3	2,4	87,9
Outras despesas correntes	1.058,2	145,8	914,0	167,7	685,8	15,0	-25,0	-0,3	15,8	64,8
Diferenças de consolidação	339,0	0,0	0,0	47,5	425,3					
Despesa de capital	4.006,8	535,4	3.276,6	808,2	3.499,1	51,0	6,8	0,3	22,3	87,3
Investimento	2.581,4	280,7	1.526,3	655,0	2.078,4	133,3	36,2	0,7	69,1	80,5
Transferências de capital	1.320,2	137,6	1.612,4	133,6	1.352,8	-2,9	-16,1	-0,3	-18,1	102,5
Administrações Públicas	674,3	50,8	965,3	31,7	655,4	-37,7	-32,1	-0,4	-30,1	97,2
Outras	645,9	86,7	647,1	101,9	697,4	17,5	7,8	0,1	-0,2	108,0
Outras despesas de capital	86,5	114,0	122,9	22,2	63,3	-80,6	-48,5	-0,1	-29,6	73,2
Diferenças de consolidação	18,7	3,1	15,1	-2,5	4,6					
Despesa efetiva	77.467,1	7.780,3	75.606,8	7.431,3	75.537,8	-4,5	-0,1		2,5	97,5
Saldo global	-7.661,4	310,0	-7.936,3	-573,7	-7.047,3					
Despesa primária	69.727,7	7.362,6	67.905,2	7.056,3	67.955,0	-4,2	0,1			
Saldo corrente	-5.390,7	583,7	-6.527,7	45,4	-4.911,8					
Saldo de capital	-2.270,7	-273,6	-1.408,6	-619,1	-2.135,5					
Saldo primário	78,0	727,8	-234,7	-198,7	535,4					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	14.078,6	-718,7	4.344,2	1.206,1	7.501,8	-267,8	72,7			
das quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	90,0	1.459,4	1.459,4	383,6	383,6	-73,7	-73,7			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	22.086,8	-13.752,3	13.328,0	-11.255,1	12.768,2	-18,2	-4,2			

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa de execução de 2014 (exceto no caso da Segurança Social, cuja referência é o 2º orçamento retificativo), para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013)

A variação homóloga implícita ao OE-2014 resulta da comparação com a execução final de 2013 (CGE 2013).

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Fonte: Ministério das Finanças

4 - Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	2013		2014		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)
	2014	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada		
Receita corrente	52.867,2	6.528,9	50.996,0	5.265,7	52.430,9	-19,3	2,8	2,7	3,7
Receita fiscal	38.186,1	4.766,6	37.398,3	3.629,0	38.251,8	-23,9	2,3	1,6	2,1
Impostos diretos	17.563,8	2.989,7	17.436,7	2.178,1	17.582,6	-27,1	0,8	0,3	0,7
Impostos indiretos	20.622,4	1.776,9	19.961,7	1.450,9	20.669,2	-18,3	3,5	1,3	3,3
Contribuições de Segurança Social	5.769,7	560,4	5.091,7	486,7	5.707,8	-13,2	12,1	1,2	13,3
Transferências Correntes	1.652,9	448,2	2.306,8	257,0	1.486,6	-42,7	-35,6	-1,6	-28,3
Administrações Públicas	700,8	197,4	1.451,1	46,3	697,9	-76,5	-51,9	-1,4	-51,7
Outras	952,2	250,8	855,7	210,7	788,7	-16,0	-7,8	-0,1	11,3
Outras receitas correntes	7.258,2	793,4	6.165,2	888,6	6.926,0	12,0	12,3	1,4	17,7
Diferenças de consolidação	0,2	-39,7	34,0	4,4	58,7				
Receita de capital	1.725,4	261,3	1.864,0	189,0	1.356,7	-27,7	-27,2	-1,0	-7,4
Venda de bens de investimento	252,4	10,1	99,8	2,8	113,3	-72,8	13,5	0,0	152,9
Transferências de Capital	1.293,3	232,8	1.206,2	147,2	1.050,8	-36,8	-12,9	-0,3	7,2
Administrações Públicas	11,3	-0,1	19,2	2,1	6,0	-2.021,8	-68,6	0,0	-41,3
Outras	1.282,0	232,9	1.187,0	145,1	1.044,7	-37,7	-12,0	-0,3	8,0
Outras receitas de capital	172,2	18,3	557,9	-0,2	153,4	-101,1	-72,5	-0,8	-69,1
Diferenças de consolidação	7,4	0,0	0,0	39,3	39,3				
Receita efetiva	54.592,5	6.790,2	52.860,0	5.454,7	53.787,6	-19,7	1,8		3,3
Despesa corrente	59.065,1	6.007,4	58.039,2	5.257,0	57.789,2	-12,5	-0,4	-0,4	1,8
Despesas com o pessoal	13.064,2	1.200,9	12.738,2	1.069,1	12.856,4	-11,0	0,9	0,2	2,6
Remunerações Certas e Permanentes	9.572,6	809,3	9.490,0	726,2	9.181,7	-10,3	-3,2	-0,5	0,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	871,1	76,2	550,9	66,9	748,6	-12,2	35,9	0,3	58,1
Segurança social	2.620,5	315,4	2.697,3	276,0	2.926,0	-12,5	8,5	0,4	-2,8
Aquisição de bens e serviços	10.655,2	1.511,8	10.898,8	1.354,1	10.391,5	-10,4	-4,7	-0,8	-2,2
Juros e outros encargos	7.731,7	417,5	7.699,2	374,6	7.579,1	-10,3	-1,6	-0,2	0,4
Transferências Correntes	25.488,8	2.316,1	24.807,4	2.089,4	25.255,2	-9,8	1,8	0,7	2,7
Administrações Públicas	12.075,1	1.068,2	11.879,9	770,7	11.965,8	-27,8	0,7	0,1	1,6
Outras	13.413,7	1.247,8	12.927,6	1.318,6	13.289,4	5,7	2,8	0,6	3,8
Subsídios	1.065,3	416,6	1.063,8	209,7	1.026,7	-49,7	-3,5	-0,1	0,1
Outras despesas correntes	1.050,3	144,6	831,7	164,6	676,5	13,8	-18,7	-0,3	26,3
Diferenças de consolidação	9,5	0,0	0,0	-4,4	3,7				
Despesa de capital	3.953,0	525,9	3.246,2	799,3	3.465,1	52,0	6,7	0,4	21,8
Investimento	2.542,2	272,4	1.507,3	648,2	2.052,8	138,0	36,2	0,9	68,7
Transferências de capital	1.305,5	136,3	1.600,9	131,5	1.344,3	-3,6	-16,0	-0,4	-18,5
Administrações Públicas	676,9	50,9	968,1	32,2	658,0	-36,9	-32,0	-0,5	-30,1
Outras	628,7	85,4	632,8	99,3	686,3	16,3	8,5	0,1	-0,7
Outras despesas de capital	86,5	114,0	122,9	22,2	63,3	-80,6	-48,5	-0,1	-29,6
Diferenças de consolidação	18,7	3,1	15,1	-2,5	4,6				
Despesa efetiva	63.018,1	6.533,3	61.285,4	6.056,3	61.254,2	-7,3	-0,1	-0,1	2,8
Saldo global	-8.425,6	256,9	-8.425,5	-601,7	-7.466,6	-334,2	-11,4		
<i>Por memória:</i>									
Despesa primária	55.286,3	6.115,8	53.586,2	5.681,7	53.675,1	-7,1	0,2	0,1	3,2
Saldo corrente	-6.198,0	521,5	-7.043,2	8,7	-5.358,2				
Saldo de capital	-2.227,6	-264,6	-1.382,2	-610,3	-2.108,4				
Saldo primário	-693,8	674,4	-726,2	-227,0	112,4				

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência à estimativa de execução, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Fonte: Ministério das Finanças

5 - Execução Orçamental do Estado

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	41.277,3	40.526,8	40.963,6	99,2	1,1	1,1	1,9
Receita Fiscal	37.118,4	36.272,9	37.111,0	100,0	2,3	2,0	2,3
Impostos diretos	17.542,0	17.415,1	17.532,8	99,9	0,7	0,3	0,7
Impostos indiretos	19.576,4	18.857,9	19.578,2	100,0	3,8	1,7	3,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	720,5	494,1	685,8	95,2	38,8	0,5	45,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	763,8	752,3	784,0	102,6	4,2	0,1	1,5
Transferências Correntes	586,9	861,0	531,4	90,5	-38,3	-0,8	-31,8
Administração Central	366,5	344,3	356,7	97,3	3,6	0,0	6,4
Outros subsectores das AP	130,8	462,7	128,8	98,5	-72,2	-0,8	-71,7
União Europeia	71,1	36,6	34,6	48,6	-5,6	0,0	94,1
Outras transferências	18,6	17,4	11,3	60,8	-34,9	0,0	7,1
Outras Receitas Correntes	2.087,7	2.141,2	1.851,4	88,7	-13,5	-0,7	-2,5
Diferenças de consolidação	0,0	5,2	0,0	-			
Receita de capital	670,6	689,3	347,8	51,9	-49,5	-0,8	-2,7
Venda de bens de investimento	153,3	65,7	44,7	29,1	-32,0	-0,1	133,2
Transferências de capital	446,6	71,1	166,4	37,3	134,0	0,2	528,1
Administração Central	222,6	26,6	127,3	57,2	378,7	0,2	736,9
Outros subsectores das AP	1,3	2,2	3,0	234,7	31,8	0,0	-43,8
União Europeia	41,2	17,4	22,0	53,5	26,7	0,0	136,8
Outras transferências	181,6	24,9	14,1	7,8	-43,3	0,0	629,8
Outras Receitas de Capital	70,7	552,5	136,8	193,3	-75,2	-1,0	-87,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	-	-100,0	0,0	-100,0
Receita efetiva	41.947,9	41.216,1	41.311,4	98,5	0,2		1,8
Despesa corrente	47.826,9	47.232,1	47.107,0	98,5	-0,3	-0,3	1,3
Despesas com o pessoal	9.430,8	9.234,9	9.320,6	98,8	0,9	0,2	2,1
Remunerações Certas e Permanentes	6.828,7	6.830,3	6.571,1	96,2	-3,8	-0,5	0,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	659,1	365,7	529,6	80,3	44,8	0,3	80,2
Segurança social	1.943,0	2.039,0	2.220,0	114,3	8,9	0,4	-4,7
Aquisição de bens e serviços	1.491,9	1.613,7	1.510,9	101,3	-6,4	-0,2	-7,5
Juros e outros encargos	7.114,3	6.842,6	7.009,1	98,5	2,4	0,3	4,0
Transferências correntes	28.731,9	28.490,5	28.633,4	99,7	0,5	0,3	0,8
Administração Central	13.901,8	14.236,0	13.922,0	100,1	-2,2	-0,6	-2,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	11.925,2	11.674,4	11.810,4	99,0	1,2	0,3	2,1
União Europeia	1.860,3	1.902,9	1.921,1	103,3	1,0	0,0	-2,2
Outras transferências	1.044,6	677,1	979,9	93,8	44,7	0,6	54,3
Subsídios	224,6	406,1	210,7	93,8	-48,1	-0,4	-44,7
Outras despesas correntes	830,9	644,4	422,0	50,8	-34,5	-0,5	29,0
Diferenças de consolidação	2,5	0,0	0,3	11,9	-	0,0	
Despesa de capital	1.492,1	1.648,4	1.296,9	86,9	-21,3	-0,7	-9,5
Investimento	381,9	236,9	223,5	58,5	-5,6	0,0	61,2
Transferências de capital	1.030,0	1.290,1	1.020,7	99,1	-20,9	-0,6	-20,2
Administração Central	331,7	274,6	328,6	99,1	19,7	0,1	20,8
Outros subsectores das Administrações Públicas	644,9	948,3	631,1	97,9	-33,4	-0,6	-32,0
União Europeia	0,0	0,1	0,1	451,5	85,6	0,0	-58,9
Outras transferências	53,4	67,2	60,9	113,9	-9,4	0,0	-20,4
Outras despesas de capital	61,7	121,4	52,6	85,3	-56,7	-0,1	-49,2
Diferenças de consolidação	18,5	0,0	0,0	0,0	-	0,0	
Despesa efetiva	49.319,1	48.880,6	48.403,9	98,1	-1,0		0,9
Saldo global	-7.371,2	-7.664,5	-7.092,5				
Despesas de anos anteriores							
Despesa primária	42.204,7	42.038,0	41.394,8	98,1	-1,5		
Saldo corrente	-6.549,6	-6.705,4	-6.143,5				
Saldo de capital	-821,5	-959,2	-949,0				
Saldo primário	-256,8	-821,9	-83,4				
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	12.723,7	3.523,2	7.376,7	58,0	109,4		
das quais Receitas de:							
Alienação de partes de Capital	90,0	1.419,4	264,2	293,5	-81,4		
Outros Ativos	3.652,6	1.773,3	3.718,8	101,8	109,7		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	20.334,7	12.527,7	11.797,7	58,0	-5,8		

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa de execução, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A variação homóloga implícita ao OE-2014 resulta da comparação com a execução final de 2013 (CGE2013).

Fonte: Ministério das Finanças

6 - Receita do Estado

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita fiscal	37.118,4	36.272,9	37.111,0	100,0	2,3	2,0	2,3
Impostos Diretos	17.542,0	17.415,1	17.532,8	99,9	0,7	0,3	0,7
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	12.863,1	12.311,5	12.849,3	99,9	4,4	1,3	4,5
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.511,5	5.095,0	4.517,2	100,1	-11,3	-1,4	-11,5
Outros	167,3	8,6	166,3	99,4	1.844,4	0,4	1.857,1
Impostos Indiretos	19.576,4	18.857,9	19.578,2	100,0	3,8	1,7	3,8
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.103,5	2.102,2	2.092,6	99,5	-0,5	0,0	0,1
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.849,0	13.249,1	13.812,3	99,7	4,3	1,4	4,5
Imposto sobre Veículos (ISV)	463,9	352,4	466,1	100,5	32,3	0,3	31,6
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.399,2	1.312,9	1.400,2	100,1	6,6	0,2	6,6
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	177,9	173,1	176,4	99,2	1,9	0,0	2,8
Imposto do selo	1.266,1	1.367,0	1.306,2	103,2	-4,4	-0,1	-7,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	265,4	255,6	276,4	104,1	8,1	0,1	3,8
Outros	51,6	45,6	48,1	93,4	5,6	0,0	13,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	720,5	494,1	685,8	95,2	38,8	0,5	45,8
Comparticipações para a ADSE	666,8	468,1	636,2	95,4	35,9	0,4	42,5
Outros	53,6	26,0	49,6	92,4	90,8	0,1	106,5
Receita não fiscal	4.109,0	4.449,1	3.514,6	85,5	-21,0	-2,3	-7,6
Correntes	3.438,4	3.759,8	3.166,8	92,1	-15,8	-1,4	-8,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	763,8	752,3	784,0	102,6	4,2	0,1	1,5
Taxas	426,8	426,8	464,1	108,7	8,7	0,1	0,0
Juros de mora e compensatórios	113,8	94,9	75,6	66,4	-20,4	0,0	19,9
Multas do Código da Estrada	74,5	78,2	68,8	92,3	-12,0	0,0	-4,7
Outras multas e penalidades diversas	148,6	152,4	175,5	118,1	15,2	0,1	-2,5
Rendimentos da Propriedade	695,0	1.129,5	692,5	99,6	-38,7	-1,1	-38,5
Juros	425,5	718,1	441,0	103,6	-38,6	-0,7	-40,8
Dividendos e participações nos lucros	266,2	410,0	247,5	93,0	-39,6	-0,4	-35,1
Outros	3,3	1,3	3,9	118,8	197,1	0,0	150,1
Transferências Correntes	586,9	861,0	531,4	90,5	-38,3	-0,8	-31,8
Administração Central	366,5	344,3	356,7	97,3	3,6	0,0	6,4
Outros subsectores das AP	130,8	462,7	128,8	98,5	-72,2	-0,8	-71,7
União Europeia	71,1	36,6	34,6	48,6	-5,6	0,0	94,1
Outros	18,6	17,4	11,3	60,8	-34,9	0,0	7,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	399,0	399,8	449,5	112,7	12,5	0,1	-0,2
Outras Receitas Correntes	793,0	414,6	515,9	65,1	24,4	0,2	91,3
Prémios e taxas por garantias de riscos	190,2	226,7	163,5	86,0	-27,9	-0,2	-16,1
Subsídios	460,0	0,0	233,3	50,7	-	0,6	-
Outras	142,7	187,9	119,1	83,5	-36,6	-0,2	-24,1
Recursos Próprios Comunitários	145,2	143,8	147,9	101,9	2,9	0,0	1,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	55,6	53,5	45,6	82,0	-14,9	0,0	3,8
Diferenças de consolidação	0,0	5,2	0,0				
Capital	670,6	689,3	347,8	51,9	-49,5	-0,8	-2,7
Venda de Bens de Investimento	153,3	65,7	44,7	29,1	-32,0	-0,1	133,2
Transferências de Capital	446,6	71,1	166,4	37,3	134,0	0,2	528,1
Administração Central	222,6	26,6	127,3	57,2	378,7	0,2	736,9
Outros subsectores das AP	1,3	2,2	3,0	234,7	31,8	0,0	-43,8
União Europeia	41,2	17,4	22,0	53,5	26,7	0,0	136,8
Outros	181,6	24,9	14,1	7,8	-43,3	0,0	629,8
Outras Receitas de Capital	23,7	452,3	57,4	241,6	-87,3	-1,0	-94,8
Saldo da Gestão Anterior	47,0	100,2	79,4	168,9	-20,7	-0,1	-53,1
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0				
Receita efetiva	41.947,9	41.216,1	41.311,4	98,5	0,2		1,8
<i>Por memória:</i>							
Ativos Financeiros	3.742,6	3.192,8	3.982,9	106,4	24,7		
Alienação de partes sociais de empresas	90,0	1.419,4	264,2	293,5	-81,4		
Outros ativos	3.652,6	1.773,3	3.718,8	101,8	109,7		
Passivos Financeiros	131.318,7	99.171,0	90.724,6	69,1	-8,5		

Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

As transferências intra-setoriais são excluídas do quadro e, na parte que não é comum com a da despesa, são imputadas a diferenças de conciliação.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa subjacente à proposta de orçamento para 2015; para 2013 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2014 resulta da comparação com a execução final de 2013 (CGE2013).

Fonte: Ministério das Finanças

7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (inclui Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central)

Período: janeiro a dezembro							€ Milhões
	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	25.850,7	25.045,4	25.747,1	99,6	2,8	2,6	3,2
Receita Fiscal	1.067,7	1.125,4	1.140,8	106,8	1,4	0,1	-5,1
Impostos diretos	21,8	21,6	49,8	228,3	130,7	0,1	1,0
Impostos indiretos	1.045,9	1.103,8	1.091,0	104,3	-1,2	0,0	-5,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	5.049,3	4.597,6	5.022,1	99,5	9,2	1,6	9,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.681,7	1.629,3	1.685,9	100,3	3,5	0,2	3,2
Transferências Correntes	15.326,8	16.022,6	15.234,9	99,4	-4,9	-3,0	-4,3
Administração Central	13.894,3	14.232,5	13.923,0	100,2	-2,2	-1,2	-2,4
Outros subsectores das AP	570,0	988,3	569,1	99,8	-42,4	-1,6	-42,3
União Europeia	746,5	698,5	628,4	84,2	-10,0	-0,3	6,9
Outras transferências	116,0	103,2	114,4	98,6	10,8	0,0	12,4
Outras Receitas Correntes	2.725,0	1.642,4	2.604,8	95,6	58,6	3,6	65,9
Diferenças de consolidação	0,2	28,1	58,7				
Receita de capital	1.607,0	1.475,9	1.467,1	91,3	-0,6	0,0	8,9
Venda de bens de investimento	99,2	34,1	68,6	69,2	101,1	0,1	190,8
Transferências de capital	1.406,4	1.436,3	1.381,9	98,3	-3,8	-0,2	-2,1
Administração Central	337,0	274,6	370,2	109,8	34,8	0,4	22,7
Outros subsectores das AP	10,0	17,0	3,1	30,8	-81,9	-0,1	-41,0
União Europeia	1.040,0	1.081,6	992,7	95,5	-8,2	-0,3	-3,8
Outras transferências	19,3	63,2	15,9	82,5	-74,9	-0,2	-69,5
Outras Receitas de Capital	101,5	5,5	16,6	16,4	203,4	0,0	1.754,2
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0				
Receita efetiva	27.457,7	26.521,3	27.214,2	99,1	2,6		3,5
Despesa corrente	25.499,0	25.383,2	24.961,9	97,9	-1,7	-1,5	0,5
Despesas com o pessoal	3.633,4	3.503,2	3.535,7	97,3	0,9	0,1	3,7
Remunerações Certas e Permanentes	2.743,9	2.659,7	2.610,6	95,1	-1,8	-0,2	3,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	212,0	185,2	219,1	103,4	18,3	0,1	14,5
Segurança social	677,5	658,3	706,1	104,2	7,3	0,2	2,9
Aquisição de bens e serviços	9.163,4	9.285,1	8.880,6	96,9	-4,4	-1,5	-1,3
Juros e outros encargos	617,4	856,6	570,0	92,3	-33,5	-1,1	-27,9
Transferências correntes	11.024,7	10.893,1	10.905,0	98,9	0,1	0,0	1,2
Administração Central	366,0	340,1	361,2	98,7	6,2	0,1	7,6
Outros subsectores das AP	149,8	205,5	155,4	103,7	-24,4	-0,2	-27,1
União Europeia	10,2	14,9	24,1	236,5	61,8	0,0	-31,6
Outras transferências	10.498,6	10.332,6	10.364,2	98,7	0,3	0,1	1,6
Subsídios	840,7	657,8	816,1	97,1	24,1	0,6	27,8
Outras despesas correntes	219,4	187,4	254,5	116,0	35,8	0,2	17,1
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Despesa de capital	3.013,1	1.899,0	2.626,5	87,2	38,3	2,7	58,7
Investimento	2.160,3	1.270,4	1.829,3	84,7	44,0	2,0	70,0
Transferências de capital	827,8	614,5	781,9	94,5	27,2	0,6	34,7
Administração Central	220,6	29,1	129,7	58,8	346,0	0,4	658,6
Outros subsectores das AP	32,0	19,8	26,9	83,9	35,6	0,0	61,6
União Europeia	33,3	21,3	44,7	133,9	109,8	0,1	56,7
Outras transferências	541,8	544,3	580,7	107,2	6,7	0,1	-0,4
Outras despesas de capital	24,8	1,5	10,7	43,1	631,0	0,0	1.594,9
Diferenças de consolidação	0,2	12,7	4,6	2.408,5	-63,5	0,0	-98,5
Despesa efetiva	28.512,1	27.282,2	27.588,4	96,8	1,1		4,5
Saldo global	-1.054,4	-760,9	-374,1				
Despesas de anos anteriores		763,7	677,4				
Despesa primária	27.894,7	26.425,6	27.018,3	96,9	2,2		5,6
Saldo corrente	351,7	-337,8	785,3				
Saldo de capital	-1.406,1	-423,1	-1.159,4				
Saldo primário	-437,0	95,7	195,9				
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	396,6	827,7	131,9	33,3	-84,1		
dos quais Receitas de:							
Alienação de partes de Capital	0,0	40,0	119,4	-	198,6		
Outros Ativos	1.352,0	873,5	786,5	58,2	-10,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.753,1	800,3	970,5	55,4	21,3		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	302,1	-788,3	464,4	153,7	-158,9		

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa de execução, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Entidades em incumprimento no reporte de execução orçamental no mês em análise:

2014

Transteste - Transportes Tejo, SA; Laboratório Ibérico de Nanotecnologia - INL; Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; SAS-Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; UL - Faculdade de Medicina Veterinária; UL - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Entidades excepcionadas do reporte nos termos do nº 9 do art. 57º do D.L. 52/2014, de 7 de abril:

2014

ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da FCUL

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	2.502,6	2.366,2	2.711,1	108,3	14,6	13,1	5,8
Receita Fiscal	649,4	668,2	684,6	105,4	2,5	0,6	-2,8
Impostos diretos	0,0	0,2	0,0	-	-100,0	0,0	-100,0
Impostos indiretos	649,4	668,0	684,6	105,4	2,5	0,6	-2,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,7	0,0	-	-100,0	0,0	-100,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	347,6	374,2	386,0	111,1	3,1	0,4	-7,1
Transferências Correntes	577,2	603,3	522,8	90,6	-13,3	-3,1	-4,3
Administração Central	428,3	471,0	410,9	95,9	-12,7	-2,3	-9,1
Outros subsectores das AP	38,0	36,8	36,0	94,9	-2,0	0,0	3,3
União Europeia	101,3	88,7	66,4	65,6	-25,1	-0,8	14,1
Outras transferências	9,6	6,9	9,4	97,5	37,2	0,1	40,7
Outras Receitas Correntes	928,4	718,4	1.112,4	119,8	54,9	15,0	29,2
Diferenças de consolidação	0,0	1,4	5,3				-100,0
Receita de capital	382,0	257,2	159,6	41,8	-37,9	-3,7	48,5
Venda de bens de investimento	84,1	25,2	60,7	72,2	140,7	1,4	233,5
Transferências de capital	198,2	228,7	79,9	40,3	-65,1	-5,7	-13,3
Administração Central	41,8	19,3	35,2	84,2	82,3	0,6	116,5
Outros subsectores das AP	0,5	9,2	0,4	93,1	-95,5	-0,3	-95,1
União Europeia	155,9	199,7	44,2	28,4	-77,9	-5,9	-21,9
Outras transferências	0,0	0,5	0,0	35,5	-97,7	0,0	-93,5
Outras Receitas de Capital	99,7	3,3	16,0	16,1	391,6	0,5	2.958,0
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	3,0				
Receita efetiva	2.884,6	2.623,4	2.870,8	99,5	9,4		10,0
Despesa corrente	2.366,2	2.545,3	2.289,3	96,8	-10,1	-7,1	-7,0
Despesas com o pessoal	742,9	757,7	745,1	100,3	-1,7	-0,3	-1,9
Remunerações Certas e Permanentes	579,7	596,4	581,2	100,3	-2,5	-0,4	-2,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	38,1	31,3	37,9	99,5	21,1	0,2	21,8
Segurança social	125,2	130,1	126,0	100,7	-3,1	-0,1	-3,8
Aquisição de bens e serviços	831,4	771,7	795,5	95,7	3,1	0,7	7,7
Juros e outros encargos	586,8	831,1	550,8	93,9	-33,7	-7,8	-29,4
Transferências correntes	31,8	40,4	35,4	111,2	-12,4	-0,1	-21,2
Administração Central	2,7	3,3	1,4	54,4	-56,0	-0,1	-19,2
Outros subsectores das AP	0,1	4,9	0,2	213,2	-95,8	-0,1	-98,1
União Europeia	1,5	5,0	3,4	233,5	-31,8	0,0	-70,8
Outras transferências	27,6	27,3	30,3	109,9	11,2	0,1	1,2
Subsídios	40,8	32,0	37,8	92,6	17,9	0,2	27,3
Outras despesas correntes	132,4	112,4	124,8	94,3	11,0	0,3	17,7
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0				
Despesa de capital	1.848,5	1.057,0	1.650,9	89,3	56,2	16,5	74,9
Investimento	1.814,9	1.035,9	1.605,2	88,4	55,0	15,8	75,2
Transferências de capital	33,3	21,1	45,2	135,7	114,3	0,7	57,9
Administração Central	0,0	0,0	0,4	-	25.677,4	0,0	-100,0
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
União Europeia	33,3	21,0	44,7	134,0	112,5	0,7	58,5
Outras transferências	0,0	0,1	0,2	-	113,3	0,0	-100,0
Outras despesas de capital	0,3	0,0	0,5	171,1	-	-	-
Diferenças de consolidação	0,0	0,0	0,0				
Despesa efetiva	4.214,6	3.602,4	3.940,2	93,5	9,4		17,0
Saldo global	-1.330,0	-979,0	-1.069,5				
Despesas de anos anteriores	0,0	114,2	100,0				
Despesa primária	3.627,8	2.771,3	3.389,4	93,4	22,3	17,2	30,9
Saldo corrente	136,5	-179,2	421,8				
Saldo de capital	-1.466,5	-799,8	-1.491,3				
Saldo primário	-743,2	-147,9	-518,7				
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-20,8	-59,1	-90,2	-	52,6		
das quais Receitas de:							
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-		
Outros Ativos	72,5	83,6	127,8	176,3	52,8		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.704,0	803,7	1.152,3	67,6	43,4		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	393,7	-116,2	173,0	43,9	-248,9		

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa de execução, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).
A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Entidades em incumprimento no reporte de execução orçamental no mês em análise:

2014

Transteco - Transportes Tejo, SA e Laboratório Ibérico de Nanotecnologia - INL

Entidades excepcionadas do reporte nos termos do nº 9 do art. 57º do D.L. 52/2014, de 7 de abril:

2014

ICAT - Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia da FCUL

Para as entidades identificadas considera-se na execução orçamental uma estimativa de execução para o mês.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	9.486,0	9.149,1	9.424,2	99,3	3,0	3,0	3,7
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	5.043,9	4.592,4	5.017,5	99,5	9,3	4,6	9,8
Quotas e contribuições para a CGA	4.443,8	4.026,2	4.421,6	99,5	9,8	4,3	10,4
Compensação por pagamento de pensões	600,0	566,2	595,9	99,3	5,2	0,3	6,0
Subsectores das Administrações Públicas	569,9	538,6	565,1	99,1	4,9	0,3	5,8
Outras entidades	30,1	27,5	30,8	102,2	11,8	0,0	9,4
Transferências Correntes	4.139,9	4.371,3	4.140,0	100,0	-5,3	-2,5	-5,3
Orçamento do Estado	4.130,8	4.364,1	4.130,8	100,0	-5,3	-2,5	-5,3
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.860,3	4.078,6	3.870,4	100,3	-5,1	-2,3	-5,4
Compensação por pagamento de pensões	270,6	285,6	260,4	96,2	-8,8	-0,3	-5,3
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	179,5	190,1	172,5	96,1	-9,2	-0,2	-5,6
Subvenções vitalícias	3,4	6,9	0,7	21,4	-89,3	-0,1	-50,0
Pensões de preço de sangue	31,1	31,1	31,0	99,6	-0,4	0,0	-0,1
Outras	56,5	57,5	56,1	99,4	-2,3	0,0	-1,7
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Outras transferências correntes	9,1	7,1	9,1	100,7	27,8	0,0	26,9
Outras receitas correntes	302,2	185,5	266,8	88,3	43,8	0,9	63,0
Receita de capital	0,0	48,1	2,8	-	-94,1	-0,5	-100,0
Transferências de Capital	0,0	48,1	2,8	-	-94,1	-0,5	-100,0
Outras entidades	0,0	48,1	2,8	-	-94,1	-0,5	-100,0
Receita Efectiva	9.486,0	9.197,2	9.427,0	99,4	2,5		3,1
Despesa Corrente	9.489,8	9.260,1	9.492,3	100,0	2,5	2,5	2,5
Despesas com o pessoal	10,0	7,6	7,5	75,5	-1,6	0,0	30,3
Remunerações Certas e Permanentes	0,1	0,1	0,1	98,1	6,8	0,0	8,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Segurança social	9,9	7,6	7,5	75,4	-1,7	0,0	30,4
Aquisição de bens e serviços	24,2	20,7	20,9	86,6	1,0	0,0	16,6
Juros e outros encargos	4,3	0,4	0,3	7,8	-7,3	0,0	1.086,9
Transferências	9.447,7	9.230,5	9.461,9	100,2	2,5	2,5	2,4
Pensões e abonos da responsabilidade de:							
Caixa Geral de Aposentações	8.583,6	8.382,3	8.502,7	99,1	1,4	1,3	2,4
Orçamento do Estado	259,0	282,5	256,8	99,1	-9,1	-0,3	-8,3
Outras entidades	583,3	549,4	583,9	100,1	6,3	0,4	6,2
Outras transferências correntes	21,7	16,2	118,5	545,1	630,1	1,1	33,9
Outras despesas correntes	3,7	0,9	1,6	44,4	82,4	0,0	310,6
Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Despesa efectiva	9.489,8	9.260,1	9.492,3	100,0	2,5		2,5
Saldo global	-3,8	-62,9	-65,3				
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-3,9	-58,8	-43,6	1.103,8	-25,9		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,2	-4,1	-21,7				

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência a estimativa de execução de 2014, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

10 - Execução Orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	25.359,6	25.376,9	24.660,1	97,2	-2,8	-2,8	-0,1
Impostos Indiretos	177,0	177,4	174,1	98,3	-1,9	0,0	-0,2
Contribuições e quotizações	13.774,6	13.422,9	13.658,4	99,2	1,8	0,9	2,6
IVA Social	725,0	725,0	725,0	100,0	0,0	0,0	0,0
IVA do Plano de Emergência Social e ASECE	251,0	252,0	251,0	100,0	-0,4	0,0	-0,4
Transferências correntes da Administração Central	8.540,9	8.710,4	8.353,4	97,8	-4,1	-1,4	-1,9
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.762,0	7.893,6	7.662,0	98,7	-2,9	-0,9	-1,7
Transferências do Fundo Social Europeu	1.184,1	1.346,8	837,2	70,7	-37,8	-2,0	-12,1
Outras receitas correntes	707,0	742,5	661,0	93,5	-11,0	-0,3	-4,8
Receita de capital	12,8	6,5	9,4	73,9	44,7	0,0	95,7
Venda de Bens de Investimento	8,4	0,0	6,9	82,2	-	0,0	-
Transferências do Orçamento do Estado	4,4	2,8	2,6	58,6	-8,3	0,0	56,6
Outras receitas de capital	0,0	3,7	0,0	0,0	-100,0	0,0	-99,5
Receita Efetiva	25.372,4	25.383,4	24.669,5	97,2	-2,8		0,0
Despesa Corrente	24.564,2	24.870,5	24.221,5	98,6	-2,6	-2,6	-1,2
Prestações Sociais	21.441,9	21.794,8	21.357,4	99,6	-2,0	-1,8	-1,6
Pensões	15.429,9	15.325,5	15.456,7	100,2	0,9	0,5	0,7
Sobrevivência	2.134,0	2.090,7	2.153,5	100,9	3,0	0,3	2,1
Invalidez	1.356,6	1.383,8	1.349,8	99,5	-2,5	-0,1	-2,0
Velhice	11.902,2	11.812,5	11.917,3	100,1	0,9	0,4	0,8
Beneficiários dos antigos combatentes	37,1	38,4	36,1	97,4	-6,0	0,0	-3,5
Subsídio familiar a crianças e jovens	645,5	659,7	635,1	98,4	-3,7	-0,1	-2,1
Subsídio por doença	395,4	387,8	409,6	103,6	5,6	0,1	2,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.307,1	2.737,7	2.238,0	97,0	-18,3	-2,0	-15,7
Complemento Solidário para Idosos	213,4	266,5	210,9	98,8	-20,9	-0,2	-19,9
Outras prestações	673,1	707,8	665,9	98,9	-5,9	-0,2	-4,9
Ação social	1.477,5	1.394,6	1.446,7	97,9	3,7	0,2	5,9
Rendimento Social de Inserção	299,9	315,1	294,4	98,2	-6,6	-0,1	-4,8
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	502,2	506,5	497,3	99,0	-1,8	0,0	-0,8
Administração	321,7	300,7	302,9	94,2	0,7	0,0	7,0
Outras despesas correntes	598,7	582,0	598,2	99,9	2,8	0,1	2,9
das quais:							
Transferências e subsídios correntes	598,7	582,0	598,2	99,9	2,8	0,1	2,9
Programa de Emergência Social e ASECE	211,3	204,2	208,9	98,9	2,3	0,0	3,5
Ações de Formação Profissional	1.488,4	1.482,3	1.256,8	84,4	-15,2	-0,9	0,4
das quais:							
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.289,9	1.311,5	1.149,5	89,1	-12,4	-0,7	-1,6
Despesa de Capital	44,0	23,7	28,7	65,2	20,8	0,0	85,5
PIDDAC	4,4	2,0	1,2	27,4	-40,4	0,0	117,0
Outras	39,6	21,7	27,5	69,3	26,6	0,0	82,5
Despesa efetiva	24.608,2	24.894,3	24.250,2	98,5	-2,6		-1,1
Saldo global	764,2	489,1	419,3				
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	958,4	-6,7	-6,8				
Alienação de partes de Capital							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-1,0		0,0				
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-195,2	495,8	426,1				

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência o 2ºOER, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

11 - Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (pp)	
Receita corrente	25.359,1	25.376,6	24.660,0	97,2	-2,8	-2,8	-0,1
Receitas fiscais	177,0	177,4	174,1	98,3	-1,9	-0,0	-0,2
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Impostos indiretos	177,0	177,4	174,1	98,3	-1,9	-0,0	-0,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	13.774,6	13.422,9	13.658,4	99,2	1,8	0,9	2,6
Taxas, Multas e Outras Penalidades	90,5	103,5	97,6	107,8	-5,7	-0,0	-12,6
Transferências Correntes	10.713,4	11.034,6	10.166,6	94,9	-7,9	-3,4	-2,9
Administração Central	9.528,1	9.686,8	9.327,7	97,9	-3,7	-1,4	-1,6
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
União Europeia	1.184,1	1.346,8	837,2	70,7	-37,8	-2,0	-12,1
Outras transferências	1,2	1,0	1,6	141,3	64,2	0,0	16,2
Outras receitas correntes	603,7	638,2	563,4	93,3	-11,7	-0,3	-5,4
Receita de capital	13,3	6,8	9,5	71,7	39,6	0,0	94,8
Venda de bens de investimento	8,4	3,4	6,9	82,8	104,2	0,0	146,4
Transferências de capital	4,4	2,8	2,6	58,3	-9,4	-0,0	55,5
Administração Central	4,4	2,8	2,6	58,6	-8,3	-0,0	56,6
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	-100,0	-0,0	-39,1
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Outras Receitas de Capital	0,5	0,6	0,0	2,8	-97,6	-0,0	-14,0
Receita efetiva	25.372,4	25.383,4	24.669,5	97,2	-2,8		-0,0
Despesa corrente	24.551,8	24.861,0	24.213,5	98,6	-2,6	-2,6	-1,2
Despesas com o pessoal	287,7	273,9	278,3	96,7	1,6	0,0	5,1
Remunerações Certas e Permanentes	227,3	234,3	217,0	95,4	-7,4	-0,1	-3,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	9,1	3,8	9,3	102,4	146,9	0,0	141,0
Segurança social	51,3	35,8	52,0	101,3	45,0	0,1	43,1
Aquisição de bens e serviços	88,7	71,8	71,9	81,1	0,1	0,0	23,5
Juros e outros encargos	7,7	2,4	3,7	48,3	52,1	0,0	214,7
Transferências correntes	23.003,4	23.325,4	22.924,0	99,7	-1,7	-1,6	-1,4
Administração Central	957,9	853,7	955,2	99,7	11,9	0,4	12,2
Outros subsectores das AP	58,9	94,4	41,9	71,1	-55,6	-0,2	-37,6
União Europeia	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Outras transferências	21.986,7	22.377,3	21.926,9	99,7	-2,0	-1,8	-1,7
Subsídios	1.156,4	1.105,2	926,4	80,1	-16,2	-0,7	4,6
Outras despesas correntes	7,9	82,3	9,4	118,7	-88,6	-0,3	-90,4
Despesa de capital	56,4	33,2	36,7	65,0	10,3	0,0	69,7
Investimento	39,2	19,0	25,6	65,2	34,6	0,0	106,4
Transferências de capital	17,2	14,2	11,1	64,5	-22,1	-0,0	20,9
Administração Central	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
União Europeia	0,2	0,0	1,5	969,4	-	0,0	-
Outras transferências	17,1	14,2	9,6	56,5	-32,3	-0,0	19,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Despesa efetiva	24.608,2	24.894,3	24.250,2	98,5	-2,6		-1,1
Saldo global	764,2	489,1	419,3				
Despesas de anos anteriores							
Despesa primária	24.600,6	24.891,8	24.246,5	98,6	-2,6		-1,2
Saldo primário	771,9	491,6	423,0				57,0
Saldo corrente	807,3	515,5	446,4				56,6
Saldo de capital	-43,1	-26,4	-27,1				63,3
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	958,4	-6,7	-6,8	-0,7	1,5		-14.410,1
<i>das quais Receitas de:</i>							
Alienação de partes de Capital							
Outros Ativos	30.397,6	20.751,8	13.278,9	43,7	-36,0		46,5
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-1,0	0,0	0,0	0,0	-	-	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-194,2	495,8	426,1				

Notas:

O grau de execução de 2014 está calculado tendo por referência o 2ºOER, para 2013 a referência é a execução final de 2013 (CGE 2013).

A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

12 - Administração Regional

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores			R. Autónoma da Madeira			Administração Regional					
	Execução Acumulada		VH (%)	Execução Acumulada		VH (%)	Execução		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada	VH implícita ao OE (%)	
	2013	2014		2013	2014		2013	2014	2014	VH (%)		Contributo VH (p.p.)
Receita corrente	622,3	689,6	10,8	953,5	983,0	3,1	1.575,7	1.672,6	107,7	6,1	4,0	7,1
Receita Fiscal	549,5	609,9	11,0	848,4	876,3	3,3	1.397,9	1.486,3	107,6	6,3	3,6	5,7
Impostos diretos	229,5	227,3	-1,0	433,2	392,4	-9,4	662,7	619,7	108,3	-6,5	-1,8	-4,5
dos quais:												
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	179,6	188,4	4,9	249,5	264,0	5,8	429,0	452,4	110,4	5,5	1,0	0,3
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	49,9	38,9	-22,0	179,0	128,4	-28,3	228,9	167,2	103,0	-27,0	-2,5	-13,7
Impostos indiretos	320,0	382,7	19,6	415,2	483,9	16,5	735,2	866,6	107,0	17,9	5,4	14,8
dos quais:												
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	213,5	279,4	30,9	279,0	351,7	26,1	492,5	631,0	111,3	28,1	5,7	22,3
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	5,1	9,1	78,4	4,9	8,0	63,3	10,0	17,1	213,2	71,0	0,3	2,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	19,4	17,1	-11,9	25,4	31,9	25,6	44,8	49,0	101,8	9,4	0,2	31,5
Rendimentos da Propriedade	3,6	3,4	-5,6	10,0	12,5	25,0	13,5	15,9	125,5	17,8	0,1	18,4
Transferências correntes	26,0	30,1	15,8	33,9	33,3	-1,8	59,9	63,4	146,2	5,8	0,1	4,0
Administração Central - Estado	0,8	0,2	-75,0	0,8	1,0	25,0	1,6	1,1	-	-31,3	0,0	
Outros subsectores das AP	8,5	7,6	-10,6	12,2	11,4	-6,6	20,7	19,1	144,5	-7,7	-0,1	-2,8
União Europeia	15,6	21,2	35,9	19,8	19,8	0,0	35,5	41,0	141,2	15,5	0,2	3,0
Outras transferências	1,1	1,1	0,0	1,1	1,1	0,0	2,2	2,2	200,1	0,0	0,0	53,0
Venda de bens e serviços correntes	14,3	15,6	9,1	17,6	15,4	-12,5	31,9	31,0	66,4	-2,8	0,0	44,5
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,7	1,4	-17,6	6,2	0,8	-87,1	7,9	2,2	41,5	-72,2	-0,2	0,3
Outras receitas correntes	2,7	3,0	11,1	7,2	4,6	-36,1	9,9	7,7	112,2	-22,2	-0,1	-24,7
Receita de capital	467,6	319,4	-31,7	405,3	327,5	-19,2	873,0	646,9	85,3	-25,9	-9,2	-2,1
Venda de Bens de Investimento	0,1	0,1	0,0	0,1	0,4	300,0	0,1	0,6	3,4	500,0	0,0	13.326,3
Transferências de capital	467,1	318,7	-31,8	325,2	307,5	-5,4	792,3	626,2	84,5	-21,0	-6,8	2,5
Administração Central - Estado	324,1	252,5	-22,1	241,8	172,9	-28,5	565,9	425,4	100,3	-24,8	-5,7	-24,2
Outros subsectores das AP	3,2	1,5	-53,1	1,2	3,7	208,3	4,4	5,2	31,2	18,2	0,0	2,0
União Europeia	139,7	56,8	-59,3	82,3	130,8	58,9	222,0	187,6	62,6	-15,5	-1,4	71,0
Outras transferências	0,1	7,9	7.800,0	0,0	0,0	0,0	0,1	7,9	14.119,7	7.800,0	0,3	427,4
Outras receitas de capital	0,5	0,5	0,0	80,0	19,5	-75,6	80,5	20,1	4.305,2	-75,0	-2,5	-69,4
Receita Efetiva	1.089,9	1.009,0	-7,4	1.358,8	1.310,4	-3,6	2.448,7	2.319,5	100,3	-5,3		3,8
Despesa Corrente	856,9	834,6	-2,6	1.156,6	1.409,8	21,9	2.013,5	2.244,5	127,3	11,5	7,0	21,0
Despesas com o pessoal	371,8	373,4	0,4	390,7	396,8	1,6	762,5	770,2	100,0	1,0	0,2	1,9
Remunerações Certas e Permanentes	288,8	280,6	-2,8	318,4	312,0	-2,0	607,2	592,6	96,8	-2,4	-0,4	-1,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	14,1	20,2	43,3	4,3	7,5	74,4	18,4	27,7	137,3	50,5	0,3	55,0
Segurança social	68,9	72,6	5,4	67,9	77,3	13,8	136,9	149,9	109,0	9,5	0,4	11,5
Aquisição de bens e serviços	133,6	132,7	-0,7	301,7	302,8	0,4	435,3	435,5	119,6	0,0	0,0	14,4
Juros e outros encargos	40,5	61,4	51,6	81,9	329,7	302,6	122,4	391,1	271,7	219,5	8,2	291,4
Transferências correntes	254,8	235,7	-7,5	352,6	343,6	-2,6	607,4	579,3	145,6	-4,6	-0,9	-1,3
Subsectores das AP	1,7	1,0	-41,2	1,2	1,7	41,7	2,9	2,7	95,4	-6,9	0,0	33,0
Outras transferências	253,1	234,7	-7,3	351,5	341,9	-2,7	604,5	576,6	146,0	-4,6	-0,9	-1,5
Subsídios	41,8	18,8	-55,0	25,1	26,3	4,8	66,9	45,1	61,6	-32,6	-0,7	-2,8
Outras despesas correntes	14,3	12,6	-11,9	4,7	10,6	125,5	19,0	23,3	171,2	22,6	0,1	116,3
Despesa de Capital	239,2	201,6	-15,7	1.032,5	292,9	-71,6	1.271,7	494,5	64,6	-61,1	-23,7	-42,2
Aquisição de bens de capital	101,3	54,6	-46,1	965,1	216,2	-77,6	1.066,5	270,9	59,3	-74,6	-24,2	-71,9
Transferências de capital	133,3	139,9	5,0	67,3	76,7	14,0	200,6	216,6	73,5	8,0	0,5	39,6
Subsectores das AP	11,7	6,3	-46,2	16,2	12,8	-21,0	27,9	19,1	86,9	-31,5	-0,3	-8,5
Outras transferências	121,6	133,5	9,8	51,1	63,9	25,0	172,7	197,4	72,4	14,3	0,8	47,4
Outras despesas de capital	4,6	7,1	54,3	0,0	0,0	0,0	4,6	7,1	52,2	54,3	0,1	3.133,4
Despesa efetiva	1.096,1	1.036,2	-5,5	2.189,1	1.702,8	-22,2	3.285,2	2.739,0	108,4	-16,6		-3,4
Saldo global	-6,2	-27,2		-830,3	-392,3		-836,5	-419,5				
Despesa primária	1.055,6	974,8	-7,7	2.107,3	1.373,1	-34,8	3.162,8	2.347,9	98,5	-25,8	-24,8	
Saldo primário	34,3	34,2		-748,5	-62,6		-714,1	-28,4				
Saldo corrente	-234,6	-145,0		-203,2	-426,9		-437,8	-571,8				
Saldo de capital	228,4	117,8		-627,2	34,6		-398,8	152,3				
Activos financeiros líquidos de reembolsos	28,5	41,7		33,2	47,8		61,7	89,5				
dos quais Receitas de:												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0				
Outros Ativos	-0,4	-1,3		-6,3	-2,5		-6,6	-3,7				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	43,4	74,0		982,5	430,9		1.025,9	505,0				
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	8,7	5,1		119,0	-9,2		127,7	-4,1				

Nota: A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

13 - Administração Local

Período: janeiro a dezembro								€ Milhões
	2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada			VH implícita ao OE (%)
		2013	2014	2014	VH (%)	Contributo (p.p.)	VH	
Receita corrente	5.949,2	5.949,2	6.216,8	101,2	4,5		3,8	3,3
Receita Fiscal	2.289,1	2.289,1	2.515,2	102,5	9,9		3,2	7,2
Impostos diretos	2.159,1	2.159,1	2.405,9	103,6	11,4		3,5	7,5
Imposto Municipal sobre Transmissões	382,0	382,0	505,1	120,4	32,2		1,8	9,8
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.305,6	1.305,6	1.430,0	96,5	9,5		1,8	13,5
Imposto Único de Circulação	260,2	260,2	243,5	134,4	-6,4		-0,2	-30,4
Derrama	207,6	207,6	218,1	92,3	5,0		0,1	13,8
Outros	3,8	3,8	9,2	336,5	145,8		0,1	-26,9
Impostos indiretos	130,0	130,0	109,3	83,1	-15,9		-0,3	1,1
Taxas, Multas e Outras Penalidades	180,1	180,1	186,2	101,6	3,4		0,1	1,8
Rendimentos da Propriedade	253,1	253,1	268,1	106,5	5,9		0,2	-0,5
Transferências Correntes	2.400,9	2.400,9	2.419,5	96,8	0,8		0,3	4,1
Lei das Finanças Locais	1.925,4	1.925,4	1.994,5	100,2	3,6		1,0	3,4
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.392,6	1.392,6	1.519,4	100,2	9,1		1,8	8,8
Fundo Social Municipal	140,7	140,7	136,4	97,1	-3,1		-0,1	-0,1
Participação IRS	392,1	392,1	338,7	101,2	-13,6		-0,8	-14,7
Outros subsectores das AP	412,2	417,5	371,7	98,9	-11,0		-0,7	-10,0
União Europeia	23,5	23,3	20,6	83,3	-11,4		0,0	6,3
Outras transferências	39,7	34,7	32,6	30,2	-6,0		0,0	211,6
Venda de bens e serviços correntes	750,9	750,9	755,8	110,3	0,7		0,1	-8,7
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,4	13,4	8,7	87,7	-34,9		-0,1	-25,8
Outras receitas correntes	61,7	61,7	63,3	100,8	2,5		0,0	1,8
Receita de capital	1.065,1	1.065,1	706,9	104,4	-33,6		-5,1	-36,4
Venda de Bens de Investimento	52,2	52,2	80,8	125,9	54,8		0,4	23,0
Transferências de Capital	980,9	980,9	596,4	101,0	-39,2		-5,5	-39,8
Lei das Finanças Locais	361,5	361,5	187,2	100,9	-48,2		-2,5	-48,7
Fundo de Equilíbrio Financeiro	361,5	361,5	187,2	100,9	-48,2		-2,5	-48,7
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	-	0,0		0,0	-
Outros subsectores das AP	69,3	41,9	45,3	165,9	8,0		0,0	-34,9
União Europeia	535,9	563,3	346,2	110,3	-38,5		-3,1	-44,3
Outras transferências	14,1	14,1	17,7	27,7	25,2		0,1	352,5
Outras receitas de capital	32,0	32,0	29,7	134,1	-7,1		0,0	-30,7
Receita Efetiva	7.014,2	7.014,2	6.923,7	101,5	-1,3		-1,3	-2,7
Despesa Corrente	5.166,7	5.166,7	5.136,7	110,0	-0,6		-0,4	-9,6
Despesas com o pessoal	2.255,9	2.255,9	2.248,1	107,4	-0,3		-0,1	-7,2
Remunerações Certas e Permanentes	1.704,5	1.704,5	1.666,7	107,3	-2,2		-0,5	-8,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	81,3	81,3	78,6	110,5	-3,3		0,0	-12,5
Segurança social	470,1	470,1	502,7	107,3	6,9		0,5	-0,4
Aquisição de bens e serviços	2.065,0	2.065,0	2.037,8	118,7	-1,3		-0,4	-16,8
Juros e outros encargos	128,2	128,2	128,9	81,7	0,6		0,0	23,1
Transferências correntes	497,7	497,7	523,2	118,3	5,1		0,4	-11,1
Subsectores das AP	15,5	220,7	245,2	98,1	11,1		0,3	13,2
Outras transferências	482,2	277,0	278,0	144,5	0,4		0,0	-30,5
Subsídios	117,8	117,8	101,3	61,5	-14,0		-0,2	40,0
Outras despesas correntes	102,2	102,2	97,4	103,8	-4,7		-0,1	-8,2
Despesa de Capital	1.910,1	1.910,1	1.394,2	87,5	-27,0		-7,3	-16,5
Aquisição de bens de capital	1.603,3	1.603,3	1.139,2	82,9	-28,9		-6,6	-14,3
Transferências de capital	280,3	280,3	221,0	117,5	-21,1		-0,8	-32,9
Subsectores das AP	3,3	147,6	104,4	113,8	-29,2		-0,6	-37,8
Outras transferências	277,0	132,7	116,6	121,0	-12,1		-0,2	-27,4
Outras despesas de capital	26,5	26,5	33,9	107,6	28,0		0,1	18,9
Despesa efetiva	7.076,8	7.076,8	6.530,9	104,3	-7,7		-7,7	-11,5
Saldo global	-62,6	-62,6	392,8					
Despesa primária	6.948,6	6.948,6	6.401,9	95,2	-7,9		-7,7	-12,1
Saldo primário	65,6	65,6	521,7					
Saldo corrente	782,4	782,4	1.080,1					
Saldo de capital	-845,0	-845,0	-687,3					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-3,8	-3,8	8,2					
das quais Receitas de:								
Alienação de partes de Capital	-10,3	-10,3	-0,1					
Outros Ativos	-0,9	-0,9	-0,7					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-204,6	-204,6	-284,2					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	313,3	313,3	345,5					
Taxa de particip. financiam. comunitário	35,1%	35,1%	30,4%					

Notas:

Universo completo: 308 Municípios; A VH implícita ao OE14 é calculada com base na execução final de 2013 (CGE 2013).

2013

Os dados de 2013 correspondem à Conta de Gerência.

2014

Dezembro: 265 Mun.; Em falta:

Albufeira, Aljustrel, Alvíto, Armamar, Baião, Barcelos, Barreiro, Cadaval, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Constância, Crato, Elvas, Espinho, Estarreja, Faro, Gavião, Lousã, Macedo de Cavaleiros, Marinha Grande, Melgaço, Mira, Mirandela, Moura, Palmela, Penafiel, Peso da Régua, Santa Cruz, Santa Cruz da Graciosa, Sardoal, Seixal, Serpa, Sesimbra, Tabuaço, Tondela, Valença, Valongo, Viana do Castelo, Vila de Rei, Vila Flor, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Paiva, Vila Verde.

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

14 - Despesa com Ativos Financeiros do Estado

Período: janeiro a dezembro

€ Milhões

	Estimativa	Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2014	out-14	nov-14	dez-14	2014	
Empréstimos a curto prazo	18,0	0,0	0,0	0,0	8,0	44,4
Empréstimos a médio e longo prazo	10.221,4	2.187,8	1.352,5	853,6	8.943,5	87,5
Fundo de Resolução	3.900,0	0,0	0,0	0,0	3.900,0	100,0
Entidades públicas	790,7	0,0	752,8	6,6	759,4	96,0
Entidades públicas reclassificadas	4.323,2	2.093,9	561,9	776,0	3.936,2	91,0
Administração pública regional da Madeira	386,2	78,5	13,8	39,4	192,5	49,9
Administração local do continente	163,1	15,5	24,1	2,6	108,0	66,2
Empréstimo quadro - BEI	630,0	0,0	0,0	29,0	32,5	5,2
Administração local das regiões autónomas	13,1	0,0	0,0	0,0	15,0	114,3
Famílias	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Dotações de capital	2.109,5	49,9	139,9	750,3	2.288,9	108,5
Mecanismo Europeu de Estabilidade	401,5	0,0	0,0	0,0	401,5	100,0
Fundo de Recuperação de Empresas	6,8	0,1	0,0	0,0	6,9	101,7
Empresas públicas não financeiras	3,7	0,0	0,0	0,0	1,7	45,7
Instituição Financeira de Desenvolvimento	165,0	0,0	100,0	0,0	100,0	60,6
Empresas públicas reclassificadas	1.532,5	49,8	39,9	750,3	1.778,8	116,1
Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira	4.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Expropriações	3,0	0,0	0,0	1,2	1,2	40,4
Execução de garantias	78,3	0,5	4,1	41,6	58,1	74,3
Participações em organizações internacionais	36,1	0,9	1,3	0,1	36,1	100,0
Total dos ativos financeiros	16.466,2	2.239,2	1.497,8	1.646,7	11.335,8	68,8

Fonte: Ministério das Finanças

15 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a dezembro

	Estimativa	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)	Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2014	2013	2014	2014	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	8.143,1	8.346,3	8.175,0	100,4	-2,1	-2,1	-2,4
Receita fiscal	80,0	87,6	82,5	103,1	-5,8	-0,1	-8,7
Impostos directos	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Impostos indirectos	80,0	87,6	82,5	103,1	-5,8	-0,1	-8,7
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Outras receitas correntes	8.063,1	8.258,7	8.092,5	100,4	-2,0	-2,0	-2,4
Receita de capital	6,6	6,9	2,1	31,8	-69,6	-0,1	-4,3
Receita efectiva	8.149,7	8.353,2	8.177,1	100,3	-2,1		-2,4
Despesa corrente	8.356,5	8.309,8	8.360,5	100,0	0,6	0,6	0,6
Despesas com o pessoal	935,6	924,7	936,8	100,1	1,3	0,1	1,2
Remunerações Certas e Permanentes	-	647,6	627,1	-	-3,2	-0,2	-
Abonos Variáveis ou Eventuais	-	120,7	136,2	-	12,8	0,2	-
Segurança social	-	156,4	173,5	-	10,9	0,2	-
Aquisição de bens e serviços	7.383,9	7.324,2	7.362,8	99,7	0,5	0,5	0,8
Produtos vendidos em farmácias	1.234,4	1.212,9	1.224,2	99,2	0,9	0,1	1,8
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	666,4	675,7	680,4	102,1	0,7	0,1	-1,4
Parcerias público-privadas (PPP)	413,0	392,5	409,1	99,1	4,2	0,2	5,2
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.402,1	4.350,5	4.451,0	101,1	2,3	1,2	1,2
Outras aquisições de bens e serviços	668,0	692,6	598,1	89,5	-13,6	-1,1	-3,6
Juros e outros encargos	0,9	1,2	1,7	188,9	41,7	0,0	-25,0
Transferências correntes	32,1	26,7	33,9	105,6	27,0	0,1	20,2
Outras despesas correntes	4,0	33,0	25,3	632,5	-23,3	-0,1	-87,9
Despesa de capital	17,8	22,7	24,4	137,1	7,5	0,0	-21,6
Investimentos	17,8	17,7	20,5	115,2	15,8	0,0	0,6
Transferências de capital	0,0	5,0	3,9	-	-22,0	0,0	-100,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Despesa efectiva	8.374,3	8.332,5	8.384,9	100,1	0,6		0,5
Saldo global	-224,6	20,7	-207,8				

Notas:

O saldo apresentado evidencia a perspectiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais: a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

16 - Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Período: janeiro a dezembro

Passivo não financeiro das Administrações Públicas - Stock em fim de período

Natureza da Dívida															variação mensal
2013		2014													€ Milhões
dez		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez*		
AC	Aquisição de Bens e Serviços	170	174	238	232	249	252	258	248	241	271	282	171	-111	
	Aquisição Bens de Capital	27	23	27	27	25	29	27	35	46	28	28	45	9	
	Transferências para AP	6	4	6	18	22	7	10	10	8	9	10	10	8	
	Transferências para fora das AP	93	116	100	97	80	82	79	66	59	75	60	79	35	
	Outras	37	40	53	49	61	71	91	79	67	54	67	63	21	
Total da Administração Central		333	357	424	423	437	441	459	448	428	407	436	479	244	-235
AR	Aquisição de Bens e Serviços	353	383	350	377	338	342	368	356	324	355	319	321	301	-20
	Aquisição Bens de Capital	186	187	195	193	194	194	193	191	188	184	182	182	76	
	Transferências para AP	11	13	12	9	8	7	6	5	5	4	4	4	3	
	Transferências para fora das AP	354	349	340	338	334	336	320	311	303	292	283	283	252	
	Outras	585	584	541	502	514	487	394	372	369	352	365	391	349	
Total da Administração Regional		1.489	1.517	1.437	1.420	1.388	1.367	1.281	1.235	1.190	1.187	1.152	1.181	980	-200
AL	Aquisição de Bens e Serviços	928	932	945	959	932	878	784	777	754	758	746	736	671	-66
	Aquisição Bens de Capital	522	510	498	484	479	439	420	416	402	386	389	388	337	
	Transferências para AP	52	50	52	55	53	48	48	46	48	45	45	43	31	
	Transferências para fora das AP	99	109	116	119	119	99	99	96	90	87	85	81	69	
	Outras	445	499	524	531	526	535	488	463	446	442	434	415	395	
Total da Administração Local		2.046	2.100	2.134	2.147	2.109	1.999	1.839	1.799	1.740	1.718	1.698	1.663	1.503	-160
Total das Administrações Públicas		3.868	3.974	3.995	3.990	3.933	3.807	3.579	3.481	3.357	3.312	3.286	3.323	2.727	-595

Notas:

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Revisão de dados:

AL: Dados revistos de jan-14 a nov-14.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento, DGAL, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período

															€ Milhões
Subsector	2013	2014													variação mensal
	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez*		
Administrações Públicas	1.199	1.194	1.189	1.177	1.165	1.118	1.033	1.026	1.002	991	880	889	803	-86	
Admin. Central excl. Subs. Saúde	30	41	36	37	38	36	34	34	35	35	35	30	23	-7	
Subsector da Saúde	10	9	16	15	16	13	14	12	11	16	13	7	4	-3	
Empresas Públicas Reclassificadas	1	1	1	1	1	0	0	4	3	3	0	0	0	0	
Administração Local	671	682	676	680	668	629	537	531	515	506	495	511	473	-38	
Administração Regional	523	509	509	493	491	486	478	474	466	459	366	366	324	-42	
Outras Entidades	714	782	806	814	858	905	937	956	1.000	973	957	946	700	-246	
Empr. Públicas Não Reclassificadas	103	111	113	125	128	132	138	138	150	153	141	143	143	0	
Hospitais EPE	611	670	693	689	731	773	799	817	850	820	816	804	557	-246	
Total	1.913	1.976	1.995	1.991	2.023	2.023	1.971	1.982	2.002	1.964	1.837	1.835	1.503	-332	

Notas:

(*) Provisório. No caso das empresas públicas não reclassificadas, e pelo fato da informação não estar disponível, considerou-se o stock do mês anterior.

Conceito de pagamentos em atraso no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas						Subscritores
	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Número
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2012						
janeiro	378.477	75.381	138.644	592.502	1.074,8	556.738
fevereiro	379.557	75.384	138.827	593.768	1.080,9	555.064
março	380.009	75.439	139.183	594.631	1.083,2	550.279
abril	380.486	75.467	139.319	595.272	1.078,8	548.983
maio	381.329	75.435	139.536	596.300	1.078,8	547.338
junho	382.265	75.476	139.869	597.610	1.080,4	545.729
julho	383.153	75.502	140.055	598.710	1.269,3	544.153
agosto	384.236	75.505	140.413	600.154	1.077,3	542.325
setembro	385.392	75.465	140.308	601.165	1.076,2	537.842
outubro	386.355	75.419	140.373	602.147	1.085,6	536.095
novembro	386.944	75.313	140.552	602.809	1.272,2	534.270
dezembro	387.210	75.236	140.821	603.267	1.084,5	531.814
2013						
janeiro	388.145	75.252	140.963	604.360	1.077,1	529.560
fevereiro	388.784	75.256	141.107	605.147	1.260,0	528.161
março	389.591	75.178	140.973	605.742	1.167,0	527.141
abril	390.630	75.166	141.087	606.883	1.175,7	525.479
maio	391.666	75.184	141.293	608.143	1.168,3	524.195
junho	392.161	75.379	141.509	609.049	1.168,9	522.518
julho	392.681	75.366	141.588	609.635	1.455,6	520.906
agosto	392.934	75.334	141.928	610.196	1.170,0	518.485
setembro	393.003	75.221	141.747	609.971	1.168,3	514.324
outubro	393.366	75.145	141.879	610.390	1.191,9	512.853
novembro	394.675	75.318	142.341	612.334	1.947,9	511.640
dezembro	395.901	75.248	142.747	613.896	1.179,4	509.869
2014						
janeiro	396.763	75.359	142.835	614.957	1.186,4	506.394
fevereiro	397.263	75.266	142.920	615.449	1.159,7	504.549
março	397.932	75.141	143.128	616.201	1.159,1	502.632
abril	398.439	75.278	143.389	617.106	1.162,1	500.432
maio	399.256	75.235	143.535	618.026	1.157,7	498.495
junho	400.007	75.203	143.766	618.976	1.158,5	496.204
julho	401.116	75.124	156.493	632.733	2.155,4	493.968
agosto	403.188	75.226	156.768	635.182	1.185,7	492.048
setembro	404.943	75.323	156.636	636.902	1.141,7	488.783
outubro	405.843	75.237	156.863	637.943	1.151,4	487.328
novembro	406.835	75.169	157.124	639.128	1.146,1	485.819
dezembro	407.620	75.086	157.273	639.979	1.187,1	484.526

	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		VHA do Número de subscritores (%)
2012						
janeiro	3,3	0,1	1,1	2,3	1,9	-4,6
fevereiro	3,3	0,2	1,2	2,4	1,6	-4,5
março	3,2	0,2	1,4	2,4	1,7	-5,0
abril	3,0	0,4	1,4	2,3	0,2	-4,9
maio	2,9	0,4	1,5	2,2	0,6	-4,9
junho	2,8	0,6	1,6	2,2	1,1	-4,8
julho	2,7	0,6	1,6	2,2	-39,1	-4,8
agosto	2,8	0,6	1,7	2,3	0,6	-4,8
setembro	2,9	0,6	1,7	2,3	-0,2	-4,9
outubro	3,0	0,5	1,8	2,4	0,2	-4,9
novembro	2,8	-0,1	1,6	2,2	-38,8	-4,9
dezembro	2,5	-0,2	1,6	1,9	-0,2	-4,9
2013						
janeiro	2,6	-0,2	1,7	2,0	0,2	-4,9
fevereiro	2,4	-0,2	1,6	1,9	16,6	-4,8
março	2,5	-0,3	1,3	1,9	7,7	-4,2
abril	2,7	-0,4	1,3	2,0	9,0	-4,3
maio	2,7	-0,3	1,3	2,0	8,3	-4,2
junho	2,6	-0,1	1,2	1,9	8,2	-4,3
julho	2,5	-0,2	1,1	1,8	14,7	-4,3
agosto	2,3	-0,2	1,1	1,7	8,6	-4,4
setembro	2,0	-0,3	1,0	1,5	8,6	-4,4
outubro	1,8	-0,4	1,1	1,4	9,8	-4,3
novembro	2,0	0,0	1,3	1,6	53,1	-4,2
dezembro	2,2	0,0	1,4	1,8	8,8	-4,1
2014						
janeiro	2,2	0,1	1,3	1,8	10,1	-4,4
fevereiro	2,2	0,0	1,3	1,7	-8,0	-4,5
março	2,1	0,0	1,5	1,7	-0,7	-4,6
abril	2,0	0,1	1,6	1,7	-1,2	-4,8
maio	1,9	0,1	1,6	1,6	-0,9	-4,9
junho	2,0	-0,2	1,6	1,6	-0,9	-5,0
julho	2,1	-0,3	10,5	3,8	48,1	-5,2
agosto	2,6	-0,1	10,5	4,1	1,3	-5,1
setembro	3,0	0,1	10,5	4,4	-2,3	-5,0
outubro	3,2	0,1	10,6	4,5	-3,4	-5,0
novembro	3,1	-0,2	10,4	4,4	-41,2	-5,0
dezembro	3,0	-0,2	10,2	4,2	0,7	-5,0

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas de Aposentação/Reforma - Novos e Abatidos

	Número					Despesa com pensões (€)							Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma				
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total					
2012														
janeiro	1.471	170	513	2.154	912	2.253.347,4	179.900,6	249.524,4	2.682.772,4	916.372,7	1.482,8	486,4		
fevereiro	1.939	209	781	2.929	1.065	2.945.192,9	229.212,2	361.995,2	3.536.400,2	1.127.751,5	1.477,8	463,5		
março	1.335	244	917	2.496	1.072	1.800.757,8	270.853,7	458.403,6	2.530.015,1	1.000.274,4	1.312,0	499,9		
abril	1.515	271	913	2.699	1.281	1.784.019,2	320.223,3	410.277,0	2.514.519,5	1.232.238,2	1.178,2	449,4		
maio	1.724	157	787	2.668	1.070	1.822.949,9	168.669,1	376.886,5	2.368.505,5	1.044.103,3	1.058,8	478,9		
junho	1.732	222	872	2.826	977	1.733.424,7	266.897,4	419.051,9	2.419.373,9	942.522,9	1.023,7	480,6		
julho	1.581	182	617	2.380	849	1.800.225,2	184.002,3	274.219,5	2.258.447,0	858.439,1	1.125,5	444,4		
agosto	1.669	158	772	2.599	741	1.727.876,0	185.126,0	352.719,3	2.265.721,3	778.258,2	1.047,1	456,9		
setembro	1.866	170	644	2.680	920	2.272.099,3	175.025,2	302.947,6	2.750.072,1	888.055,3	1.201,9	470,4		
outubro	1.561	188	580	2.329	832	2.178.361,1	234.236,1	288.827,5	2.701.424,7	809.217,1	1.379,4	498,0		
novembro	1.234	61	671	1.966	812	1.909.576,9	72.721,8	305.056,7	2.287.355,4	848.710,8	1.530,7	454,6		
dezembro	983	92	718	1.793	886	1.287.264,2	95.656,2	338.357,3	1.721.277,7	931.999,8	1.286,4	471,2		
2013														
janeiro	1.613	179	623	2.415	841	2.400.812,1	227.341,9	301.045,0	2.929.199,0	866.112,1	1.466,6	483,2		
fevereiro	1.506	218	731	2.455	1.081	1.862.688,9	244.141,0	345.412,0	2.452.241,8	1.114.050,9	1.222,1	472,5		
março	1.681	142	660	2.483	1.094	1.953.254,1	165.596,9	320.609,0	2.439.459,9	1.038.005,6	1.162,3	485,8		
abril	1.900	177	671	2.748	1.050	2.059.097,8	198.424,5	356.233,7	2.613.756,0	1.024.683,2	1.086,9	530,9		
maio	1.861	216	735	2.812	1.023	1.969.417,5	246.357,1	355.275,9	2.571.050,4	1.030.219,4	1.066,8	483,4		
junho	1.365	384	741	2.490	1.059	1.662.954,3	419.758,0	355.587,6	2.438.299,9	1.067.108,7	1.190,8	479,9		
julho	1.213	164	517	1.894	870	1.340.995,4	188.130,6	252.965,3	1.782.091,2	901.571,9	1.110,5	489,3		
agosto	982	127	804	1.913	888	1.183.488,2	160.049,9	403.157,1	1.746.695,1	896.681,3	1.211,5	501,4		
setembro	917	109	593	1.619	1.070	1.135.377,4	139.130,3	308.089,8	1.582.597,5	1.129.850,4	1.242,2	519,5		
outubro	1.029	99	677	1.805	841	1.586.106,1	125.250,5	298.338,2	2.009.694,8	890.517,1	1.517,2	440,7		
novembro	2.024	357	927	3.308	899	3.234.310,3	451.766,2	474.381,7	4.160.458,1	973.584,3	1.548,1	511,7		
dezembro	1.935	132	881	2.948	911	3.354.755,0	152.507,6	438.256,9	3.945.519,5	919.486,9	1.696,8	497,5		
2014														
janeiro	1.562	298	580	2.440	887	2.144.170,3	342.562,8	264.495,7	2.751.228,8	938.329,3	1.337,0	456,0		
fevereiro	1.528	162	750	2.440	1.283	1.757.313,1	215.036,0	377.259,2	2.349.608,3	1.295.736,6	1.167,1	503,0		
março	1.569	77	813	2.459	1.102	1.989.226,2	95.593,1	424.644,2	2.509.463,5	1.117.527,7	1.266,6	522,3		
abril	1.334	341	818	2.493	1.031	1.739.113,5	381.846,3	407.992,4	2.528.952,2	1.083.317,7	1.266,2	498,8		
maio	1.569	126	646	2.341	921	1.984.561,3	142.609,8	314.798,2	2.441.969,4	990.536,0	1.255,0	487,3		
junho	1.552	186	759	2.497	1.019	1.832.568,8	213.884,5	378.716,8	2.425.170,0	1.050.314,4	1.177,5	499,0		
julho	1.796	87	13.138	15.021	853	1.927.040,2	86.949,4	2.496.857,4	4.510.847,1	877.658,5	1.069,6	190,0		
agosto	2.800	285	796	3.381	911	1.784.574,8	279.773,2	415.378,7	2.479.726,7	971.128,1	669,2	521,8		
setembro	2.469	270	566	3.305	887	1.750.249,2	269.596,7	279.032,7	2.298.878,6	910.999,2	737,4	493,0		
outubro	1.613	100	849	2.562	899	1.797.338,7	107.549,7	415.703,8	2.320.592,3	936.966,9	1.112,0	489,0		
novembro	1.796	142	834	2.772	1.014	2.281.320,9	136.727,8	409.322,9	2.827.371,5	1.047.371,5	1.247,7	490,8		
dezembro	1.523	115	677	2.315	936	1.839.898,4	100.441,6	334.836,9	2.275.176,9	1.000.387,7	1.184,6	494,6		

	VH do número de pensionistas (%)					VHA da Despesa com pensões (€)							VHA Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma				
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total					
2013														
janeiro	9,7	5,3	21,4	12,1	-7,8	6,5	26,4	20,6	9,2	-5,5	-1,1	-0,7		
fevereiro	-22,3	4,3	-6,4	-16,2	1,5	-36,8	6,5	-4,6	-30,7	-1,2	-17,3	1,9		
março	25,9	-41,8	-28,0	-0,5	2,1	8,5	-38,9	-30,1	-3,6	3,8	-11,4	-2,8		
abril	25,4	-34,7	-26,5	1,8	-18,0	15,4	-38,0	-13,2	3,9	-16,8	-7,7	18,1		
maio	7,9	37,6	-6,6	5,4	-4,4	8,0	46,1	-5,7	8,6	-1,3	0,8	0,9		
junho	-21,2	73,0	-15,0	-11,9	8,4	-4,1	57,3	-15,1	0,8	13,2	16,3	-0,1		
julho	-23,3	-9,9	-16,2	-20,4	2,5	-25,5	2,2	-7,8	-21,1	5,0	-1,3	10,1		
agosto	-41,2	-19,6	4,1	-26,4	19,8	-31,5	-13,5	14,3	-22,9	15,2	15,7	9,7		
setembro	-50,9	-35,9	-7,9	-39,6	16,3	-50,0	-20,5	1,7	-42,5	27,2	3,4	10,4		
outubro	-34,1	-47,3	16,7	-22,5	1,1	-27,2	-46,5	3,3	-25,6	10,0	10,0	-11,5		
novembro	64,0	485,2	38,2	68,3	10,7	69,4	521,2	55,5	81,9	14,7	1,1	12,6		
dezembro	96,8	43,5	22,7	64,4	2,8	160,6	59,4	29,5	129,2	-1,3	31,9	5,6		
2014														
janeiro	-3,2	66,5	-6,9	1,0	5,5	-10,7	50,7	-12,1	-6,1	8,3	-8,8	-5,6		
fevereiro	1,5	-25,7	2,6	-0,6	18,7	-5,7	-11,9	9,2	-4,2	16,3	-4,5	6,5		
março	-6,7	-45,8	23,2	-1,0	0,7	1,8	-42,3	32,4	2,9	7,7	9,0	7,5		
abril	-29,8	92,7	21,9	-9,3	-1,8	-15,5	92,4	14,5	-3,2	5,7	16,5	-6,0		
maio	-15,7	-41,7	-12,1	-16,7	-10,0	0,8	-42,1	-11,4	-5,0	-3,9	17,6	0,8		
junho	13,7	-51,6	2,4	0,3	-3,8	10,2	-49,0	6,5	-0,5	-1,6	-1,1	4,0		
julho	48,1	-47,0	2.441,2	693,1	-2,0	43,7	-53,8	887,0	153,1	-2,7	-3,7	-61,2		
agosto	185,1	124,4	-1,0	102,9	2,6	50,8	74,8	3,0	42,0	8,3	-44,8	4,1		
setembro	169,2	147,7	-4,6	104,1	-17,1	54,2	93,8	-9,4	45,3	-19,4	-40,6	-5,1		
outubro	56,8	1,0	25,4	41,9	6,9	13,3	-14,1	39,3	15,5	5,2	-26,7	11,1		
novembro	-11,3	-60,2	-10,0	-16,2	12,8	-29,5	-69,7	-13,7	-32,0	7,6	-19,4	-4,1		
dezembro	-21,3	-12,9	-23,2	-21,5	2,7	-45,2	-34,1	-23,6	-42,3	8,8	-30,2	-0,6		

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Notas:

Decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que transferiu para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., a partir de 1 de julho, a responsabilidade pelo processamento e pagamento dos complementos de pensão a cargo do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, a rubrica de pensões de "Sobrevivência e outras" passou a considerar essa despesa.



18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

€ Milhões

	2013 - mensal e acumulado				2014 - mensal e acumulado			
	out	nov	dez	Acumulado anual	out	nov	dez	Acumulado
Receita corrente	0,0	35,1	1.086,2	2.235,3	25,8	87,1	130,5	1.092,8
Impostos diretos		105,1	825,5	930,5	25,8	25,5	25,5	495,1
Impostos indiretos								
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE		-70,0	54,3	384,3				
Transferências Correntes								
Administrações Públicas								
Outras								
Outras receitas correntes	0,0	0,0	206,5	920,5	0,0	61,5	105,0	597,8
Receita de capital				48,1				
Venda de bens de investimento								
Transferências de Capital				48,1				
Administrações Públicas								
Outras				48,1				
Outras receitas de capital								
Receita efetiva	0,0	35,1	1.086,2	2.283,4	25,8	87,1	130,5	1.092,8
Despesa corrente	258,6	45,9	308,1	854,0	31,4	314,1	25,7	877,0
Despesas com o pessoal					5,9	1,3	0,2	186,1
Aquisição de bens e serviços	227,3	84,6	109,6	432,0				
Juros e outros encargos								
Transferências Correntes	31,3	31,3	31,3	324,7	25,5	312,7	25,5	690,9
Administrações Públicas					25,5	25,5	25,5	334,6
Outras	31,3	31,3	31,3	324,7		287,2		356,3
Subsídios			167,3	167,3				
Outras despesas correntes		-70,0		-70,0				
Despesa de capital			80,0	80,0				
Investimento								
Transferências de capital								
Administrações Públicas								
Outras								
Outras despesas de capital			80,0	80,0				
Despesa efetiva	258,6	45,9	388,1	934,0	31,4	314,1	25,7	877,0
Impacto no Saldo global	-258,5	-10,8	698,1	1.349,4	-5,6	-227,0	104,8	215,8
<i>Por memória:</i>								
Saldo corrente	-258,5	-10,8	778,1	1.381,3	-5,6	-227,0	104,8	215,8
Saldo de capital	0,0	0,0	-80,0	-31,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário	-258,5	-10,8	698,1	1.349,4	-5,6	-227,0	104,8	215,8
Despesa primária	258,6	45,9	388,1	934,0	31,4	314,1	25,7	877,0

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

	2013 - mensal e acumulado				2014 - mensal e acumulado			
	out	nov	dez	Acumulado anual	out	nov	dez	Acumulado
Subtotal dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	-227,3	-84,6	-109,6	-383,9	-43,1	-0,4	-0,2	103,2
Reforço da Transferência do OE para CGA	Receita	70,0	180,0	250,0	-42,6	0,0	0,0	123,0
Contribuições para a CGA	Receita	-70,0	-180,0	-250,0				0,0
Transferência do Fundo de Pensões do IFAP para a CGA	Receita			48,1				0,0
Rescisões por mútuo acordo	Despesa			0,0	0,5	0,4	0,2	19,8
Regularização dívidas pelo SNS	Despesa	227,3	84,6	109,6				0,0
Subtotal dos Serviços Integrados (SI)	-92,4	12,7	502,0	318,7	37,5	-226,6	105,0	-1.216,4
Concessão serv. aeroportuário apoio aviação civil	Receita			400,0				0,0
Transferência para a AL da participação no IRS - relevação orçamental no subsetor Estado	Receita			0,0	25,5	25,5	25,5	334,6
Contribuição sobre o setor bancário (Outras.R.C. em 2013)	Receita	0,0	0,0	0,0				0,0
Contribuição sobre o setor bancário (Impostos Dir. em 2014)	Receita			0,0	0,3			160,5
Dividendos Banco de Portugal	Receita			359,3				202,4
Juros CoCo bonds	Receita		206,5	434,1			101,4	330,2
Regime Excepcional de Regularização de Dívidas fiscais	Receita	105,1	825,5	930,5				0,0
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	Receita			0,0	0,0	61,5	3,6	65,1
Convergência tarifária - Electricidade	Despesa		167,3	167,3				0,0
Pagamento da contrapartida financeira à Região Autónoma da Madeira - integração dos aeroportos situados na Madeira na rede aeroportuária nacional	Despesa		80,0	80,0				0,0
Rescisões por mútuo acordo	Despesa			0,0	5,4	0,9	0,0	166,3
Anulação da Dotação Provisional para a Transferência do OE para CGA	Despesa	-70,0		-70,0				0,0
Alteração à Transferência do OE para CGA (OER)	Despesa	70,0	180,0	250,0	-42,6			123,0
Transferência para a AL da participação no IRS - relevação orçamental no subsetor Estado	Despesa			0,0	25,5	25,5	25,5	334,6
Transf. extraordinária do OE para Seg. Social	Despesa	92,4	92,4	1.430,3				1.329,1
Contribuição sobre o setor bancário (Transf.2014)	Despesa			0,0		287,2		287,2
Transferência relativa ao programa de assistência financeira à Grécia	Despesa			74,7				69,1
Subtotal da Segurança Social (SS)	61,1	61,1	305,7	1.414,6				1.329,1
Transf. extraordinária do OE para Seg. Social	Receita	92,4	92,4	1.430,3	0,0	0,0	0,0	1.329,1
Regime Excepcional de Regularização de Dívidas à Segurança Social	Receita		234,3	234,3				0,0
Aumento das pensões da Seg. Social	Despesa	31,3	31,3	31,3				0,0

Fonte: Ministério das Finanças

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Central e Segurança Social

Aumentos excecionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito positivo no saldo;

Aumentos excecionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela fórmula de apuramento do saldo.

19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional

€ Milhões

	2013 - mensal e acumulado				2014 - mensal e acumulado			
	out	nov	dez	Acumulado anual	out	nov	dez	Acumulado anual
Receita corrente								
Impostos diretos								
Impostos indiretos								
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE								
Transferências Correntes								
Administrações Públicas								
Outras								
Outras receitas correntes								
Receita de capital				80,0				
Venda de bens de investimento								
Transferências de Capital								
Administrações Públicas								
Outras								
Outras receitas de capital				80,0				
Receita efetiva				80,0				
Despesa corrente	24,3	10,7	10,2	234,2	7,4	9,1	8,5	308,6
Despesas com o pessoal	0,2	0,1	0,4	12,8	0,1	0,0		1,1
Aquisição de bens e serviços	22,6	7,0	8,4	187,0	5,9	0,9	4,8	57,9
Juros e outros encargos	0,3	0,8	0,7	12,3	0,3	0,0	0,2	223,8
Transferências Correntes	0,3	2,4	0,5	15,5	0,5	7,8	1,7	18,2
Administrações Públicas	0,2	2,9	0,3	9,1	0,1	0,0	1,4	3,6
Outras	0,2	2,4	0,2	9,3	0,5	0,0	0,3	6,8
Subsídios	0,7	0,3	0,1	3,2	0,4	0,4	1,8	7,2
Outras despesas correntes	0,1	0,1	0,1	3,3	0,2	0,0	0,0	0,4
Despesa de capital	58,5	9,1	10,3	1.089,1	3,5	2,2	103,7	153,9
Investimento	57,3	5,2	8,8	1.061,7	2,7	2,2	98,4	130,4
Transferências de capital	1,2	3,7	1,5	25,8	0,8		5,3	22,3
Administrações Públicas	0,2	1,7	0,1	9,0	0,3		1,7	3,9
Outras	1,0	2,1	1,4	16,8	0,5	1,9	3,6	20,3
Outras despesas de capital		0,2		1,6	0,1			1,3
Despesa efetiva	82,7	19,8	20,5	1.323,3	10,9	11,4	112,2	462,5
Impacto no Saldo global	-82,7	-19,8	-20,5	-1.243,3	-10,9	-11,4	-112,2	-462,5
<i>Por memória:</i>								
Saldo corrente	-24,3	-10,7	-10,2	-234,2	-7,4	-9,1	-8,5	-308,6
Saldo de capital	-58,5	-9,1	-10,3	-1.009,1	-3,5	-2,2	-103,7	-153,9
Saldo primário	-82,4	-19,0	-19,8	-1.230,9	-10,6	-11,3	-112,0	-238,6
Despesa primária	82,4	19,0	19,8	1.310,9	10,6	11,3	112,0	238,6

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional

		2013 - mensal e acumulado				2014 - mensal e acumulado			
		out	nov	dez	Acumulado anual	out	nov	dez	Acumulado anual
Subtotal da Administração Local		-29,2	-16,8	-9,4	-450,7	-9,8	-2,9	-14,4	-114,9
	Despesa	0,2	0,1	0,4	12,8	0,1	0,0	0,0	1,1
	Despesa	18,1	5,1	3,4	175,4	5,5	0,4	4,2	54,1
	Despesa	0,3	0,8	0,7	12,3	0,3	0,0	0,2	4,2
	Despesa	0,2	0,9	0,2	7,8	0,5	0,0	0,3	6,8
	Despesa	0,2	2,9	0,3	9,1	0,1	0,0	1,4	3,6
	Despesa	0,6	0,3	0,0	3,1	0,0	0,0	1,4	4,1
	Despesa	0,0	0,0	0,0	3,1	0,2	0,0	0,0	0,4
	Despesa	9,3	3,1	3,9	202,2	2,7	2,2	4,1	32,1
	Despesa	0,1	1,7	0,4	14,3	0,2	0,2	0,9	3,4
	Despesa	0,2	1,7	0,1	9,0	0,3	0,0	1,7	3,9
	Despesa	0,0	0,2	0,0	1,6	0,1	0,0	0,0	1,3
Subtotal da Administração Regional		-59,4	-6,8	-17,6	-809,1	-8,9	-10,4	-104,7	-407,5
	Despesa	4,5	1,8	5,0	11,6	0,4	0,4	0,5	3,8
	Despesa	5,9	2,4	6,5	15,3	7,8	7,8	6,8	65,8
	Despesa	0,0	0,0	0,0	0,1	0,4	0,4	0,4	3,1
	Despesa	0,1	0,0	0,1	0,2				
	Despesa	2,1	0,9	2,4	5,6	0,0	0,0	94,3	98,3
	Despesa	1,0	0,4	1,1	2,5	0,3	1,7	2,7	16,9
	Despesa					0,0	0,0	0,0	219,6
	Despesa	45,8	1,2	2,5	853,9				
Concessão ANAM	Receita	0,0	0,0	0,0	80,0				
Total Receita (não consolidado)					80,0				0,0
Total Despesa (não consolidado)		88,6	23,6	27,0	1.339,9	18,6	13,3	119,0	522,5

Fonte: Ministério das Finanças

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Local e Regional

Aumentos excepcionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) e têm efeito positivo no saldo;

Aumentos excepcionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela formula de apuramento do saldo.

(a) Valores revistos com base nos dados reportados via SIAL (DGAL).